



Mercado de Capitais

Cotação Ação PN 30/06/2018

CLSC4 R\$28,50/ação

Variação no 2T18

CLSC4: 8,9%

Ibovespa: -14,76%

Valor de Mercado em 30/06/2018

BRL 1.099,0 MM

USD 285,0 MM

Free Float: 75,5%

Outros Indicadores em 30/06/2018

Dívida Líq/EBITDA Aj 12M (Grupo): 0,5x

LPA 2T18 (R\$/ação): 1,79

VPA (R\$/ação): 51,03

Cot./VPA: 0,6x

Para maiores informações, acessar o website www.celesc.com.br/ri ou entrar em contato com a equipe de Relações com Investidores:

Tel: (55-48) 3231-5100

ri@celesc.com.br

Florianópolis – Santa Catarina, **14 de agosto de 2018** – Centrais Elétricas de Santa Catarina SA - Celesc (BM&FBOVESPA: CLSC3, CLSC4; OTC: CEDWY), *holding* do setor de energia, com atuação nas áreas de geração, transmissão, distribuição de energia elétrica e distribuição de gás natural, anuncia os resultados do **segundo trimestre de 2018 (2T18)**. As informações financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas em milhões de Reais (R\$ milhões) de **30 de junho de 2018** e foram preparadas de acordo com as regras contábeis brasileiras decorrentes da aplicação efetiva das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

EBITDA Consolidado alcança R\$199,8 milhões no 2T18 e R\$391,7 milhões no 6M18

Energia faturada da Celesc D cresceu 6,2% no segundo trimestre de 2018

Principais Destaques:

- ✓ Total de Energia Faturada, na área de concessão da CELESC D, somou 6.158 GWh com destaque para o Mercado Cativo que apresentou expansão de 6,6% no trimestre totalizando 3.964 GWh;
- ✓ Indicadores de qualidade do serviço: DEC somou 5,26 horas (redução de 18%) e o FEC foi de 3,61 vezes (diminuição de 14,8%) nos seis primeiros meses de 2018;
- ✓ A Receita Operacional Líquida Consolidada (sem os efeitos da Receita de Construção) somou R\$1,9 bilhões no trimestre, aumento de 19,6%, e R\$3,7 bilhões no ano (alta de 17,5%);
- ✓ Os gastos não Gerenciáveis (custos com energia) aumentaram 20% (+R\$244,6 milhões) no 2T18 e 22,7% (+R\$508,6 milhões) no 6M18;
- ✓ Os gastos gerenciáveis (PMSO) reduziram 21,5% (-R\$50,5 milhões) no trimestre, efeito das ações da empresa para reduzir despesas;
- ✓ Lucro Líquido Consolidado de R\$69,2 milhões (alta de 169%), sendo que a subsidiária Celesc D somou R\$62,2 milhões (acréscimo de 158%) e a subsidiária Celesc Geração R\$13,5 milhões (aumento de 6,1%);
- ✓ EBITDA Consolidado de R\$199,8 milhões (alta 151%), sendo que a subsidiária Celesc D somou R\$183,2 milhões (expansão de 214%) e a Celesc Geração R\$23 milhões (contração de 11%);
- ✓ O Grupo Celesc encerrou o período com Dívida Líquida Consolidada de R\$304,9 milhões, o equivalente a 0,5x o EBITDA Ajustado 12M;
- ✓ Os investimentos realizados em distribuição e geração de energia elétrica totalizaram R\$116,9 milhões no trimestre, sendo R\$111,7 milhões em distribuição e R\$5,2 milhões em geração; e
- ✓ As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) variaram positivamente 8,99% no trimestre e no acumulado doze meses apresenta valorização 61,11%.

Principais Resultados	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Indicadores Operacionais						
Celesc Distribuição - Energia Faturada Total (GWh)	5.801	6.158	6,2%	12.119	12.476	2,9%
Celesc Geração - Energia Faturada (GWh)	130	70	-46,4%	264	187	-28,9%
SCGÁS - Volume de Gás Vendido (mil/m³)	164	218	32,5%	317	384	21,1%
Indicadores Financeiros - Consolidado (R\$ Milhões)						
Receita Operacional Bruta	2.687,2	3.168,2	17,9%	5.314,0	6.105,8	14,9%
Receita Operacional Líquida (excluindo Receita de Construção)	1.555,0	1.874,9	20,6%	3.000,2	3.555,3	18,5%
Custos e Despesas Operacionais	(1.630,5)	(1.833,4)	12,4%	(3.011,8)	(3.474,1)	15,4%
EBITDA (IFRS)	79,6	199,8	151,2%	294,0	391,7	33,2%
Margem EBITDA (IFRS)	5,1%	10,7%		9,8%	11,0%	
EBITDA Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	58,1	199,8	244,1%	272,5	391,7	43,7%
Margem EBITDA Ajustado	3,7%	10,7%		9,1%	11,0%	
Lucro Líquido (IFRS)	(99,4)	69,2	169,6%	2,2	140,2	6232,9%
Margem Líquida	-6,4%	3,7%		0,1%	3,9%	
Lucro Líquido Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	(2,1)	69,2	3349,9%	97,4	140,2	43,9%
Margem Líquida Ajustada	-0,1%	3,7%		3,2%	3,9%	
Investimentos Realizados em Geração e Distribuição de Energia Elétrica	107,0	116,9	9,3%	211,3	223,2	5,6%

DISCLAIMER

As informações contidas neste *Release de Resultados* poderão incluir declarações que representem expectativas sobre negócios da Companhia, projeções e metas operacionais e financeiras. Eventuais declarações dessa natureza constituem-se em meras previsões baseadas nas expectativas da administração que poderá não se concretizar e não são garantia do desempenho futuro da Companhia.

As referidas declarações e informações prospectivas estão e estarão, conforme o caso, sujeitas a riscos, incertezas e são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais.

Cabe ressaltar ainda que as estimativas e projeções referem-se à data em que foram expressas, sendo que a Companhia não assume a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer destas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores, ressalvadas a regulamentação vigente a que nos submetemos.

Dessa forma, nenhum dos representantes da Companhia, assessores ou partes relacionadas poderá ser responsabilizado por qualquer decisão decorrente da utilização do conteúdo deste documento. As informações constantes do presente material não devem ser interpretadas como oferta, convite ou solicitação de oferta de subscrição ou compra de quaisquer valores mobiliários, nem constituem a base de um contrato ou compromisso de qualquer espécie.

ÍNDICE

1 – Introdução	3
2.1 – Celesc Distribuição S.A.	10
2.1.1 – Desempenho Operacional	10
2.1.2 – Desempenho Econômico-Financeiro	13
2.1.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição S.A.	26
2.2 – Celesc Geração	33
2.2.1 – Desempenho Operacional	33
2.2.2 – Desempenho Financeiro	33
2.2.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Geração S.A.	39
2.3 – SCGÁS	41
2.3.1 – Desempenho Operacional	41
2.3.2 – Desempenho Econômico-Financeiro	42
4 – Demais Participações	44
3 – Holding	45
3.1 – Resultado das Participações Societárias na Controladora	45
3.2 – Dividendos	45
4.1 – Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado	46
5 – Desempenho no Mercado de Capitais	51
ANEXOS	59

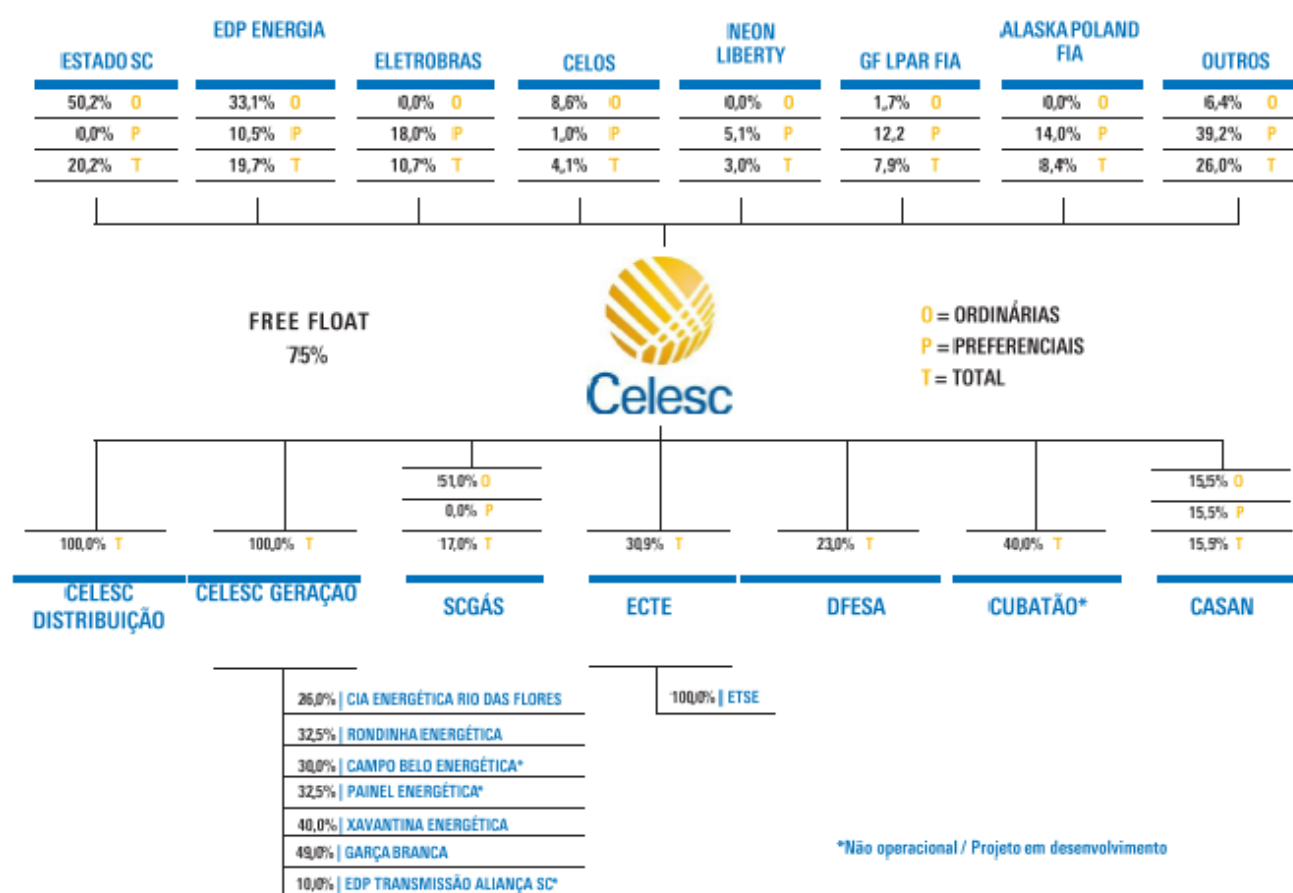
1 – Visão Geral

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC é uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Empresa possui duas subsidiárias integrais - a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A. Além disso, detém o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE), Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN), e do projeto da Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Seu acionista controlador é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total.

Estrutura Acionária e Societária da CELESC

Junho – 2018



Conforme [Fato Relevante Aquisição de Participação Acionária pela EDP publicado pela companhia em 20/12/2017](#), a EDP - Energias do Brasil S.A adquiriu 33,1% das ações ordinárias e 1,9% das ações preferenciais da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, somando 14,5% do total das ações da Celesc. A operação teve aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e da Superintendência Nacional de Predidência Complementar – PREVIC, sendo concluída em 21 de março de 2017. A estrutura acionária acima já está ajustada ao aumento de participação da EDP.

Destaca-se no trimestre a divulgação do [Edital de Oferta Pública Voluntária](#) (“OPA Voluntária”) em 27/03/2018, nos termos da Lei das S.A e do artigo 31 da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, para adquirir até 7.374.000 (sete milhões, trezentas e setenta e quatro mil) ações PNs de emissão da Companhia em circulação no mercado (“Ações Objeto da OPA”), ao preço de R\$27,00 (vinte e sete reais) por ação, que correspondem, a até 32,0% (trinta e dois por cento) do total das ações PNs de emissão da CELESC.

No [leilão da OPA realizado em 26 de abril de 2018](#), às 16h, horário de São Paulo, por meio do Sistema Eletrônico de Negociação do Segmento BOVESPA da B3, foram adquiridas 1.990.013 ações PNs pelo preço de R\$ 27,00 (vinte e sete reais) cada, totalizando o valor de R\$ 53.730.351,00 (cinquenta e três milhões, setecentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e um reais). Após a liquidação das compras realizadas no Leilão, ocorrida em 02 de maio de 2018, a EDP passou a deter 2.427.820 ações PNs, que somadas a 5.140.868 ações ONs, representam 19,62% do capital social da CELESC.

Subsidiárias Integrais

Celesc Distribuição S.A.

A empresa leva energia para mais de 2,9 milhões de unidades consumidoras localizadas em 258 municípios catarinenses (92% do território do estado) e em Rio Negro, no Paraná. A empresa ainda é responsável pelo suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 16 permissionárias, que atuam nos demais municípios catarinenses.

A Celesc Distribuição é a 2ª maior arrecadadora de ICMS de Santa Catarina e a 6ª maior distribuidora de energia elétrica brasileira em receita de fornecimento, a 7ª em volume de energia distribuída e a 10ª em número de unidades consumidoras¹. Mensalmente, a empresa distribui mais de 1,8 milhões de MWh e seu faturamento bruto anual alcançou a casa de R\$11,3 bilhões em 2017.



Celesc Geração S.A.²

A Celesc Geração é a subsidiária do Grupo Celesc que atua no segmento de geração de energia elétrica, através da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de energia em parcerias com investidores privados.

Em 30 de junho de 2018, a empresa possuía um parque gerador próprio formado por 12 usinas, sendo 08 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e 04 Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs. Além disso, a empresa detém participação minoritária em mais 08 PCHs desenvolvidas em parceria com investidores privados, no formato de Sociedades de Propósito Específico - SPE. A capacidade total de geração da Celesc Geração em operação no período foi de 115,02 MW, sendo 106,97 MW referentes ao parque próprio e 8,05 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros - já proporcionalizada à participação acionária da Celesc Geração nestes empreendimentos. O quadro a seguir, apresenta as principais características das usinas 100% da Celesc Geração:

¹ Fonte: www.aneel.gov.br (Informações Gerenciais – Março/18).

² Maiores detalhamentos dos aspectos regulatórios e jurídicos relevantes que envolvem os empreendimentos da Companhia estão disponíveis no item 2.2.3 deste Release.

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
PCH Pery	Curitibanos/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
PCH Garcia	Angelina/SC	05/01/2046	8,92	7,10	70%
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	N/A
PCH Caveiras	Lages/SC	10/07/2018***	3,83	2,77	N/A
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	**	2,60	2,03	N/A
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	**	0,52	0,50	N/A
CGH Piraí	Joinville/SC	**	0,78	0,45	N/A
CGH São Lourenço	Mafra/SC	**	0,42	0,22	N/A
Total - MW			106,97	67,19	

* Usina passará a ser CGH após vencimento da concessão;

** Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (lei 13.360/16).

*** Em fase de conversão para CGH

A empresa participa de Sociedades de Propósito Específico - SPE que viabilizam novos empreendimentos na qual a Celesc Geração detém participação minoritária. A seguir estão as principais características dos empreendimentos que já estão em operação:

Empreendimentos em operação | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
Total - MW			25,28	14,30		8,05	4,57

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Empresa passou a investir na repotenciação das usinas próprias e na expansão das parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos. As tabelas abaixo apresentam outros empreendimentos em desenvolvimento pela companhia e os respectivos estágios. Quanto a garantia física (nova ou incremental), a companhia busca obter em média 55% de fator de capacidade da usina total após ampliação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares:

Empreendimentos em desenvolvimento | Celesc Geração S.A. detém 100%

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	7,20	12,82	N/D	Revisão Projeto
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	N/D**	Projeto Básico Aprovado
PCH Caveiras	Lages/SC	10/07/2018***	3,83	10,00	13,83	N/D**	Estudo de Inventário
PCH Cedros Etapa 1	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	3,60	12,00	N/D**	Estudo de Inventário
PCH Cedros Etapa 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	12,00	1,00	13,00	N/D**	Estudo de Inventário
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	N/D**	Estudo de Inventário
CGH Maruim****	São José/SC	*	0,00	1,40	1,40	N/D**	Revisão Projeto
Total - MW			48,73	46,95	95,68		

* Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

** Depende de trâmites regulatórios.

*** Usina em fase de conversão para CGH

**** Usina a ser reativada com projeto de ampliação

Empreendimentos em desenvolvimento | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Painel	São Joaquim/SC	18/03/2043	9,20	30,0%	2,76	N/D	Revisão Projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	30,0%	2,99	N/D	Revisão Projeto
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	49,0%	3,19	jul/18	Iniciada no 1S15
Total - MW			25,65		8,93		

Todas as usinas do parque gerador próprio e todas as usinas em parceria em operação participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos onde as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo.

Como divulgado no [Comunicado ao Mercado em 24.04.2017](#), o Consórcio Aliança, formado pela EDP - Energias do Brasil, com participação de 90,00%, e pela Celesc Geração, com participação de 10,00%, venceu a disputa pelo lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, referente à Licitação para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional, que aconteceu na B3, ao oferecer um deságio de 34,99%, ou uma proposta de receita anual permitida (RAP) de R\$ 171,824 milhões, ante o valor máximo de R\$264,343 milhões estabelecido pela Aneel. As condições obtidas no leilão resultam em uma rentabilidade de 12% real acionista, acima da meta estabelecida no Plano Diretor da Companhia (10%).

O Lote 21 foi o terceiro maior projeto ofertado no leilão, e demanda investimentos previstos são da ordem de R\$ 1,121 bilhão. É composto por diversas instalações no estado de Santa Catarina, incluindo três linhas de transmissão de 525 kV (Abdon Batista - Siderópolis 2, com 261 quilômetros; Biguaçu - Siderópolis 2, com 149 quilômetros; e Campos Novos - Abdon Batista, com 39 quilômetros); duas linhas de 230 kV (Siderópolis 2 - Forquilha, com 28 quilômetros; e Siderópolis 2 - Siderópolis, com 7,5 quilômetros), além da subestação 525/230 kV Siderópolis 2, abrangendo 28 municípios catarinenses. As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação.

A SPE EDP Transmissão Aliança SC S.A. foi constituída em Julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em Agosto de 2017. Atualmente o projeto está em fase de licenciamento ambiental e tratativas fundiárias.

A tabela abaixo resume as principais informações do empreendimento:

TRANSMISSORA	Localização	Termo Final da Concessão	Km Linha	Subestações	Data prevista de entrada em operação	STATUS
EDP Transmissão Aliança SC	Santa Catarina	11/08/2047	485	1	11/08/2022	Licenciamentos

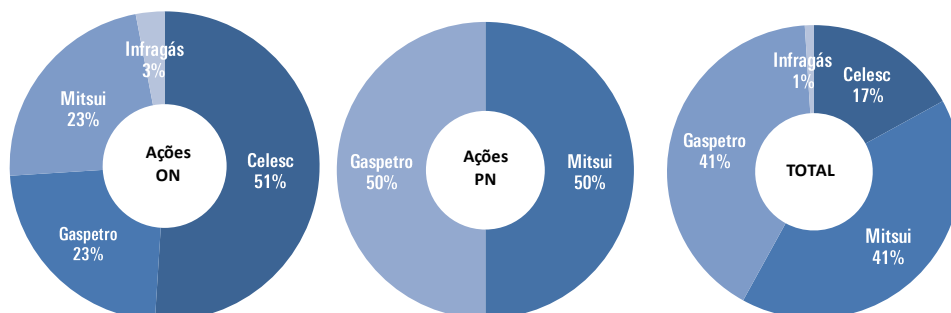
Controlada

Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS

A SCGÁS é a 2ª maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios atendidos no Brasil. Santa Catarina é o 3º Estado com maior rede de distribuição de gás natural (1.134,8 quilômetros) e o 3º com maior número de indústrias atendidas com gás natural (227), além de ter a 3ª maior rede de postos de gás veicular (GNV) do país (134).



Com 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense, a empresa comercializa e distribui, diariamente, cerca de 1,8 milhão de metros cúbicos de gás natural para cerca de 12,1 mil clientes. A SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, com vigência de 50 anos (2044). Abaixo gráfico da participação da Celesc na SCGás sendo 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total.



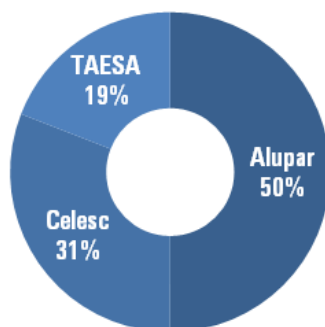
Destaca-se que em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entraram com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e Infragás S.A., questionando alteração no capital social e o Acordo de Acionistas firmado em 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro, ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis. Atualmente, os efeitos da sentença encontram-se suspensos até julgamento dos referidos recursos.

Em 2016, conforme [Comunicado ao Mercado de 13 de Junho – DECISÃO TCE – DEVOLUÇÃO PARTICIPAÇÃO SCGÁS](#), a Companhia tomou conhecimento da Decisão nº 0129/2016 do Pleno do tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, onde no seu item 6.7. reza: “Determinar ao Governo do Estado e à CELESC que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Decisão no Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas – DOTC-e, adotem providências no sentido de retornarem ao Estado de Santa Catarina as 1.827.415(um, milhão, oitocentas e vinte e sete mil e quatrocentas e quinze) ações ordinárias de emissão da SCGás vendidas à Celesc em 05 de junho de 2007, nas mesmas condições e valores originalmente transacionados, R\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões), atualizados monetariamente , comprovando o cumprimento dessa Decisão em 30 (trinta) dias a este Tribunal (item 2.3 do Relatório DCE); (.....)”. Diante da proferida Decisão, a Companhia interpôs recurso de reexame da Decisão nº 129/2016 na Corte de Contas, com efeito suspensivo, uma vez entende que restou devidamente demonstrada regularidade/legalidade da venda das ações por parte do Estado de Santa Catarina à CELESC, constituindo-se a mesma em ato jurídico perfeito e acabado, realizado à luz da legislação vigente à época de sua realização, inexistindo qualquer ofensa aos princípios da motivação do ato administrativo, conflito de interesse ou do interesse público.

Demais Participações

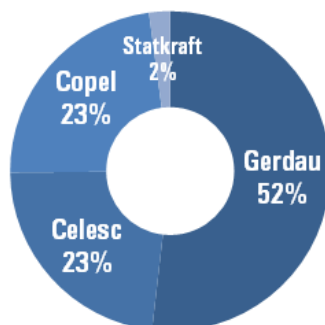
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

Constituída com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e Litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da LT SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. A linha é responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc Distribuição. Em dezembro de 2011, ampliando seus negócios, a empresa adquiriu em leilão o direito de construir as subestações Abdon Batista (525/230kV) e Gaspar (230/138kV), através da subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE. Essas linhas foram energizadas em janeiro e março de 2015, respectivamente. A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012, com prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social da Empresa, conforme gráfico abaixo:



Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

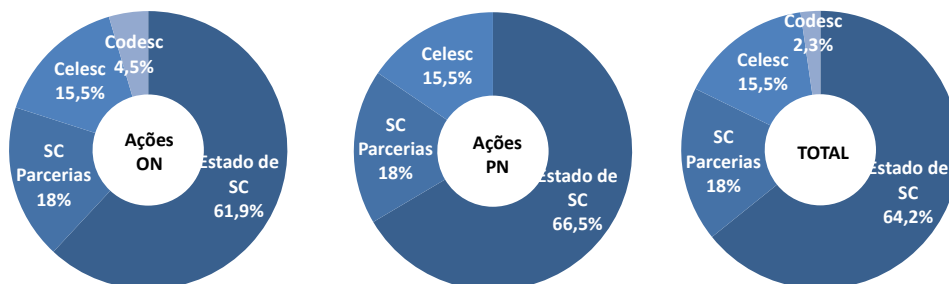
Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A coligada DFESA detém contrato de concessão datado de 28 de agosto de 1998, com prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% do Capital Social da empresa, conforme gráfico abaixo:



Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN

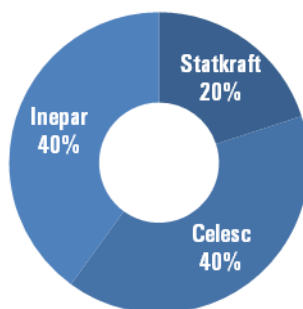
Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento em suas áreas de concessões (municipal). Atualmente, os serviços prestados pela empresa abrangem 197 municípios catarinenses e 1 no Paraná, atendendo uma população de 2,8 milhões de consumidores com água tratada e 587 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário.

A Celesc é detentora de 15,48% do Capital Social total da Empresa, conforme gráfico abaixo:



Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Sociedade de Propósito Específico constituída em 1996 para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, na região de Joinville (SC), com potência instalada de 50MW. Com o histórico dos entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89). A Celesc possui 40% do Capital Social da Empresa, conforme abaixo:



Na 9ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 27 de março de 2018, foi decidido por unanimidade recomendar ao MME, a extinção da Concessão da Usina Hidrelétrica Cubatão e a Nota Técnica da SCG (nº 82/2018-SCG/ANEEL, de 01 de março de 2018). A Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, do Ministério de Minas e Energia extinguiu a concessão da UHE Cubatão.

2.1 – Celesc Distribuição S.A.

2.1.1 – Desempenho Operacional

Carga de energia elétrica

	Ano	2T18	6M18
Carga Brasil (GWh)*	2018	141.847	291.405
	2017	139.409	288.420
	Δ	1,7%	1,0%
Carga Sul (GWh)	2018	24.440	50.831
	2017	23.464	49.949
	Δ	4,2%	1,8%
Carga Celesc Distribuição S.A. (GWh)**	2018	6.553	13.646
	2017	6.243	13.404
	Δ	5,0%	1,8%

Fonte: ONS / Celesc D

* Referente ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

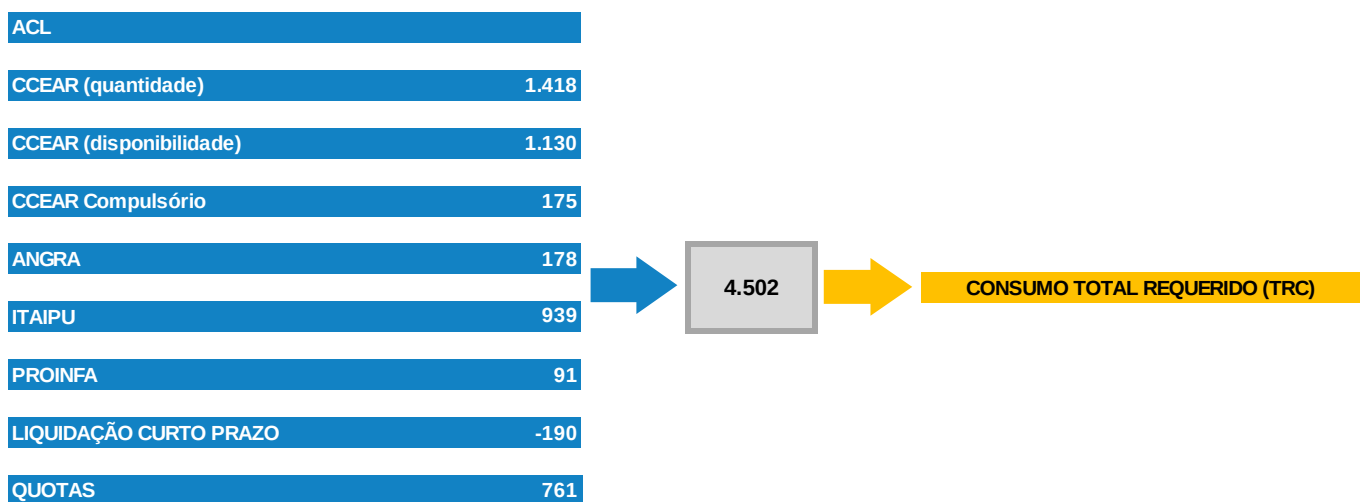
** Energia Injetada no sistema de distribuição da concessionária.

A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga do Mercado Cativo, as perdas do sistema elétrico, carga de consumidores livres, unidades de consumo de autoprodutores e de produtores independentes conectados a sua rede.

Balanco de Energia Elétrica

Podemos resumir o TRC (*total required consumed*) como a carga total (medida), retirando a energia de consumidores livres (medida) e adicionando as perdas totais (interna e rede básica). No segundo trimestre de 2018 foram contabilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE 60,5% (2.724 GWh) de contratos CCEARs (modalidades quantidade e disponibilidade), 20,8% (939 GWh) Itaipu, e 16,9% (761 GWh) Quotas, e 1,8% (79 GWh) outros.

Celesc Distribuição S.A. | Balanço Energético (GWh)



De acordo com a regulação do sistema elétrico, as Distribuidoras devem ter nível de contratação dentro do limite regulatório (atualmente entre 100% e 105% de sobrecontratação), sendo que a contratação dentro desse limite tem repasse tarifário integral, com a contrapartida contabilizada como ativo financeiro setorial. O montante que ficar fora da faixa regulatória, e que seja considerado voluntário pelo regulador, é risco da distribuidora. O nível de contratação da companhia no segundo trimestre de 2018 foi de 103,08%, portanto, dentro da faixa de 100% e 105%, garantindo assim o repasse integral à tarifa dos custos com energia comprada.

Energia Faturada³
Celesc Distribuição S.A. | Energia Faturada por Classe de Consumo (em GWh)

Classe de Consumo	Nº Unidades Consumidoras**			Consumo (GWh)					
	jun/17	jun/18	Δ	2T17	2T18	Δ	6M17	6M18	Δ
Mercado Cativo	2.867.110	2.939.394	2,5%	3.719	3.964	6,6%	8.161	8.223	0,8%
Residencial	2.244.686	2.305.464	2,7%	1.268	1.407	10,9%	2.959	2.995	1,2%
Industrial	102.465	105.043	2,5%	649	643	-1,0%	1.297	1.259	-2,9%
Comercial	258.645	267.167	3,3%	773	816	5,6%	1.737	1.719	-1,0%
Rural	234.877	234.603	-0,1%	317	337	6,3%	707	734	3,8%
Demais Classes	26.437	27.117	2,6%	711	761	7,0%	1.461	1.516	3,8%
Poder Público	22.482	22.989	2,3%	106	116	9,2%	223	229	2,6%
Iluminação Pública	704	779	10,7%	155	162	4,6%	313	326	4,2%
Serviço Público	3.226	3.321	2,9%	86	90	5,4%	177	182	3,0%
Suprimento de Energia	25	28	12,0%	365	393	7,7%	748	779	4,1%
Consumidores Livres	770	876	13,8%	2.079	2.190	5,3%	3.951	4.246	7,5%
Industrial	478	536	12,1%	1.827	1.897	3,8%	3.448	3.675	6,6%
Comercial	262	312	19,1%	189	227	20,2%	380	447	17,7%
Rural	6	7	16,7%	13	16	17,0%	24	30	25,4%
Suprimento*	24	21	-12,5%	51	51	0,1%	99	94	-5,4%
Mercado Total	2.868.267	2.940.652	2,5%	5.801	6.158	6,2%	12.119	12.476	2,9%
Residencial	2.244.686	2.305.464	2,7%	1.268	1.407	10,9%	2.959	2.995	1,2%
Industrial	102.943	105.579	2,6%	2.476	2.540	2,6%	4.745	4.934	4,0%
Comercial	258.907	267.479	3,3%	962	1.043	8,4%	2.117	2.166	2,3%
Rural	234.883	234.610	-0,1%	331	353	6,7%	731	764	4,5%
Demais Classes	26.461	27.138	2,6%	762	811	6,5%	1.561	1.610	3,2%
Consumo Próprio	387	382	-1,3%	3	4	48,2%	6	7	7,6%

*Passível de recortabilização pela CCEE.

** Número de Unidades Consumidoras (UC) conforme consumo faturado.

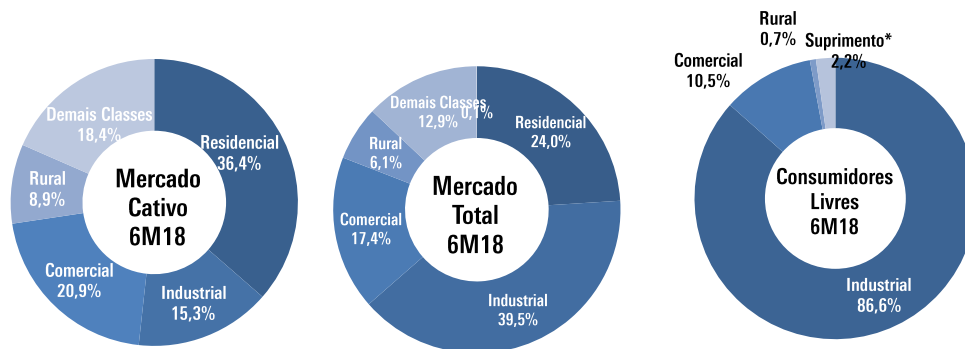
Conforme tabela acima, a energia faturada fornecida para o Mercado Cativo teve aumento de 6,6% (+245 GWh) no trimestre relativamente ao segundo trimestre de 2017, atingindo 3.964 GWh, revertendo a tendência de queda do primeiro trimestre, desempenho influenciado diretamente pelo crescimento das classes residencial e comercial. No acumulado do ano registra alta de 0,8% (+61 GWh) totalizando 8.223 GWh.

O Mercado Livre², conforme movimento que vem ocorrendo desde 2015, apresentou elevação de 5,3% (+110 GWh) no trimestre e 7,5% (+295 GWh), devido ao aumento do número de consumidores livres, registrando 876, incremento de 106 unidades no comparativo com 2T17 quando perfaz 770 unidades.

Em junho de 2017 o Mercado Cativo representava 67,3% da energia total faturada e o Mercado Livre 32,7%. Já em junho de 2018 o Mercado Cativo representa 67,4% da energia total distribuída da área de concessão da Celesc Distribuição e o Mercado Livre 32,6%. A migração do Mercado Cativo para o livre é uma liberalidade do consumidor, não impactando economicamente no resultado da distribuidora visto que toda energia migrada é passível de desconstrução ou considerada como sobra involuntária, e a receita da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD permanece inalterada, pois o consumidor continua pagando pelo serviço.

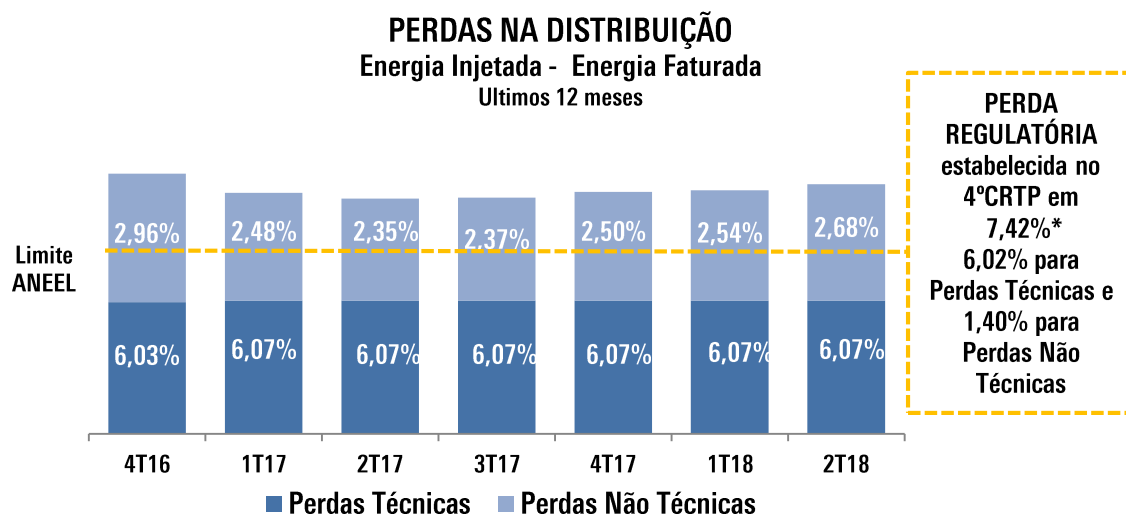
O gráfico abaixo apresenta a participação de cada classe de consumo no Mercado Cativo, entre os consumidores livres e no mercado total (cativo + livre):

³ A partir do 4T17 a energia distribuída considerada é a faturada, sendo que nos trimestres anteriores considerávamos a energia medida.



Perdas na Distribuição

De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc Distribuição (4CRT), a perda regulatória da distribuição foi estimada em 7,42% sobre a energia injetada no sistema de distribuição da concessionária. Desse total, 6,02% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,40% de perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até junho de 2018, as perdas globais representaram 8,75% de energia injetada sendo 6,07% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7, revisado no início de cada ano, ajustando assim a média móvel de 12 meses, e 2,68% correspondem às perdas não técnicas, apurada por diferença. O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Companhia:

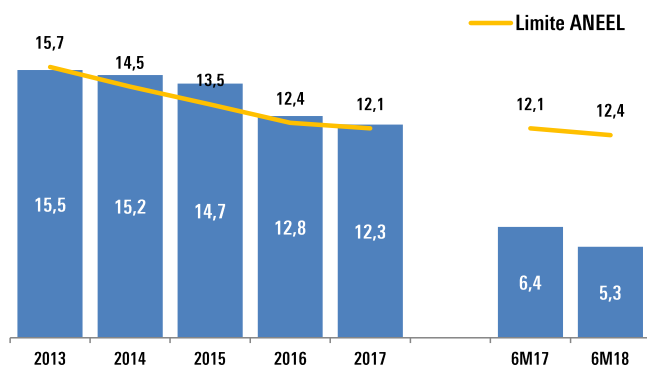
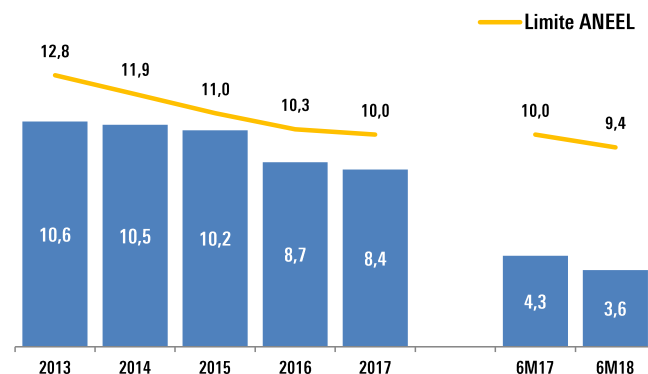


Desta forma, as perdas totais ficaram 1,33% acima do limite coberto pela tarifa, perfazendo um valor estimado sem cobertura tarifária acumulada de janeiro a junho de R\$39,2 milhões, sendo R\$6,0 milhões de perdas técnicas, R\$30 milhões de perdas não técnicas e R\$3,2 milhões de perdas na rede básica.

A companhia executa de forma contínua força tarefa no sentido de reduzir e recuperar estas perdas, atuando para sua detecção, identificando os casos de suspeita de irregularidade por meio de algoritmo (verificação *online*), procedimento contínuo e focado na identificação de casos de fraude e/ou deficiência técnica, além de integração de sistemas corporativos, revisão de processos de trabalho (metas de fiscalização), implantação de sistemas antifurto e regularização das ligações clandestinas, visando convergir aos limites regulatórios dentro do atual ciclo tarifário.

Qualidade da Energia Elétrica

O índice DEC (duração média das interrupções por unidade consumidora) da Celesc Distribuição S.A. foi de 5,26 horas nos seis primeiros meses de 2018, valor 18,7% abaixo do verificado no mesmo período de 2017, o que equivale a 44,8% do limite estabelecido pela ANEEL para 2018. Neste mesmo período, o FEC (número de interrupções por unidade consumidora) apresentou queda de 15,85%, representando 3,61 interrupções, o que equivale a 38,4% do limite regulatório estabelecido para 2018 neste indicador.

DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE POR CONSUMIDOR
(horas ponderadas)

FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE POR CONSUMIDOR
(número de vezes)


Observando os critérios definidos no [Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST](#), que estabelece todos os anos, para as Distribuidoras, limites para os indicadores globais de interrupção (DEC e FEC), sendo que a violação dos limites individuais (DIC, FIC e DMIC) gera compensação por parte das distribuidoras aos consumidores afetados, ocorrendo de forma automática via crédito na fatura em até dois meses após o período de apuração.

No segundo trimestre de 2018 a violação dos indicadores de qualidade em sua forma individual geraram créditos ao consumidor no valor de R\$3,9 milhões para Celesc Distribuição, 32,9% inferior ao registrado no segundo trimestre de 2017 quando assinalou R\$5,75 milhões. No ano, o custo incorrido foi de R\$7,8 milhões, 14,8% inferior ao realizado no primeiro semestre de 2017 (R\$9,1 milhões).

No caso do descumprimento das metas globais anuais do DEC ou FEC por dois anos consecutivos ou três vezes em cinco anos, contados a partir do ano civil subsequente à data de celebração do contrato ou termo aditivo ao contrato de concessão, a concessionária fica proibida de distribuir aos acionistas dividendos ou realizar pagamento de juros sobre o capital próprio – JCP, quando esses valores, isoladamente ou em conjunto, superarem 25% do lucro líquido. A limitação à distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio vigora a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento, permanecendo até que os parâmetros regulatórios sejam performados ([Resolução Normativa nº 747 de 2016](#)). Desta forma, como a Companhia descumpriu as metas globais do DEC nos anos de 2016 e 2017, está limitada a distribuição de dividendos e/ou JCP no mínimo legal, 25%.

2.1.2 – Desempenho Econômico-Financeiro

Celesc Distribuição S.A. | Principais Indicadores Financeiros (IFRS)

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	6M17	6M18	Δ
Receita Operacional Bruta	2.644,6	3.128,0	18,3%	5.236,4	6.028,6	15,1%
Deduções da Receita Operacional	(1.029,9)	(1.187,2)	15,3%	(2.114,0)	(2.346,2)	11,0%
Receita Operacional Líquida	1.614,7	1.940,8	20,2%	3.122,4	3.682,4	17,9%
Custos e Despesas Operacionais	(1.606,3)	(1.809,3)	12,6%	(2.966,6)	(3.434,7)	15,8%
Custos com Energia Elétrica	(1.219,2)	(1.460,0)	19,7%	(2.234,2)	(2.737,8)	22,5%
Despesas Operacionais	(387,0)	(349,3)	-9,7%	(732,4)	(696,9)	-4,8%
Resultado das Atividades	8,4	131,5	1461,2%	155,8	247,8	59,0%
EBITDA	58,3	183,2	214,1%	255,1	350,7	37,5%
Margem EBITDA IFRS, ex-Receita de Construção (%)	3,8%	10,0%		8,7%	10,1%	
Resultado Financeiro	(134,1)	(29,9)	77,7%	(127,5)	(48,4)	62,0%
LAIR	(125,7)	101,6	180,8%	28,3	199,4	605,2%
IR/CSLL	19,1	(39,4)		(39,7)	(79,7)	
Lucro/Prejuízo Líquido	(106,6)	62,2	158,4%	(11,4)	119,6	1150,2%
Margem Líquida IFRS, ex-Receita de Construção (%)	-7,0%	3,4%		-0,4%	3,4%	

Destaques do Resultado

Os principais destaques no resultado da Celesc Distribuição no período foram:

- Aumento expressivo de 18,3% na ROB (Receita Operacional Bruta) no trimestre e 15,1% ano, resultado do efeito positivo do ativo regulatório e Doações e Subvenções comparativamente ao 2T17;
- A ROL (Receita Operacional Líquida) apresentou alta de 20,2% (+R\$326,1 milhões) no trimestre e 17,9% (+R\$560 milhões) ano, decorrente dos mesmos motivos citados acima;
- Aumento de 19,7% no trimestre e 22,5% no ano nos custos com energia decorrente, principalmente, do aumento dos encargos de uso da rede elétrica;
- Redução de 22,7% no trimestre e 10,7% ano nas despesas gerenciáveis (PMSO);
- O EBITDA assinalou expansão de 214,1% no trimestre (37,5% ano) em relação ao trimestre do ano anterior;
- O Resultado Financeiro foi negativo no trimestre em R\$29,5 milhões influenciado pela queda de receita das aplicações financeiras e do aumento da variação cambial com energia comprada;
- O Lucro líquido foi positivo em R\$62,2 milhões no trimestre (R\$119,6 milhões ano) decorrente dos motivos expostos acima.

Considerando que a companhia não apresentou efeitos não recorrentes nos trimestres, tanto o EBITDA e o Lucro IFRS foram similares ao EBITDA e Lucro ajustado.

Celesc Distribuição S.A. | Resultado Ajustado*

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	6M17	6M18	Δ
EBITDA Ajustado	36,8	183,2	397,4%	233,6	350,7	50,2%
Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	2,4%	10,0%		8,0%	10,1%	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado	(9,3)	62,2	771,3%	83,8	119,6	42,7%
Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	-0,6%	3,4%		2,9%	3,4%	

*IFRS - Itens Não-Recorrentes. Cálculo das margens excluem Receita de Construção.

Receita Operacional Bruta

Celesc Distribuição S.A. | Receita Operacional Bruta

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	6M17	6M18	Δ
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.644,6	3.128,0	18,3%	5.236,4	6.028,6	15,1%
Fornecimento de Energia Elétrica***	1.172,9	1.603,7	36,7%	3.013,6	3.291,5	9,2%
Suprimento de Energia	55,0	74,0	34,5%	117,3	148,8	26,9%
Ativo Regulatório	164,8	286,9	74,1%	(44,4)	282,5	735,6%
Energia Elétrica de Curto Prazo	173,0	101,6	-41,2%	207,0	143,1	-30,9%
Disponibilização Rede Elétrica (TUSD)***	841,0	758,9	-9,8%	1.471,0	1.573,5	7,0%
Doações e Subvenções*	135,8	194,7	43,4%	271,7	382,2	40,7%
Renda de Prestação de Serviços	0,6	0,6	0,0%	1,2	1,2	6,6%
Serviço Taxado	3,3	3,6	8,7%	6,2	6,7	8,9%
Atualização VNR**	0,2	1,7	895,4%	0,9	2,3	151,1%
Receita de Construção	98,1	102,3	4,3%	192,0	196,7	2,4%

* Inclui recebimento de Subsídio CDE referente Decreto Nº 7.891/2013

** Inclui receita com VNR antes do 4T16 contabilizada como Receita Financeira

*** Reclassificado no 1T18 com a segregação da receita de TUSD antes contabilizada como receita de fornecimento passou a ser contabilizada como Disponibilidade Rede Elétrica (TUSD)

Abaixo se destacam os principais fatores que influenciaram o desempenho da ROB⁴ neste segundo trimestre:

- i. Aumento de 36,7% na rubrica *Receita com Fornecimento de Energia Elétrica* reflexo do aumento do consumo no Mercado Cativo decorrente da expansão de 20,3% no trimestre (+R\$349 milhões) e 9,8% ano, destacando as Classes Residencial e Comercial com incremento de +24,8% (+R\$167 milhões) e 19,7% (+R\$87 milhões) respectivamente. Destaca-se, também, a Receita com bandeira tarifária detalhado a seguir;
- ii. Incremento de R\$35,9 milhões no trimestre (R\$58,6 milhões ano) de *Receita com fornecimento* de bandeira tarifária, valor inferior ao realizado no segundo trimestre de 2017 quando perfaz R\$79,8 milhões (R\$91,2 milhões no 6M17);
- iii. Aumento de 34,5% (+R\$19,0 milhões) no trimestre e 26,9% (+R\$31,5 milhões) ano na rubrica suprimento de energia;
- iv. No *Ativo Regulatório/Passivo Regulatório*, resultado positivo de R\$286,9 milhões (Ativo Regulatório) no trimestre, sendo R\$295 milhões de formação de CVA no período;
- v. Redução na receita registrada a título de *Disponibilização Rede Elétrica (TUSD)* de 9,8% no trimestre somando R\$758,9 milhões no trimestre, sendo R\$163,7 milhões (R\$323 milhões ano) referentes à disponibilização de rede elétrica a consumidores livres industriais, R\$21,1 milhões (R\$41,5 milhões ano) a consumidores livres comerciais e R\$1,5 milhões (R\$3,1 milhões ano) a consumidores livre rural. A partir do 1T18 passou a ser contabilizado nesta rubrica, também, a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos antes contabilizado com Fornecimento de Energia Elétrica, sendo que no segundo trimestre de 2018 totalizou R\$574,3 milhões (R\$841 milhões no 2T17);
- vi. *Doação e subvenção* de R\$194,7 milhões no trimestre (R\$382,2 milhões ano), aumento de 43,4% (+R\$58,9 milhões no trimestre e R\$110,5 milhões ano) em relação ao mesmo período de 2017, sendo R\$180,3 milhões (ante R\$131,1 milhões do 2T17) no trimestre e R\$360,6 milhões (ante R\$262,2 milhões no 6M17) no acumulado do ano referentes a subsídios tarifários (Decreto 7.891/2013).

Deduções da Receita Operacional Bruta

Celesc Distribuição S.A. | Deduções da Receita Operacional Bruta

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	6M17	6M18	Δ
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(1.029,9)	(1.187,2)	15,3%	(2.114,0)	(2.346,2)	11,0%
ICMS	(430,8)	(506,1)	17,5%	(962,6)	(1.041,3)	8,2%
PIS/COFINS	(226,1)	(279,5)	23,6%	(456,1)	(539,0)	18,2%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(276,4)	(351,7)	27,2%	(571,5)	(696,2)	21,8%
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (0,5% da ROL)	(7,6)	(9,2)	21,6%	(14,6)	(17,5)	19,2%
Programa de Eficiência Energética - PEE (0,5% da ROL)	(7,6)	(9,2)	21,6%	(14,6)	(17,5)	19,2%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1,6)	(1,7)	1,7%	(3,3)	(3,3)	1,7%
Outros Encargos	(79,8)	(29,8)	-62,6%	(91,3)	(31,5)	-65,5%

As deduções representam 38% da ROB e sua variação, geralmente, segue a variação da ROB. A seguir destacam-se detalhadamente os fatores que contribuíram para redução:

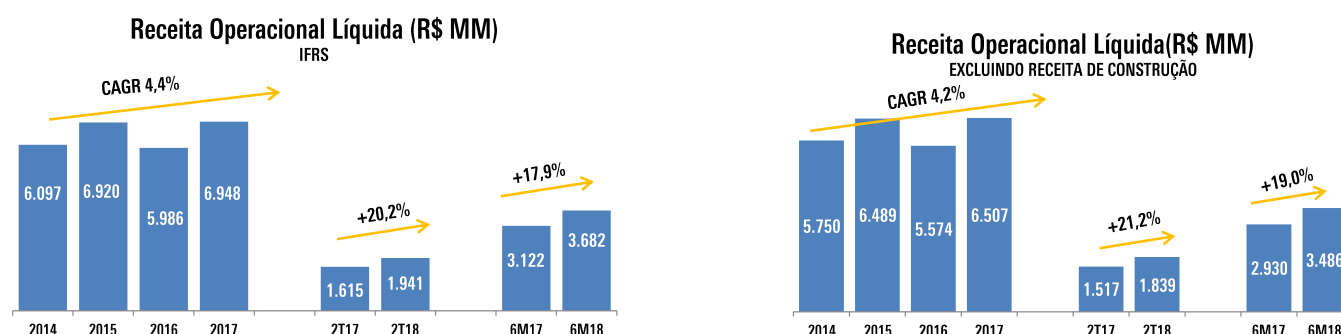
- i. Aumento de 17,5% (8,2% ano) na *conta ICMS* no trimestre atingindo R\$506,1 milhões (R\$1.041,3 milhões ano). Este tributo acompanha a Receita com Fornecimento de Energia Elétrica que teve aumento de 36,7% (Considerando as transferências do Mercado Cativo para o Livre);
- ii. Elevação na *Conta de Desenvolvimento Energético – CDE* que somou R\$351,7 milhões trimestre (27,2% acima do verificado no 2T17) e R\$696,2 milhões (21,8% acima do 6M17);
- iii. A rubrica *Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL*, antes classificada do grupo de Outras Receitas/Despesas Operacionais, teve pequeno acréscimo de 1,7% no trimestre, sinalizando R\$1,7 milhões na dedução da receita operacional;
- iv. A rubrica Outros Encargos registrou R\$29,8 milhões no trimestre e R\$31,5 milhões no ano, devido às receitas referentes ao fornecimento não faturado relativo à aplicação das Bandeiras Tarifárias, lançada como contrapartida da rubrica Receita com fornecimento de energia – Bandeira Tarifária. Essa rubrica reduziu-se bastante comparativamente a 2017, visto que no 2T17 havia assinalado R\$79,8 milhões devido ao acionamento da bandeira vermelha nos meses de abril, maio e junho;

⁴ Exclui a Receita de Construção. Em função das normas contábeis IFRS tem custo correspondente de mesmo valor registrado nas despesas operacionais e, portanto, não afeta o resultado da Companhia.

- v. Aumento de PIS/COFINS de 23,6% no trimestre e 18,2% ano, registrando R\$279,5 milhões e R\$539,0 milhões respectivamente. Esse imposto acompanha a evolução da ROB, sendo que juntamente com o ICMS representa 67,4% das Deduções.

Receita Operacional Líquida

A Receita da Celesc Distribuição apresenta evolução média anual de 4,4% (Receita de Construção inclusa) e 4,2% (desconsiderando Receita de Construção) nos últimos quatro exercícios conforme gráfico abaixo:



Custos e Despesas Operacionais

Celesc Distribuição S.A. | Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	6M17	6M18	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.606,3)	(1.809,3)	12,6%	(2.966,6)	(3.434,7)	15,8%
Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis	(1.219,2)	(1.460,0)	19,7%	(2.234,2)	(2.737,8)	22,5%
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	(1.083,8)	(1.164,5)	7,4%	(1.959,5)	(2.163,4)	10,4%
Encargo de Uso da Rede Elétrica	(98,7)	(256,0)	159,3%	(201,3)	(495,3)	146,1%
PROINFA	(36,7)	(39,5)	7,7%	(73,4)	(79,1)	7,7%
PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis	(220,4)	(170,3)	-22,7%	(394,2)	(352,0)	-10,7%
Pessoal	(164,7)	(134,9)	-18,1%	(314,6)	(279,5)	-11,1%
Materiais	(3,2)	(3,4)	6,3%	(6,6)	(6,5)	-1,0%
Serviços de Terceiros	(43,3)	(47,3)	9,2%	(84,6)	(92,2)	8,9%
Outras Receitas / Despesas	(9,2)	15,3	266,9%	11,5	26,2	127,2%
Provisões, líquidas*	(18,7)	(25,1)	34,2%	(46,9)	(45,3)	-3,4%
Depreciação / Amortização	(49,9)	(51,7)	3,6%	(99,3)	(103,0)	3,8%
Custo de Construção	(98,1)	(102,3)	4,3%	(192,0)	(196,7)	2,4%

Desconsiderando a rubrica Custo de Construção (que tem efeito nulo no resultado) o aumento no trimestre foi de 13,2% (+R\$198,8 milhões), contabilizando R\$1.707,0 milhões no trimestre. A elevação decorreu pelo aumento dos gastos não gerenciáveis, tendo os gastos gerenciáveis reduzido 22,7%. O impacto no custo de energia decorreu, fundamentalmente, nos Encargos de Uso da Rede Elétrica conforme será detalhado a seguir.

No acumulado do ano, os custos e despesas operacionais, sem efeito do custo de construção, somaram R\$3.238,0 milhões, aumento de 16,7% (+R\$463,4 milhões) em relação 2017, sendo que os custos não gerenciáveis (Energia) ampliaram 22,5% e os não gerenciáveis (PMSO) contraíram 10,7% conforme será comentado no próximo tópico.

Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis

A soma de R\$1.460,0 milhões no trimestre (R\$2.737,8 milhões ano) nos custos não gerenciáveis (Parcela A) se explicam pelos seguintes motivos:

- Reflexo do aumento de 10,8% na energia de origem Hidro, 13,9% da energia de Itaipu e 55,0% em Outros contratos conforme observa-se no quadro abaixo;
- Ampliação de 159,3% (+R\$157,3 milhões), totalizando R\$256,0 milhões (R\$495,3 milhões ano), com os Encargos de Uso da Rede Elétrica (sistema de transmissão) que acompanham os reajustes/revisões tarifários;
- Aumento de 7,7% (+R\$2,8 milhões), somando R\$39,5 milhões nas despesas com [PROINFA](#) (Lei 10.438/2002).

A tabela abaixo apresenta o custo por modalidade e respectiva participação no mix de tarifas de compra de energia da Companhia:

Celesc Distribuição S.A. | Custos com Energia Comprada por Modalidade de Contratação

Tarifa Média de Energia Comprada por Modalidade (R\$/MWh)*	2T17	2T18	Var. de Preço %	Participação % no MIX 2T17	Participação % no MIX 2T18	Tarifa Média do Reajuste Tarifário* (R\$/MWh)
LEILÃO - CCEAR / Hidro	173,4	192,2	10,8%	33,6%	30,7%	147,1
LEILÃO - CCEAR / Térmica	220,6	203,0	-8,0%	29,4%	32,7%	296,5
ITAIPU	208,6	237,6	13,9%	20,0%	20,3%	198,0
CONTRATOS BILATERAIS	308,3	272,0	-11,8%	0,1%	0,1%	293,7
OUTROS	58,8	91,1	55,0%	16,9%	16,2%	62,7
Total - (R\$/MWh)	175,1	188,6	7,7%	100%	100%	190,3

* Os dados contém previsões de despesas com compra de energia em função da metodologia utilizada na contabilização. A receita com bandeiras tarifárias não estão contempladas nos cálculos acima. Esta receita é tratada a parte pois a sua cobertura depende das condições hidrológicas, que podem ser alteradas de um mês para o outro.

* Resolução Homologatória 2.286/2017

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (Ativos e Passivos Regulatórios Parcela A)

A tabela a seguir demonstra o saldo de Ativos e Passivos Regulatórios apurados pela Companhia e acumulados ao final de cada período. Os referidos saldos integram a base de reajustes tarifários da Companhia.

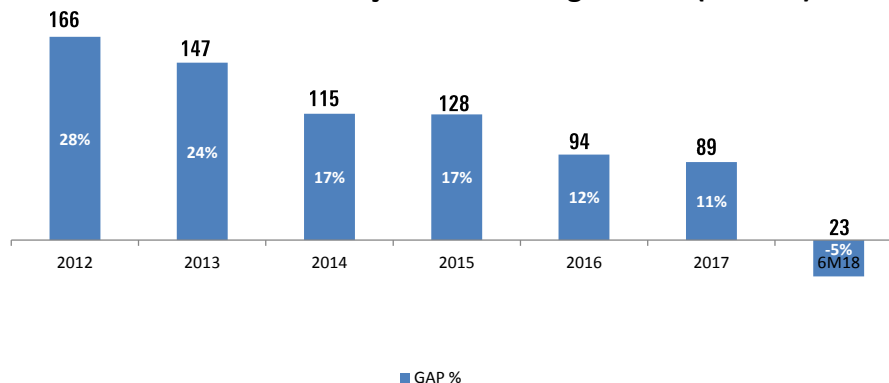
Celesc Distribuição S.A. | Ativos e Passivos Regulatórios Acumulados

R\$ Milhões	em 31/03/2016	em 30/06/2016	em 30/09/2016	em 31/12/2016	em 31/03/2017	em 30/06/2017	em 30/09/2017	em 31/12/2017	em 31/03/2018	em 30/06/2018
Ativos Regulatórios	921,4	806,1	154,2	267,9	129,9	268,1	578,9	680,4	646,8	902,4
Passivos Regulatórios	(820,5)	(1.266,2)	(705,9)	(674,5)	(769,0)	(566,3)	(638,2)	(706,7)	(686,2)	(664,1)
Saldo Líquido	101,0	(460,1)	(551,7)	(406,6)	(639,1)	(298,2)	(59,3)	(26,3)	(39,4)	238,4

Os ativos regulatórios totalizaram R\$902,4 milhões sendo que R\$893,0 milhões se referem à constituição de CVA Ativa (R\$778,1 milhões referente à compra de energia, R\$108,5 milhões ao transporte Rede Básica e de Energia) e R\$9,3 milhões aos Demais Ativos Financeiros Setoriais. Já os passivos regulatórios somaram R\$664,1 milhões, sendo R\$455,3 milhões refere-se à CVA Passiva (decorrendo R\$323,3 milhões referente aos encargos do sistema e R\$130,1 milhões a CDE) e R\$208,7 milhões aos Demais Passivos Financeiros Setoriais (R\$23,4 milhões referente à sobrecontratação de energia 2016, R\$70,2 milhões correspondentes a neutralidade da Parcela A, e R\$99,1 milhões de devolução tarifária).

PMSO – Despesas Operacionais Gerenciáveis (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros)

Abaixo evolução do PMSO Celesc Distribuição x PMSO Regulatório estimado pela Companhia. Observa-se a contínua redução do GAP (diferença entre o PMSO Celesc Distribuição e PMSO Regulatório). Nos seis primeiros meses de 2018, fechamos com R\$23 milhões abaixo do regulatório, efeito principalmente das despesas de MSO.

PMSO Celesc Distribuição x PMSO Regulatório (R\$ MM)

Pessoal

A rubrica *Pessoal e Administradores* são compostos pelas despesas incorridas com remuneração dos empregados (incluindo encargos) e com as contribuições regulares aos planos de pensão administrados pela Fundação CELOS (rubrica *Previdência Privada*).

Celesc Distribuição S.A. | Despesas Totais com Pessoal

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Pessoal Total	(164,7)	(134,9)	-18,1%	(314,6)	(279,5)	-11,1%
Pessoal e Administradores	(146,3)	(126,6)	-13,5%	(279,5)	(264,7)	-5,3%
Pessoal e Encargos	(139,6)	(119,6)	-14,3%	(265,6)	(250,4)	-5,7%
Previdência Privada	(6,7)	(7,0)	3,6%	(13,9)	(14,3)	3,0%
Despesa Atuarial	(18,4)	(8,3)	-54,9%	(35,1)	(14,8)	-57,8%

A redução de 18,1% (-R\$29,8 milhões) no trimestre e 11,1% (-R\$35,0 milhões) no acumulado do ano na rubrica *Pessoal e Administradores* decorreu principalmente: (i) Redução de 3,8% nas verbas fixas, destacando: salário fixo (+2,4%, devido devido aos efeitos do reajuste anual previsto no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT e aplicação do Plano de Cargos e Salários - PCS), anuênio (-1,6%), produtividade (7,6%), vantagem pessoal (-21,8%); (ii) Redução de 6,6% nos encargos (encargos trabalhistas e FGTS); (iii) Contração de 4,5% no adicional de periculosidade; (iv) Retração de 5,9% nas verbas variáveis: hora extra 50% (-18,5%), hora extra 100% (+4,4%) e sobreaviso (+0,4%); (v) Redução de 57,8% na despesa atuarial.

Previdência Privada e Despesa Atuarial

A Celesc Distribuição é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS que administra os planos de benefícios previdenciários e o plano assistencial de saúde oferecido aos seus empregados. A *Despesa Atuarial* reconhecida na Demonstração de Resultado segue o definido na Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios Pós-Emprego realizada por atuários independentes. O valor estimando a ser reconhecido no ano como despesa atuarial no resultado considera tanto o valor a ser contabilizado na despesa de pessoal (despesa atuarial) quanto o valor contabilizado como despesas financeira (atualização da reserva matemática⁵). O valor a ser reconhecido em 2018 é de R\$71,5 milhões, sendo que no primeiro semestre (6M18) foram efetivamente reconhecidos R\$35,7 milhões, somando R\$14,8 milhões como despesa de pessoal (despesa atuarial) e R\$20,9 milhões como despesa financeira (atualização da reserva matemática).

⁵ Nota Explicativa 28 - ITR 2T18.

Celesc Distribuição S.A. | Despesa (receita) Atuarial reconhecida no resultado

R\$ Milhões	Valor efetivamente reconhecido em 2014	Valor efetivamente reconhecido em 2015	Valor efetivamente reconhecido em 2016	Valor estimado a ser reconhecido em 2017	Valor estimado a ser reconhecido em 2018
Plano Transitório	33,6	42,6	47,0	32,2	25,2
Plano Misto	23,1	35,5	40,0	34,8	4,8
Plano Pecúlio	0,1	0,1	1,1	1,0	0,9
PDVI 2002	0,6	-	-	-	-
PDV 2012	20,3	12,9	9,9	3,6	-
Plano de Saúde	5,9	11,6	33,1	38,9	36,0
Outros Benefícios	3,2	3,1	4,1	4,6	4,6
Total	74,9	105,7	135,2	115,1	71,5

O quadro a seguir apresenta o Passivo Atuarial reconhecido em 30/06/2018 em comparação ao fechamento de 2017 e demonstrando redução das obrigações estimadas da Celesc Distribuição.

Celesc Distribuição S.A. | Passivo Atuarial

R\$ Milhões	em 31 de dezembro de 2017	em 30 de Junho de 2018	Var. %
Planos de Benefícios Previdenciários	1.179,8	1.137,3	-3,6%
Plano Misto + Plano Transitório	1.179,8	1.137,3	
Outros Benefícios Pós-Emprego	698,1	689,9	-1,2%
Plano de Saúde	652,2	643,6	-1,3%
Outros Benefícios	45,8	46,3	1,0%
Total	1.877,9	1.827,2	-2,7%
Curto Prazo	139,2	138,3	-0,7%
Longo Prazo	1738,7	1688,9	-2,9%

Materiais

A rubrica *Materiais* somou R\$3,4 milhões no trimestre de 2018, aumento de 6,3% em relação ao segundo trimestre de 2017, contudo no ano assinala redução de 1%. Dentre as rubricas que contribuíram para variação no trimestre (ano) destaca-se: (i) Redução de 5,8% em material de manutenção e conservação de Unidades Administrativas e Unidades Operacionais; (ii) Aumento de 72% em material com manutenção informática.

Serviços de Terceiros

Os gastos com *Serviços de Terceiros* somaram R\$47,3 milhões no segundo trimestre de 2018 (R\$92,2 milhões ano), aumento de 9,2% (8,9% ano) em relação ao 2T17 (6M17). O incremento deve-se, principalmente, (i) Aumento de 6,4% em serviços com poda e roçada; (ii) Aumento de 4,1% com serviços comerciais; (iii) Aumento de 9,7% com serviços financeiros; (iv) Aumento de 2,7% no LIES; (v) Redução de 1,1% em serviços com manutenção de rede; (vi) Aumento de 2,3% em serviços com manutenção de veículos.

Outras Despesas Operacionais
Celesc Distribuição S.A. | Outras Despesas / Receitas Operacionais

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Outras Despesas / Receitas - Total	(9,2)	15,3	266,9%	11,5	26,2	127,2%
Arrendamento e Aluguéis	(3,9)	(5,3)	35,9%	(8,4)	(9,6)	14,3%
Seguros	(1,5)	(1,3)	-15,0%	(1,5)	(1,3)	-14,9%
Tributos	(1,2)	(1,3)	12,2%	(2,8)	(3,6)	25,7%
Perdas líquidas	(3,9)	(7,3)	84,8%	(8,2)	(14,4)	76,1%
Despesas Diversas*	1,4	30,6	2094,9%	32,4	55,0	69,6%

* Despesas Diversas: Consumo Próprio de Energia, Publicidade, Multas, Indenizações a Consumidores, Doações/Subvenções, etc.

O item *Outras Despesas Operacionais* registrou valor positivo de R\$15,3 milhões no trimestre (R\$26,2 milhões ano) nesta rubrica, aumento de R\$24,5 milhões no trimestre comparativamente com o mesmo período do ano anterior quando os gastos foram negativos da ordem de R\$9,2 milhões. Dentre os fatores que contribuíram para variação no trimestre destaca-se: (i) Aluguéis e arrendamento apresentaram queda de 35,9%; (ii) Tributos tiveram expansão de 15%; (iii) Perdas líquidas com Crédito tiveram acréscimos de R\$3,3 milhões ressalta-se que a maior parte destes créditos foram lançados como perda em trimestres anteriores; (iv) Violação Padrão de Qualidade queda de 32,9% (+R\$1,8 milhões) assinalando R\$3,8 milhões no 2T18 ante R\$5,7 milhões no 2T17; (v) Consumo Próprio assinalou reversão de despesa de R\$7,8 milhões no trimestre; (vi) Taxa de Arrecadação de Convênio registrou receita de R\$10,6 milhões; (vi) Ganhos de Alienação de Bens e Direitos somou receita de R\$2,6 milhões; (vii) Recuperação de Gastos somou R\$7,8 milhões, incluído recuperação de despesa com PIS e Danos em Linhas e Rede.

Provisões e Reversões de Provisões

Celesc Distribuição S.A. | Provisões

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Provisões líquidas - Total	(18,7)	(25,1)	34,3%	(46,9)	(45,3)	-3,4%
Provisões p/ Perdas Est. em Créd. de Liq. Duv., líquidas	(21,6)	(10,4)	-52,1%	(26,5)	(20,1)	-24,0%
<i>Provisões de PECLD</i>	(21,7)	(13,4)	-38,4%	(30,9)	(23,4)	-24,3%
<i>Reversão de Provisões de PECLD</i>	0,1	3,0	3201,2%	4,4	3,3	-25,5%
Outras Provisões, líquidas	2,9	(14,7)	-601,4%	(20,4)	(25,1)	23,4%
<i>Outras Provisões</i>	(23,3)	(21,0)	-10,1%	(49,6)	(35,5)	-28,4%
<i>Reversão de Outras Provisões</i>	26,3	6,3	-76,2%	29,2	10,4	-64,6%

Principais variações das Provisões para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

- (i) As Provisões de PECLD somaram R\$13,4 milhões no 2T18 (R\$23,4 milhões no ano), reflexo do maior faturamento da Companhia decorrente da elevação nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e da baixa de provisões antigas;
- (ii) Reversão de Provisão de R\$3,0 milhões no trimestre (R\$3,3 milhões no ano).

Principais Variações de Outras Provisões para Perdas (Contingências Jurídicas Trabalhistas, Cíveis, Fiscais, Ambientais e Regulatórias)

- (i) Redução na rubrica Outras Provisões Líquidas totalizando R\$14,7 milhões no trimestre e R\$25,1 milhões no ano (efeito redutor nas despesas operacionais da distribuidora);
- (ii) A rubrica Outras Provisões apresentou saldo de R\$21,0 milhões, 10,1% (-28,4% ano) inferior ao realizado no 2T17 (6M17), segregando-se: R\$6,1 milhões Trabalhista (ante R\$10,1 milhões no 2T17), R\$14,9 milhões Civil (ante R\$13,1 milhões no 2T17);
- (iii) Detalhando-se a rubrica reversão de outras provisões, que somou R\$6,3 milhões no trimestre (R\$10,4 milhões), sendo: R\$4,1 milhões Trabalhista (ante R\$2,6 milhões no 2T17), R\$1,5 milhões Cível (ante R\$2,0 milhões no 2T17) e R\$0,7 milhões Regulatória (ante R\$0,02 milhões 2T17).

EBITDA e EBITDA Ajustado (não auditado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação do EBITDA societário (ICVM nº 527/12) e também os ajustes de EBITDA (Efeitos Não-Recorrentes).

Celesc Distribuição S.A. | EBITDA IFRS - Não-Recorrentes

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Lucro / Prejuízo Líquido	(106,6)	62,2	158,4%	(11,4)	119,6	1150,2%
(+) IR e CSLL	(19,1)	39,4	305,9%	39,7	79,7	101,1%
(+) Resultado Financeiro	134,1	29,9	-77,7%	127,5	48,4	-62,0%
(+) Depreciação e Amortização	49,9	51,7	3,6%	99,3	103,0	3,8%
EBITDA	58,3	183,2	214,1%	255,1	350,7	37,5%
(+) Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios						
(=) EBITDA Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios	58,3	183,2	214,1%	255,1	350,7	37,5%
(-) Efeitos Não-Recorrentes						
Baixa Provisão Cível	21,5	0,0		21,5	0,0	
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	36,8	183,2	397,4%	233,6	350,7	50,2%
Margem EBITDA IFRS, exclui Receita de Construção (%)	3,8%	10,0%		8,7%	10,1%	
Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	2,4%	10,0%		8,0%	10,1%	

Considerando que não tivemos efeitos não recorrentes no trimestre e consequentemente ajustes, o EBITDA ajustado e margem são similares ao IFRS, tendo expansão de 397,4%, registrando R\$183,2 milhões no trimestre (R\$350,7 milhões ano) e Margem EBITDA de 10,0% (10,1% ano) decorrente: (i) Reajuste Tarifário de 7,85% aplicado em agosto de 2017; (ii) Crescimento de Mercado de 2,9%; (iii) Queda de 22,7% nos Gastos Gerenciáveis (PMSO) com impacto direto de R\$50 milhões no resultado devido aos efeitos positivos do PDV efetuado em dezembro de 2017.

O EBITDA Regulatório (Valor da Parcela B menos o valor do Custo Operacional Regulatório – PMSO) da Celesc Distribuição estimado pela Companhia registrou R\$317,8 milhões no 6M18, valor R\$32,9 milhões abaixo do EBITDA Ajustado.

Resultado Financeiro
Celesc Distribuição S.A. | Demonstrativo do Resultado Financeiro

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Receitas Financeiras	101,9	40,5	-60,2%	168,3	79,5	-52,8%
Renda de Aplicações Financeiras	24,5	2,9	-88,1%	49,0	6,8	-86,1%
Variações Monetárias	5,3	6,4	20,6%	7,9	10,1	28,4%
Incentivo Financeiro Fundo Social	0,0	0,0		1,2	0,0	-100,0%
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Faturas	29,1	22,2	-24,0%	58,1	44,8	-22,9%
Ativo Regulatório/ Taxas Regulamentares	33,9	9,1	-73,1%	38,3	17,0	-55,6%
Variação Cambial Energia Comprada	0,0	0,1		7,5	1,5	-80,5%
Outras Receitas Financeiras	9,1	(0,1)	-101,3%	6,3	(0,7)	-111,5%
Despesas Financeiras	(236,1)	(70,4)	-70,2%	(295,8)	(127,9)	-56,8%
Encargos de Dívidas	(18,6)	(20,7)	11,1%	(41,6)	(40,2)	-3,2%
Variações Monetárias	(0,1)	(0,4)	178,6%	(0,4)	(0,6)	55,9%
Atualização P&D e Eficiência Energética	(6,1)	(3,9)	-35,8%	(13,1)	(7,7)	-40,9%
Variação Cambial Energia Comprada	(6,2)	(14,6)	135,3%	(6,5)	(16,4)	154,4%
Passivo Regulatório/ Taxas Regulamentares	(188,9)	(23,1)	-87,8%	(204,7)	(46,5)	-77,3%
Juros sobre Debêntures	(6,3)	(2,8)	-55,0%	(16,4)	(6,7)	-59,3%
Outras Despesas Financeiras	(9,9)	(4,9)	-50,0%	(13,2)	(9,8)	-25,7%
Resultado Financeiro Líquido	(134,1)	(29,9)	77,7%	(127,5)	(48,4)	62,0%

** Atualização VNR foi reclassificada como item de Receita Bruta a partir do 4T16

As Receitas Financeiras somaram R\$40,5 milhões no trimestre (R\$79,5 milhões ano), contração de 60,2% (52,8% no 6M18) em relação ao 2T17 (6M17) destacando: (i) Renda de Aplicação Financeira R\$2,9 milhões (R\$6,8 milhões ano), decréscimo de 88,1% (86,1%), influenciada pela redução do juro; (ii) Variação Monetária, expansão de 20,6% (28,4% ano), registrando R\$6,4 milhões (R\$10,1 milhões ano), no comparativo com 2T17 (6M17); (iii) Juros e Acréscimo sobre Faturas, queda de 24% (22,9% ano) decorrente da redução do faturamento e da inadimplência de curtíssimo prazo totalizando R\$22,2 milhões (R\$44,8 milhões ano) incluindo tanto o acréscimo moratório sobre a fatura (R\$14,3 milhões no trimestre e R\$28,5 milhões no ano) quanto outros encargos (R\$7,8 milhões no trimestre e R\$16,3 milhões no ano) sobre a fatura (multa, juros in mora); (iv) Ativo Regulatório/Taxas Regulamentares, assinala R\$9,1 milhões trimestral (R\$17,0 ano), sendo que as variações nesta rubrica advêm da aplicação da SELIC sobre os ativos financeiros setoriais (ativo regulatório); (v) Outras receitas financeiras apresentaram variação negativa de 0,1 milhões, nesta rubrica incluí-se receitas com multa contratual, desconto de fornecedores, pagamentos de fatura com deságio e também compensação tributária.

As Despesas Financeiras foram de R\$70,4 milhões no trimestre (R\$127,9 milhões ano), contração de 70,2% (-R\$167,5 milhões) no trimestre e 56,8% (-R\$167,9 milhões) no ano em relação ao período comparativo do 2T17 e 6M17 respectivamente. Abaixo descreve-se os principais fatores de influência: (i) Encargos de Dívidas, totalizou R\$20,7 milhões (R\$40,2 milhões ano) decorrente de: 1) Juros pagos sobre o estoque de dívida e de seu principal indexador (taxa CDI) totalizando R\$11 milhões (R\$19,4 milhões ano) e 2) Reclassificação da reserva matemática, classificada como despesa operacional até o 3T15, tendo impacto de R\$9,7,4 milhões no trimestre (R\$20,8 milhões ano), mas reduzindo a despesa operacional; (ii) Juros sobre Debêntures, somando R\$2,8 milhões no trimestre (R\$6,7 milhões ano) relativa à captação realizada em setembro/15; (iii) Passivo Regulatório/Taxas Regulamentares (SELIC) totalizando R\$23,1 milhões no trimestre (R\$46,5 milhões ano), destacando: 1) R\$10,8 milhões no trimestre (R\$19,8 milhões ano) referente a atualização monetária do passivo regulatório; 2) R\$12,3 milhões no trimestre (R\$26,7 milhões ano) referente a atualização da CDE⁶; (iv) Atualização do P&D e Eficiência Energética totalizando R\$3,8 milhões no trimestre; (v) Na rubrica Outras despesas registraram R\$4,9 milhões no trimestre (R\$9,7 milhões ano), sendo R\$2,2 milhões (R\$4,5 milhões ano) referente ao litígio e R\$1,3 milhões em despesas com IOF e R\$1,3 milhões em outras.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

Celesc Distribuição S.A. | LUCRO LÍQUIDO IFRS - Não-Recorrentes

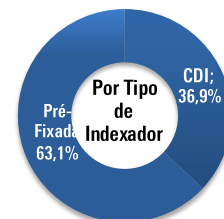
R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	6M17	6M18	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido - Reportado IFRS	(106,6)	62,2	158,4%	(11,4)	119,6	1150,2%
(+) Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios						
(=) Lucro/Prejuízo Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios	(106,6)	62,2	158,4%	(11,4)	119,6	1150,2%
(-) Efeitos Não-Recorrentes	(97,3)	0,0		(95,2)	0,0	
Atualização Financeira CDE	(111,5)			(109,4)		
Baixa Provisão Cível	14,2			14,2		
(=) Lucro Líquido Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	(9,3)	62,2	771,3%	83,8	119,6	42,7%
Margem Líquida IFRS, exclui Receita de Construção (%)	-7,0%	3,4%		-0,4%	3,4%	
Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	-0,6%	3,4%		2,9%	3,4%	

Considerando R\$97,3 milhões no trimestre (R\$95,2 milhões ano) registrados no 2T17 (6M17) assinala-se expansão de 771,3% no trimestre e 42,7% ano, sendo elevação decorrente: (i) Reajuste Tarifário de 7,85% aplicado em agosto de 2017; (ii) Crescimento de Mercado de 2,9%; (iii) Queda de 22,7% nos Gastos Gerenciáveis (PMSO) com impacto direto de R\$50 milhões no resultado devido aos efeitos positivos do PDV efetuado em dezembro de 2017.

Endividamento

Celesc Distribuição S.A. | Posição Empréstimos e Financiamentos

R\$ Milhões	Tx. Anual de Juros	em 31 de Dezembro de 2017	em 30 de Junho de 2018	
Moeda Nacional				
Empréstimos Bancários	110% a 121,5% CDI	64,3	0,0	-100,0%
Empréstimos Bancários	7,40% a 7,67% a.a.		301,0	
Eletrobrás	5,00%	30,6	23,1	-24,5%
Debêntures	CDI + 1,30%	201,5	100,7	-50,0%
Finame	2,50% a 8,70%	35,6	31,6	-11,2%
Mútuo Celesc D/G	125% do CDI	45,5	107,6	136,5%
Total		377,5	564,0	49,4%
Curto Prazo - Circulante		235,2	532,6	
Longo Prazo - Um a Cinco Anos		140,8	30,6	
Longo Prazo - Acima de Cinco Anos		1,5	0,8	



O custo médio da dívida financeira total da Celesc é de 6,11% (ano), sendo 4,53% a.a. o custo médio da dívida atrelada ao CDI e 7,04% a.a. a dívida pré-fixada, estando em linha com as taxas cobradas no mercado. O prazo médio da dívida financeira total é de 2,1 anos, correspondendo 1,5 ano a parte da dívida indexada ao CDI e 2,5 anos a dívida pré-fixada, evidenciando o encurtamento dos prazos. A Companhia vem estruturando o possível alongamento dos prazos médios da dívida financeira, com novas captações de médio/longo prazo, tendo sua proposta aprovada por unanimidade em [Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2018](#). Detalhamento da estruturação serão divulgados ao mercado assim que finalizado/liquidado.

⁶ Vide [Comunicado ao Mercado em 25/07/2017 – Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE](#).

A dívida financeira bruta da Celesc Distribuição soma R\$564,0 milhões em 30 de junho de 2018, aumento de 49,4% (+R\$186,5 milhões) em relação ao fechamento de 2017 (R\$377,5 milhões), decorrente da maior necessidade de capital de giro para fazer frente aos custos com compra de energia elétrica para revenda.

Empréstimos

Em março de 2014, foi captado R\$300,0 milhões junto a Caixa Econômica Federal a taxa de 121,5% do CDI. A Companhia saldou a dívida em junho de 2018.

A Celesc D contratou em abril de 2018 a operação de crédito junto ao Banco Safra, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, no valor de R\$150,0 milhões, com prazo de vencimento em 22 de abril de 2019. A amortização da operação se dará no último mês de vigência (*bullet*). A taxa de juros será pré-fixada em 7,40% a.a., com pagamentos mensais. A comissão do negócio (*fee*) foi de 0,40% e a operação se dará com garantia em recebíveis da Companhia, na proporção 1:1 do saldo devedor.

Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e são anuídos pela ANEEL.

Debêntures

Em maio de 2013, a subsidiária Celesc Distribuição emitiu pela primeira vez 30.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória exercida pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, captando recursos para serem utilizados para reforço de capital de giro e realização de investimentos pela Companhia. As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sob o regime de garantia firme, e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários "DI", acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30% ao ano, tendo vencimento no prazo de 72 meses contados da data da emissão (maio de 2019). A Remuneração é paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão (15/5/2013). A amortização em 3 parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º mês contado da Data de Emissão. As Debêntures têm como compromisso contratual (*covenant*) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2 e limite de distribuição de dividendos de no máximo 30%. O saldo devedor em 30/06/2018 é de R\$101,0 milhões.

Debêntures – 3ª emissão Celesc D

A Celesc D conforme [Comunicado ao Mercado - 3ª Emissão de Debêntures Simples pela Celesc Distribuição S.A.](#) emitiu no dia 13 de julho de 2018 a 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de instituição intermediária líder e do Banco BOCOM BBM S.A. A referida emissão tem como objeto a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme; com valor total de emissão de R\$250 milhões, em série única; emitidas 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1 mil, sendo que o valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 1,9% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de subscrição e integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização será a partir do 18º mês, contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, sendo o primeiro pagamento devido em 13 de janeiro de 2020 e o último na Data de Vencimento, 13 de julho de 2023, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo, resgate antecipado das Debêntures em decorrência da indisponibilidade da Taxa DI, ou vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento previstos na Escritura de Emissão.

A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem como compromisso contratual (covenant) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida.

Os recursos oriundos desta captação ingressaram no caixa da Celesc D em 10 de agosto de 2018 e serão destinados ao reforço de caixa para gestão ordinária de seus negócios.

Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a compra de máquinas e equipamentos, possui taxas de juros de 2,5% a.a. a 8,7% a.a. Em caso de inadimplência, a garantia esta vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

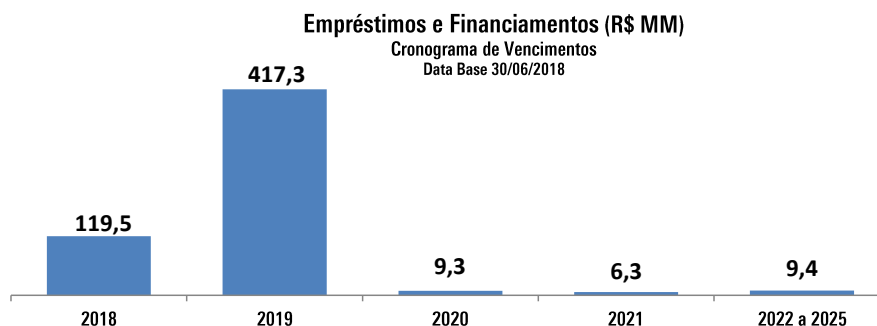
Mútuo Celesc Distribuição S.A com Celesc Geração S.A.

Em 16 de agosto de 2016, a Celesc Geração S.A (Mutuante) e a Celesc Distribuição (Mutuária) firmaram contrato de mútuo, com anuência da ANEEL, pelo prazo de 24 meses e taxa de juro de 125% do CDI. Os pagamentos de juros e amortização do principal serão feitos no fim da operação.

A mutuante, de acordo com as necessidades da mutuária, poderá realizar disponibilizações financeiras até o limite de R\$ 110 milhões, na forma de crédito rotativo, devendo a mutuária efetuar coberturas parciais ou cobertura total do saldo durante a vigência do contrato. O saldo devedor em 30/06/2018 é de R\$107,6 milhões (Principal + Juros).

Cronograma Empréstimos e Financiamentos

O cronograma estimado de vencimento dos empréstimos e financiamentos está disposto no gráfico a seguir.



A Companhia registrou em 30/06/2018 dívida financeira representando 0,6x o EBITDA dos últimos 12 meses (0,5x o EBITDA Ajustado) e 0,3x seu Patrimônio Líquido conforme a seguir:

Celesc Distribuição S.A. | Endividamento

Dívida Financeira 2T18			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2017	em 30 de Junho de 2018	Δ
Dívida de Curto Prazo	235,2	532,6	126,5%
Dívida Longo Prazo	142,3	31,4	-77,9%
Dívida Financeira Total	377,5	564,0	49,4%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	462,5	262,2	-43,3%
Dívida Financeira Líquida	(85,0)	301,8	455,0%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	-0,2x	0,6x	
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	-0,2x	0,5x	
Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido	0,4x	0,5x	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	-0,1x	0,3x	

Importante destacar que conforme [Comunicado ao Mercado - Parcelamento CDE](#) de 25/07/2017 a Celesc Distribuição parcelou o saldo no montante de R\$1.166 milhões referente ao encargo CDE junto a CCEE em trinta parcelas a partir de julho de 2017 (até dezembro de 2019). O saldo devedor em 30/06/2018 é de R\$ 750,7 milhões (Nota Explicativa nº 26 do ITR2T18).

Considerando as Obrigações com Pensão, que somam R\$1.137,3 milhões em 30 de junho de 2018 e Outros Benefícios a Empregados (Plano de Saúde, PDVs, outros) no valor de R\$689,9 milhões, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia soma R\$1.636,1 milhões, o que representa 3,1x o EBITDA 12M e 1,4x o Patrimônio Líquido da empresa ao fim do segundo trimestre de 2018, conforme quadro abaixo:

Celesc Distribuição S.A. Endividamento + Passivo Atuarial			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2017	em 30 de Junho de 2018	Δ
Dívida Financeira Total	377,5	564,0	49,4%
(+) Passivo Atuarial Líquido	1.364,5	1.334,4	-2,2%
Obrigações com Pensão	1.179,8	1.137,3	-3,6%
Outros benefícios a empregados	698,1	689,9	-1,2%
(-) IR/CSLL diferidos ¹	513,5	492,8	-4,0%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	462,5	262,2	-43,3%
Dívida Líquida Ajustada	1.279,4	1.636,1	27,9%
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA 12M	2,9x	3,1x	
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA Ajust. 12M	2,7x	2,8x	
Patrimônio Líquido	1.052,9	1.161,5	10,3%
Dívida Total Ajust. / Patrimônio Líquido	1,7x	1,6x	
Dívida Líquida Ajust. / Patrimônio Líquido	1,2x	1,4x	

¹ ITR 2T18, Nota Explicativa 20.a

Destaca-se que a Companhia já negociou os contratos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, sendo aprovado no Diretório do Banco em 21/11/17. O objetivo do empréstimo é financiar 60% o plano de investimentos em distribuição para os próximos 5 (cinco) anos. O valor do contrato será de até US\$ 276 milhões, o prazo de desembolsos será de 5 (cinco) anos contados a partir da data de entrada em vigor do Contrato, taxa de juros anual equivalente à LIBOR trimestral acrescida do custo de captação do BID e da margem aplicável a empréstimos do capital ordinário do banco, prazo total de 25 (vinte e cinco) anos com carência de 5,5 (cinco e meio) anos, pagamento semestral de juros e amortização. A operação conta com a garantia da União, a qual, por sua vez, conta com contragarantias tanto do Estado de Santa Catarina - conforme Lei Estadual nº 17.274, de 05 de outubro de 2017, alterada pela Lei Estadual nº 17.305, de 06 de novembro de 2017 - e da Companhia. Para concluir os trâmites formais, serão necessárias ainda algumas etapas no Mistério da Fazenda e na PGFN. A etapa final do processo, será o encaminhamento formal pelo Presidente da República ao Senado Federal, que emite lei autorizando o Ministro da Fazenda a assinar o contrato. Ainda, a CELESC D obteve parecer favorável da COFIEIX, autorizando a mudança do agente financiador, AFD para a CAF, conforme Resolução nº 001/0127, de 20/12/2017, para complementar os recursos de contrapartida do empréstimo com o BID no valor de US\$ 69 milhões.

Ratings da Celesc Distribuição e da Controladora

A Moody's América Latina Ltda (Moody's) atribuiu *ratings* de emissor Ba3 em escala global e A2.br em escala nacional à Celesc Distribuição S.A. (CELESC D). Ao mesmo tempo, a Moody's atribuiu *ratings* Ba3 e A2.br a BRL 300,0 milhões em debêntures amortizáveis sem garantia de ativos reais amortizáveis em 6 anos com vencimento em 2019 emitidas pela CELESC D e garantidas pela CELESC no mercado local. A perspectiva negativa reflete a expectativa da Moody's de que a CELESC D, apesar de certa deterioração nos indicadores de crédito em relação ao desempenho histórico, consiga uma redução gradual em seus custos operacionais, bem como assegurar dívida de longo prazo suficiente para financiar seu programa de investimentos em imobilizado.

Investimentos | CAPEX

Os investimentos realizados pela Celesc Distribuição no segundo trimestre de 2018 somaram R\$111,7 milhões (sendo R\$74,5 milhões em materiais/serviços, R\$19,8 milhões em mão de obra própria e R\$17,4 milhões de participação financeira do consumidor⁷). No ano os investimentos totalizam R\$212,2 milhões (sendo R\$74,5 milhões em materiais/serviços, R\$33,9 milhões em mão de obra própria e R\$34,7 milhões de participação financeira do consumidor).

⁷ Regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na [Resolução Normativa ANEEL nº 414 de 09 de setembro de 2010](#).

A tabela abaixo apresenta o investimento da distribuidora indicando o que compõe a Base de Remuneração Regulatória - BRR (no inglês, RAB – Regulatory Assets Base):

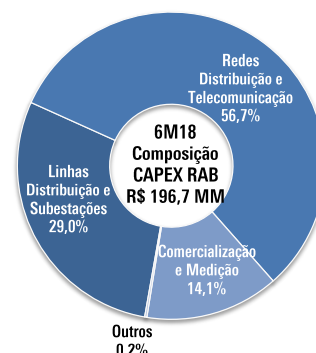
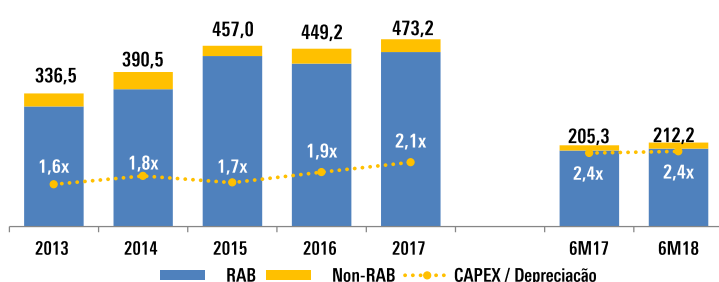
CAPEX - Celesc Distribuição S.A.

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Investimentos Distribuição	105,2	111,7	6,2%	205,3	212,2	3,3%
RAB *	98,1	102,3	4,3%	192,0	196,7	2,4%
Non - RAB	7,1	9,4	32,0%	13,3	15,5	16,7%
Depreciação / Amortização	(49,9)	(51,7)	3,6%	(99,3)	(103,0)	3,8%
Relação CAPEX x Depreciação**	2,4x	2,5x		2,4x	2,4x	

* RAB: Regulatory Assets Base

** Exclui Participação Financeira do Consumidor

Os gráficos a seguir ilustram o CAPEX realizado pela empresa nos últimos anos (e sua relação com a Depreciação), bem como a composição do CAPEX em ativos elétricos realizados no 6M18, os quais irão compor a Base de Remuneração Regulatória – BRR:

CAPEX Celesc Distribuição (R\$ MM)


Os investimentos na rede de distribuição buscam atender a melhora contínua dos indicadores de qualidade (DEC e FEC) firmados no contrato de renovação da concessão. A demanda de CAPEX RAB no ciclo tarifário em vigor deverá seguir entre 1,6x e 1,9x da depreciação, em linha com a média do setor.

A Celesc Distribuição realizou o investimento obrigatório de R\$2,5 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)⁸ e R\$4,8 milhões em Eficiência Energética⁹ no primeiro semestre de 2018.

Para o ano de 2018, conforme [Comunicado ao Mercado divulgado em 14 de dezembro de 2017](#), o orçamento aprovado para materiais/serviços, incluindo a participação financeira do consumidor, foi de R\$ 395 milhões, sendo R\$ 349 milhões para Sistemas de Distribuição e R\$ 46 milhões para Instalações Gerais e Veículos.

2.1.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição S.A.
Exposição contratual 2014 – Despachos ANEEL 2.642/15 e 2.078/16

Em 2015 a ANEEL apurou as exposições contratuais das distribuidoras referentes ao ano de 2014, divulgando os montantes de exposição involuntária através do Despacho nº 2.642/2015. Para a CELESC D, foi apurado o montante de 117,2MW de exposição contratual, sendo 64,36MW reconhecidos como involuntários. Em face de tal Despacho foi apresentado recurso à ANEEL que pautou-se em 3 (três) pontos: (i) 2MW decorrentes de consumidores que a ANEEL entendeu terem retornado ao mercado cativo por ato voluntário da CELESC D, o que não ocorreu, pois retornaram por ordem judicial, ou ainda foram apenas desligados; (ii) 15,818MW relativos a erro material no preenchimento de formulário de declaração no leilão A-1 de 2013, posto que referido montante de

⁸ O programa de P&D da ANEEL atualmente é regido pela Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, sendo regulamentado pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas.

⁹ O Programa de Eficiência Energética regulada pela ANEEL – PEE foi criado pela Lei nº 9.991 de 2000.

energia foi declarado em campo diverso do formulário, além do fato de referidos montantes já terem sido declarados em outros dois leilões (A-0 de 2013 e A-0 de 2014) os quais foram frustrados; e (iii) 35,02MW decorrentes de variação extraordinária de mercado ocorrida a partir de intensiva onda de calor que assolou o estado no 1º Trimestre de 2014, e consequentemente um crescimento anual da ordem de 6,7% no mercado, contra um histórico de 2,5%. Diante da inoperância de mecanismos de ajuste contratual em 2013 e 2014, referido crescimento extraordinário do mercado não pôde ser ajustado, gerando a exposição contratual da ordem de 1,5% do mercado.

Através do Despacho nº 2.078/2016, a companhia teve reconhecido no mérito, parcial provimento, de modo a: a) considerar mais 2 MWmédios como exposição involuntária relativa à cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de consumidores especiais; e b) considerar mais 15,818 MWmédios como exposição involuntária, em razão do reconhecimento de erro material no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013. Diante do Despacho, a exposição considerada pelo Órgão Regulador como voluntária passou de 52,84 MWmédios para 35,02 MWmédios, sendo assim a Companhia reconheceu no resultado do 2º Trimestre de 2016, o valor de R\$256 milhões referente a exposição voluntária em 2014, contabilizado no 2T16 o montante de R\$225 milhões na conta de Ativos/Passivos Financeiros da Receita Operacional Bruta, com efeito negativo, e R\$31 milhões como despesa financeira (atualização da sobrecontratação).

A CELESC D ingressou com Ação Judicial em 2016 objetivando questionar o Despacho nº 2.078/2016, a fim de obter o reconhecimento integral das exposições contratuais como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário de R\$256 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão esta atendida pela ANEEL quando da homologação da Revisão Tarifária, sendo que no momento a companhia permanece discutindo o mérito da ação em juízo, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária, e assim eliminando qualquer redutor tarifário, bem como, aplicação de penalidades pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

No decorrer de 2017, a juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida, constituindo uma condição de estabilização ao processo.

Exposição contratual 2014 – Penalidades CCEE

Em 14 de outubro de 2016, a CCEE emitiu o Termo de Notificação nº 1.438/2015 dada a não apresentação pela Celesc D de garantia física ou cobertura contratual para atender a cem por cento de seu mercado, tendo como referência a contabilização realizada em janeiro de 2015, referente ao ano de 2014, indicando a penalidade técnica aplicável no valor de R\$ 77 milhões.

Em face desse Termo de Notificação, a Empresa apresentou contestação requerendo (i) a sustação da aplicação da penalidade apurada até as decisões finais de mérito das ações judiciais em que a Celesc D discute com a ANEEL as exposições contratuais de 2014; e (ii) a revisão da penalidade após o estabelecimento em caráter definitivo dos montantes de exposição contratual involuntária, assim como os montantes de energia a serem considerados para a rodada do MCSD ex-post de 2014, caso seja mantida alguma falta de lastro contratual para o ano de 2014.

Em 22 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da CCEE – CAD decidiu, em sua 903ª reunião, indeferir os argumentos de defesa apresentados na contestação do TN nº 1438/2015.

Em 4 de janeiro de 2017, a Celesc D apresentou impugnação à tal decisão, sendo que em 10 de janeiro de 2017, em sua 905ª reunião, o CAD enfrentou as alegações apresentadas pela Celesc D e decidiu na deliberação nº 0036 pelo encaminhamento à ANEEL do Pedido de Impugnação apresentado.

Face aos fatos apresentados, a ANEEL, através do Despacho nº 180/2017, decidiu não conceder efeito suspensivo ao Pedido de Impugnação interposto pela Celesc D em face da decisão emitida pela CCEE em sua 903ª Reunião, que indeferiu os argumentos de defesa apresentados na contestação ao Termo de Notificação nº 1.438/2015.

Na 7ª reunião pública da diretoria da ANEEL, realizada em 07 de março de 2017, considerando o exposto e o que consta no Processo nº 48500.000391/2017-12, votou por conhecer do Pedido de Impugnação, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Celesc D,

em face de decisão emitida pela CCEE na 903ª Reunião, referente ao Termo de Notificação nº 1.438, de 201, e, no mérito, negar-lhe provimento. Porém houve pedido de vistas do relator, postergando a decisão.

Após o pedido de vistas, o Pedido de Impugnação foi novamente apreciado pela Diretoria da ANEEL na 19ª Reunião Pública Ordinária, conhecendo-o, e, no mérito, negando-lhe provimento conforme consta no Despacho nº 1.489/2017.

Sequencialmente a Companhia ingressou com ação judicial (autos n.º 1005589-77.2017.4.01.3400) em face da CCEE e da ANEEL pleiteando a concessão de medida liminar com a finalidade de suspender a exigibilidade da penalidade imputada à Celesc D até que o processo judicial que discute a exposição contratual de 2014 tenha seus desdobramentos, assim como o processo judicial que a UHE Jirau move em face da ANEEL, também alcance sua apreciação definitiva de mérito, sendo estes dois fatores que impactam diretamente na manutenção da penalidade aplicada.

Após apreciação do pedido formulado, a juíza titular do processo proferiu decisão *“suspendendo a cobrança, pelas Requeridas, da importância retro mencionada, como de qualquer outra importância (de caráter punitivo ou não), por força de exposição (reputada voluntária) da parte requerente em 2014”*. Deste modo, encontra-se suspensa a cobrança da penalidade aplicada pela CCEE.

Bandeiras tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, estabelecendo que as bandeiras deveriam ser acionadas sempre que as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo afetassem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. O mecanismo tem servido de sinalizador para o consumidor estar atento ao consumo durante situações de baixa hidraulicidade.

Para o ano de 2017, por meio da Audiência Pública nº 091/2016 foram definidas pela ANEEL novas faixas de acionamento assim como os adicionais considerando a atualização dos dados e a distribuição dos custos entre os patamares.

No dia 24 de outubro de 2017 durante Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi aprovada abertura de audiência pública nº 061/2017 para discutir a revisão da metodologia das bandeiras tarifárias e dos valores de suas faixas de acionamento. Excepcionalmente, para o mês de novembro já vigorou o valor adicional proposto para audiência de R\$ 50,00/MWh considerando a bandeira vermelha patamar 2.

Conforme a proposta, o valor do adicional da bandeira amarela caiu de R\$ 20,00 para R\$ 10,00/MWh e o adicional de bandeira vermelha no patamar 1 se mantém em R\$ 30,00/MWh. Tal situação justificou-se em função de não haver evolução na situação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em relação ao mês anterior sendo necessário reforçar as ações relacionadas ao uso consciente e combate ao desperdício.

Após o período de contribuições recebidas na primeira fase da Audiência Pública nº 61/2017, realizada no período de 26 de outubro de 2017 a 27 de dezembro de 2017, em 24 de abril de 2018, por meio da Resolução Homologatória nº 2.392/2018 a ANEEL ratificou as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de maio de 2018 propostos na abertura da audiência pública nº 061/2017 em 24 de outubro de 2017 durante Reunião Pública da Diretoria da ANEEL.

Adicionalmente, na mesma Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 24 de abril de 2018 onde as faixas e os adicionais propostos foram ratificados, estabeleceu-se uma nova fase para a mesma Audiência Pública com período para envio de contribuição de 25/04/2018 a 11/06/2018, por intercâmbio documental com objetivo de obter subsídios para tratar, exclusivamente, da metodologia de repasse da Conta Bandeiras.

Segue quadro resumo com histórico das bandeiras tarifárias praticadas na área de concessão da Celesc Distribuição:

Histórico Bandeiras Tarifárias	
Mês	Bandeira
jan/17	Verde
fev/17	Verde
mar/17	Amarela
abr/17	Vermelha-Patamar 1
mai/17	Vermelha-Patamar 1
jun/17	Verde
jul/17	Amarela
ago/17	Vermelha-Patamar 1
set/17	Amarela
out/17	Vermelha-Patamar 2
nov/17	Vermelha-Patamar 2
dez/17	Vermelha-Patamar 1
jan/18	Verde
fev/18	Verde
mar/18	Verde
abr/18	Verde
mai/18	Amarela
jun/18	Vermelha-Patamar 2

Para a contabilização na Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A – CVA no tocante ao valor arrecadado para as Bandeiras Tarifárias a partir de janeiro de 2018, observa-se a metodologia definida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF por meio do Despacho nº 4.356/2017.

Prorrogação da Concessão – Medida Provisória – MP nº 579/12, Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 8.461/15

No ano de 2016 iniciou-se o acompanhamento das condicionantes para a manutenção da concessão, conforme estabelecido no Termo Aditivo assinado.

O novo aditivo que prorroga prazo de concessão por 30 anos impôs condicionantes de eficiência à distribuidora perante a qualidade do serviço, e também quanto a sustentabilidade da gestão econômico-financeira. Durante os primeiros cinco anos do novo contrato, o descumprimento das condições por dois anos consecutivos ou de quaisquer dos limites ao final do período dos primeiros cinco anos acarretará na extinção da concessão. A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos, implicará na abertura do processo de caducidade. Adicionalmente, ao longo de todo o período contratual, o descumprimento das metas globais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou três vezes em cinco anos, acarretará na limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio ao mínimo legal ([Resolução Normativa nº 747 de 2016](#)), enquanto que o descumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira refletirá na necessidade de aporte de capital dos acionistas controladores.

Abaixo seguem as metas a serem seguidas pela Celesc Distribuição nos primeiros 5 anos da prorrogação:

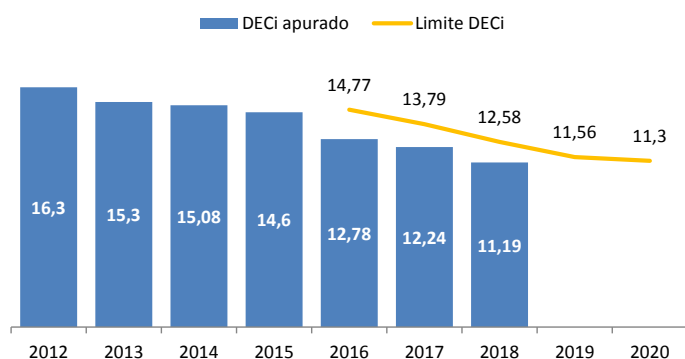
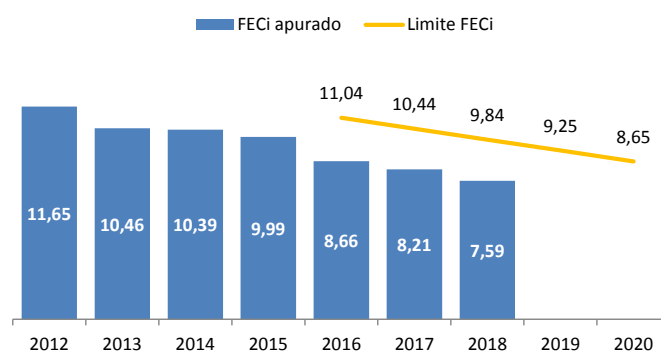
ANO	GESTÃO ECONOMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECI ¹	FECI ¹	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA ≥ 0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-)QRR} ≥ 0	12,58	9,84	
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR ²]} ≤ 1/0,8*SELIC ³	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR] ≤ 1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

¹ DECI-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FECI-Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

² QRR: Quota Integração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica-RTP, acrescido do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

³ Selic: limitada a 12,87% a.a.

O gráfico abaixo apresenta o acompanhamento dos indicadores de qualidade até o final do segundo trimestre de 2018 (acumulado últimos 12 meses).

Histórico de Apuração e Limites de DECI

Histórico de Apuração e Limites de FECi


Em relação ao desempenho da Companhia, a CELESC D cumpriu a exigência de LAJIDA ajustado maior ou igual a zero para o ano de 2017. O LAJIDA ajustado acumulado apurado pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira da ANEEL até o terceiro trimestre de 2017 é de R\$ 556 milhões, conforme a 3ª Edição do Relatório de Sustentabilidade das Distribuidoras divulgada em fevereiro de 2018.

Como informado no Desempenho Operacional, embora a Companhia tenha cumprido as metas de DECI e FECi do Contrato de Concessão, não foram atendidas as metas globais (metas do ciclo) do DEC nos anos de 2016 e 2017, de modo que está limitada a distribuição de dividendos e/ou JCP no mínimo legal, 25%, permanecendo até que os parâmetros regulatórios sejam performados.

Plano de Resultados

A Celesc D foi convocada pela ANEEL para participar da segunda tranche das distribuidoras que passarão pelo Plano de Resultados, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços sob os aspectos técnico e comercial, além dos aspectos de segurança dos empregados e da população, assim como o monitoramento do indicador de sustentabilidade econômico-financeira, e consequentemente garantir o alcance dos indicadores estabelecidos no Contrato de Concessão.

O Plano de Resultados está associado ao novo modelo de fiscalização estratégica adotado pela ANEEL, tendo como objetivos primordiais a educação e orientação dos agentes do setor de energia elétrica, e a prevenção de condutas violadoras da legislação e dos contratos de concessão. Durante esse processo a Celesc D passou inicialmente por uma primeira fase de fiscalização dos serviços técnico e comercial de distribuição de energia elétrica ao longo do ano de 2016, com a análise dos resultados de 2014 e 2015. Para o atendimento à esta metodologia, a Celesc D apresentou à ANEEL o Plano de Melhorias, voltado a Duração das Interrupções, Quantidade de Interrupções, Prazos de Atendimento aos Serviços, Qualidade do Atendimento Telefônico e Demandas Internas e Externas.

O Plano de Resultados foi apresentado à ANEEL no final de setembro/2017, tendo como objetivo definir e apresentar as ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias, promovendo a melhoria dos serviços prestados aos consumidores, de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão, prorrogado em 2015, representando assim um ganho de qualidade dos serviços, além de ser uma excelente ferramenta complementar de gestão em busca da manutenção da concessão. O prazo de vigência do Plano de Resultados será de 24 meses, a partir de 10 de setembro de 2017, com controle periódico quadrimestral por parte do órgão regulador.

Recentemente foi encaminhado à ANEEL o relatório do segundo quadrimestre do Plano de Resultados, o qual foi analisado positivamente pela agência reguladora, conforme manifestações apresentadas em reunião técnica realizada na ANEEL com Diretor relator do processo, o Dr. Tiago de Barros Correia, juntamente com os Superintendentes responsáveis pelo acompanhamento do processo.

Dando sequência a execução do Plano de Resultados a companhia vem avançando na efetivação das ações previstas, sendo que no fim de setembro será encaminhado o Relatório do 3º Quadrimestre do plano à ANEEL.

Reajuste Tarifário Anual 2017 - [Resolução Homologatória Nº 2.286](#) e [Nota Técnica 236/2017 - SGT/ANEEL](#)

O Reajuste Tarifário da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2017 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de 7,85%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de 3,80% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de 2,83% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de 1,22%. Na composição do IRT para o período 2017-2018 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de 3,67% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro e a Parcela B (custos gerenciáveis) apresentou variação de 0,13%.

Participação no Reajuste Tarifário 2017 (Resolução Homologatória ANEEL 2.286/2017)		
Parcela A	Encargos Setoriais	-3,17%
	Custos de Transmissão	6,61%
	Compra de Energia	0,21%
	Total Parcela A	3,67%
Parcela B		0,13%
Reajuste Econômico (IRT), considerando a variação tarifária da RTE		3,80%
Componentes Financeiros do Processo Atual		2,83%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		1,22%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		7,85%

Revisão Tarifária da Celesc Distribuição - [Resolução Homologatória Nº 2.120](#), [Nota Técnica Nº 258/2016-SRE/ANEEL](#) e [Nota Técnica Nº 287/2016-SGT/ANEEL](#).

A Revisão Tarifária da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2016 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de -4,16%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de -1,54% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de -0,47% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de -2,15%. Na composição do IRT para o período 2016-2017 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de -2,20% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro. A Parcela B (custos gerenciáveis) representou variação de 0,66%. A tabela abaixo detalha a composição dos itens do reajuste:

Participação na Revisão Tarifária 2016 (Resolução Homologatória ANEEL 2.120/2016)		
Parcela A	Encargos Setoriais	-1,73%
	Custos de Transmissão	0,71%
	Compra de Energia	-1,18%
	Total Parcela A	-2,20%
Parcela B		0,66%
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		-1,54%
Componentes Financeiros do Processo Atual		-0,47%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-2,15%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		-4,16%

Quanto à remuneração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória – BRR definida para o 4º ciclo tarifário, R\$ 3,0 bilhões líquido (Despacho nº 1.920/16), ficou definido 8,09% referente ao WACC Regulatório real, e taxa de depreciação média em 3,78% a.a.

Reajuste Tarifário Anual – Celesc D

A ANEEL, no âmbito da Reunião Pública de Diretoria realizada em 13 de agosto de 2018, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela sua subsidiária integral Celesc D a partir de 22 de agosto de 2018. Ao calcular o reajuste, conforme estabelecido no contrato de concessão, a ANEEL considera a variação de custos associados à prestação do serviço, e leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais. O efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 13,86%, tem a participação de 4,77% de Encargos Setoriais, -1,42% de Custos com Transmissão, 5,08% com Despesas de Energia, 0,06% de Receitas Irrecuperáveis, 0,37% com os Custos da Distribuidora, 7,48% relativo aos Componentes Financeiros do processo atual, e -2,48% relativo à retirada dos Componentes Financeiros do processo ordinário anterior. Na composição da Receita Líquida para o período 2018-2019, a Parcela A (custos não-gerenciáveis com encargos, transmissão e energia) participa com 81,4%. A Parcela B (custos gerenciáveis) representa 18,6%, definida no valor de R\$ 1.506.197.069,50.

Consulta Pública MME nº 33/2017 – Aprimoramento do Marco Legal do Setor Elétrico

Em julho de 2017 o Ministério de Minas e Energia – MME lançou a Consulta Pública nº 33, com o objetivo de consultar a sociedade e os agentes do setor elétrico quanto a proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico, cujas diretrizes partiram de novos

paradigmas tecnológicos e ambientais que vêm impactando o setor e a regulamentação vigente, bem como diante de fenômenos regulatórios verificados ao longo dos últimos anos, os quais demandam uma revisão estrutural do arcabouço legal, buscando aprimorar o equilíbrio regulatório entre agentes, consumidores e os interesses públicos governamentais, além da redução no nível de judicialização enfrentado pelo setor elétrico atualmente.

Após inúmeras contribuições recebidas pelo MME, a Consulta Pública foi encerrada no final do ano de 2017, com a recente divulgação das diretrizes objetivadas com os novos marcos legais a serem estabelecidos, cujos direcionamentos concentram-se em proporcionar mecanismos de incentivo à eficiência nas decisões empresariais dos agentes do setor, especialmente quanto a segurança do suprimento, investimentos e sustentabilidade socioambiental.

Outra proposta é o fim do regime de cotas para as usinas prorrogadas, com a destinação de parte do benefício econômico para a CDE. A remoção de barreiras para a participação de agentes no mercado, expandindo o mercado livre também é um direcionamento traçado no novo marco legal. O aprimoramento dos critérios de formação do preço de curto prazo também é um desafio a ser enfrentado na nova regulamentação. No âmbito da distribuição, há um direcionamento para a separação entre lastro e energia, com a criação de outros mecanismos de transição para a mitigação dos efeitos da migração de consumidores ao mercado livre. Ainda há um direcionamento para a racionalização dos subsídios e correção de incentivos inadequados para a migração ao mercado livre. Outro ponto abordado é a destinação de recursos da RGR para a indenização dos ativos de transmissão. Há uma revisão nas diretrizes de utilização dos recursos de P&D e incentivos às fontes alternativas de energia. Por fim, há uma rediscussão da estrutura do mercado regulado de distribuição, buscando uma modernização e criação de incentivos. As bases de cálculo para a apuração de penalidades às distribuidoras também serão revistas. Por fim, há uma preocupação em buscar a desjudicialização do risco hidrológico, buscando restabelecer o equilíbrio nas liquidações do mercado de curto prazo.

Todas estas diretrizes foram traduzidas numa minuta de Projeto de Lei divulgada pelo MME, cujo conteúdo parcial foi instruído através da Medida Provisória nº 814/2018, assim como do Projeto de Lei nº 1.917/2015. A Medida Provisória citada perdeu sua eficácia, não tendo sido convertida em lei. Em contrapartida, o PL 1.917/2015 está avançando na Câmara dos Deputados, estando atualmente aguardando parecer conclusivo.

Prêmio IASC/ ANEEL – Avaliação da Qualidade Percebida pelos Consumidores

A ANEEL divulgou em 1º de fevereiro de 2018 as distribuidoras vencedoras do Prêmio IASC 2017, o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, que reconhece as distribuidoras mais bem avaliadas com base na percepção do consumidor residencial. O índice é aferido por meio de pesquisa de opinião realizada com consumidores de todo o Brasil. As variáveis analisadas são: Qualidade percebida; valor percebido (relação custo-benefício); satisfação total; confiança no fornecedor; e fidelidade.

A Celesc D foi eleita a segunda melhor distribuidora do Brasil na avaliação dos consumidores, ficando atrás apenas da Copel D, tendo um índice de igualdade percebida de 74,43%, frente a uma média nacional de 63,66%. No quesito satisfação, a Celesc D alcançou 73,90%, contra 63,16% da média Brasil. No tocante à confiança a Celesc alcançou 71,63%, frente a 62,27 da média nacional e 43,21% de fidelidade, em contrapartida de 37,20% da média nacional.

Pagamento à Celesc D pela Eletrosul – Indenização Instalações de Transmissão

Em 22 de maio de 2018, por meio do Despacho nº 1.139/18, a Diretoria da ANEEL ratificou entendimento da área técnica da Agência Reguladora confirmando a necessidade de pagamento à Celesc D, pela Eletrosul, do valor de R\$ 46.304.394,24 (quarenta e seis milhões trezentos e quatro mil trezentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos) referente a dupla indenização recebida pela transmissora afeta às instalações de conexão do consumidor ArcelorMittal atendido em 230kV.

Em breve contextualização, a conexão do consumidor ArcelorMittal, à época de sua instalação em Santa Catarina, se deu em 230kV, configurando-se como “Demais Instalações de Transmissão – DIT”, obra esta contratada pela Celesc D junto a Eletrosul para viabilizar o atendimento nessas características. Para o pagamento dessa contratação, restou celebrado contratualmente entre as empresas o prazo de 5 anos para o pagamento das instalações pela Celesc D, ficando esta com um recebível regulatório por 30 anos.

Numa avaliação da legislação do setor, a partir da publicação da Medida Provisória nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 janeiro de 2013, restou constatado e ratificado pela ANEEL, após atuação da Celesc D, que havendo a Eletrosul optado pela prorrogação antecipada de sua concessão de transmissão, houve a indenização referente aos ativos não depreciados ou não amortizados, na forma da Lei e seus regulamentos, aí incluídas as instalações dedicadas ao consumidor ArcelorMittal.

As atuações da Celesc D junto a ANEEL para debater o tema iniciaram-se no ano de 2014, estendendo-se até o ano de 2017, quando então houve manifestação formal da ANEEL que acabou por reconhecer o equívoco no procedimento adotado pela ANEEL/União em proceder com a indenização dos ativos não amortizados à Eletrosul e não à Celesc D, sendo esta a titular deste direito, tendo em vista já ter remunerado as instalações antecipadamente à Eletrosul entre 2002 e 2007 por força do CCT firmado.

Após trâmite regulatório e os termos do acordo de pagamento firmados com a Eletrosul, restou formalizado entre as empresas Termo de Confissão de Dívida, sendo definido o pagamento pela Eletrosul de R\$ 9.573.585,00 (nove milhões quinhentos e setenta e três mil quinhentos e oitenta e cinco reais) em 20 de julho de 2018, seguidos de 11 parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 2% do valor devido, cada uma, finalizando com mais 12 parcelas mensais e sucessivas equivalentes a 4,83% do saldo devido, com eventuais ajustes na parcela final.

2.2 – Celesc Geração

2.2.1 – Desempenho Operacional

Produção

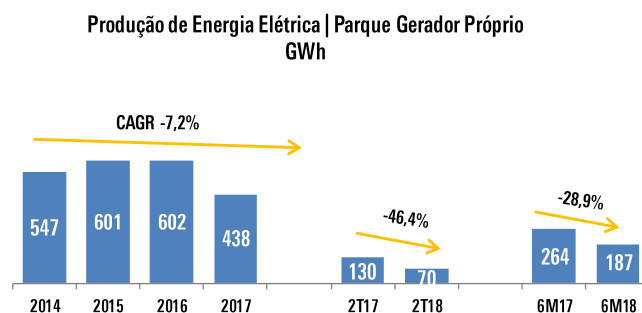
O volume total de energia gerada no segundo trimestre de 2018 pelas usinas da Celesc Geração foi de 69,7 GWh (187,5 GWh ano), sendo 46,4% inferior ao realizado no segundo trimestre de 2017, quando registrou produção de 129,9 GWh (263,6 GWh ano).

Dentre os fatores que influenciaram para variação negativa no trimestre, enfatiza-se: (i) O baixo índice pluviométrico nas Usinas da região oeste do Estado; (ii) A Usina Pery (impacto mensal de 12% do total de disponibilidade) está com uma unidade geradora em manutenção; (iii) A Usina Salto (impacto mensal de 3,5% do total de disponibilidade) está com impedimento de rebaixamento do canal para manutenção (SAMAE); (iv) A Usina Cedros (impacto mensal de 8% do total de disponibilidade) paralisada devido a troca de do condutor de madeira; e (v) Usina Garcia (impacto mensal de 8% do total de disponibilidade) está desligada devido o processo de automação e execução de investimentos.

O fator de capacidade global no segundo trimestre de 2018 foi de 29,8%, representando 25,9 p.p. (pontos percentuais) abaixo do verificado no segundo trimestre de 2017 (55,7%).

Celesc Geração S.A. | Produção de Energia Elétrica

Desempenho Operacional (GWh)	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Parque Gerador Próprio	129,9	69,7	-46,4%	263,6	187,5	-28,9%
PCH Palmeiras	37,1	23,5	-36,7%	71,5	64,3	-10,1%
PCH Bracinho	14,1	12,9	-8,2%	21,7	33,2	53,0%
PCH Garcia	16,9	2,3	-86,3%	34,0	9,1	-73,2%
PCH Cedros	12,0	0,0	-100,0%	27,5	0,0	-100,0%
PCH Salto	2,7	3,8	42,1%	8,5	5,9	-29,9%
PCH Celso Ramos	7,6	7,1	-6,7%	17,3	16,5	-4,2%
PCH Pery	28,6	12,7	-55,8%	58,4	39,0	-33,1%
PCH Caveiras	5,0	3,2	-36,3%	11,2	8,8	-21,3%
CGH Ivo Silveira	4,0	3,3	-17,7%	9,3	8,3	-10,9%
CGH Pirai	0,9	0,1	-93,1%	1,8	0,1	-96,7%
CGH Rio do Peixe	0,8	0,6	-27,6%	1,7	1,4	-15,9%
CGH São Lourenço	0,2	0,3	23,5%	0,8	0,8	0,2%
Fator de Capacidade Global	55,7%	29,8%	-25,9%	56,8%	40,3%	-16,5%



Todas as usinas do parque gerador próprio participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos onde as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo. Desta forma, a queda na produção verificada no trimestre não impacta a energia faturada da companhia.

2.2.2 – Desempenho Financeiro

Celesc Geração S.A. | Principais Indicadores Financeiros

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Receita Operacional Bruta	43,9	41,3	-5,9%	80,2	79,6	-0,7%
Deduções da Receita Operacional	(4,3)	(3,8)	-11,4%	(7,8)	(7,7)	-1,3%
Receita Operacional Líquida	39,6	37,5	-5,3%	72,4	71,9	-0,6%
Custos e Despesas Operacionais	(16,4)	(16,4)	-0,2%	(30,3)	(27,0)	-10,7%
Custos com Energia Elétrica	(4,4)	(8,2)	85,6%	(8,8)	(13,6)	55,7%
Despesas Operacionais	(12,0)	(8,2)	-31,5%	(21,5)	(13,4)	-37,7%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(0,7)	0,4	168,1%	(0,6)	0,5	170,3%
Resultado das Atividades	22,5	21,5	-4,2%	41,5	45,4	9,3%
EBITDA	26,7	23,0	-14,0%	49,4	48,2	-2,3%
Margem EBITDA (%)	67,5%	61,3%		68,2%	67,0%	
Resultado Financeiro	(2,9)	(1,5)	-48,2%	(6,8)	(3,1)	54,4%
LAIR	19,6	20,0	2,3%	34,7	42,3	21,8%
IR/CSLL	(6,9)	(6,6)		(12,0)	(14,1)	
Lucro/Prejuízo Líquido	12,7	13,5	6,1%	22,7	28,2	24,1%
Margem Líquida (%)	32,1%	35,9%		31,3%	39,1%	

Destaques do Resultado

A Receita Operacional Líquida da Celesc Geração apresentou queda de 5,3% (+R\$2,1 milhões) no segundo trimestre de 2018, registrando R\$37,5 milhões, reflexo principalmente das oscilações negativas no suprimento de energia disponível para comercialização. No ano registra variação negativa de 0,6%.

O EBITDA variou negativamente em 14,0% (2,3% ano) e o lucro positivamente em 6,1% (24,1% ano), sendo influenciado pelos mesmos fatores que determinaram a variação da Receita Operacional Líquida (ROL). Como não tivemos, no trimestre, a reversão de provisão para perda no Ativo Imobilizado (*impairment*) o EBITDA e Lucro ajustado foram similar ao EBITDA e Lucro IFRS.

Celesc Geração S.A. | Resultado Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
EBITDA Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	26,7	23,0	-14,0%	49,4	48,2	-2,3%
Margem EBITDA Ajustada (%)	67,5%	61,3%		68,2%	67,0%	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	12,7	13,5	6,1%	22,7	28,2	24,1%
Margem Líquida Ajustada (%)	32,1%	35,9%		31,3%	39,1%	

Receita Operacional Bruta
Celesc Geração S.A. | Receita Operacional Bruta

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	43,9	41,3	-5,9%	80,2	79,6	-0,7%
Fornecimento de Energia	9,0	9,7	7,7%	15,7	18,8	19,9%
Suprimento de Energia	22,1	18,1	-18,1%	37,6	33,8	-10,2%
Energia de Curto Prazo	4,6	0,5	-88,8%	8,8	4,5	-49,1%
Receita Financeira - Juros e Atualização BO	8,2	13,0	59,4%	18,1	22,6	24,6%

A variação negativa de 5,9% no trimestre (0,7% ano) é explicada principalmente por:

- Redução de 18,1% no trimestre (10,2% ano) na conta de Suprimento de Energia;
- A receita com Energia de Curto Prazo contraiu 88,8% no trimestre (49,1% ano), realizando R\$0,5 milhões no trimestre (R\$4,5 milhões ano);
- Queda do Preço médio de venda de R\$225,00 (R\$205,27 sem CCEE) no segundo trimestre de 2018 *versus* R\$258,53 (R\$243,41 sem CCEE) contração de 13% (15,7% sem CCEE);

- iv. Receita Financeira de R\$13,0 milhões no trimestre (R\$22,6 milhões ano), decompondo em R\$5,1 milhões no trimestre (R\$6,9 milhões ano) de atualização e R\$7,9 milhões no trimestre (R\$15,7 milhões ano) de juros sobre bonificação de outorga.

A tabela abaixo apresenta as quantidades físicas de energia faturada no segundo trimestre de 2018 (6M18) para cada um dos segmentos.

Celesc Geração S.A. | Energia Faturada

QUANTIDADE ENERGIA FATURADA (GWh)	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica	158,3	176,4	11,4%	331,6	360,8	8,8%
Industrial	32,8	36,8	12,3%	60,2	71,9	19,4%
Comercial, Serviços e Outros	11,2	14,4	28,5%	23,1	27,0	17,0%
Suprimento de Energia	111,5	123,1	10,4%	217,6	245,6	12,9%
Energia de Curto Prazo (CCEE)	2,8	2,1	-26,2%	30,6	16,3	-46,8%
Preço Médio de Venda SEM CCEE (R\$/MWh)	243,41	205,27	-15,7%	223,33	198,70	-11,0%
Preço Médio de Venda COM CCEE (R\$/MWh)	258,53	225,00	-13,0%	234,96	208,44	-11,3%

A energia faturada apresentou alta de 11,4% no trimestre (+18,1 GWh), sendo que no 6M18 acumula elevação de 8,8% (+29,3 GWh). Esse movimento decorreu, principalmente: (i) Sazonalização mais acentuada em relação ao segundo trimestre de 2017; (ii) GSF menos desfavorável que o semestre anterior (média de 98,78% ante 86,80% em 2017).

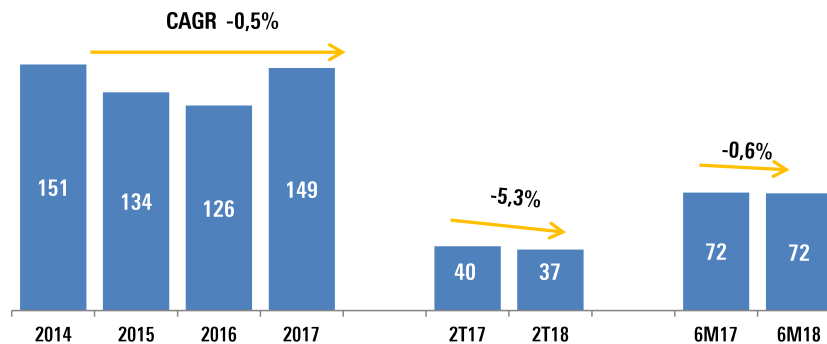
Devido ao cenário de inadimplência e liminares, buscou-se minimizar as sobras a serem liquidadas na CCEE, tanto que foi o único perfil de faturamento que apresentou queda em relação ao ano passado. Apesar disso, o preço médio de venda caiu. O principal fator dessa queda foi a Usina Pery, que no primeiro semestre do ano passado vendia sua energia no Mercado Livre, e a partir de Julho/2017 passou a comercializar a sua energia no ACR, no regime de cotas, nos moldes da Lei nº 12.783/2013, e por conta disso tem um valor de venda baixo. A Pery é a maior usina da Celesc Geração, com 30 MW de potência instalada, bem como 14,08 MW de garantia física, por isso ela impacta tanto no resultado final.

Conforme o quadro abaixo a RAG (Receita Anual de Geração) das Usinas da Celesc Geração deverão ser cobrados mensalmente de acordo com a Receita Mensal especificado na Resolução Homologatória. Por meio da Resolução Homologatória no 2.421 de 17 de julho de 2018, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

Usina	Concessionária	RAG (R\$) Ciclo 2018/2019	Receita Mensal (R\$) Julho/2018 a Junho/2019
Pery	Celesc G	9.453.052,76	787.754,40
Garcia	Celesc G	9.757.843,83	813.153,65
Bracinho	Celesc G	12.667.306,99	1.055.608,92
Cedros	Celesc G	9.267.258,06	772.271,51
Palmeiras	Celesc G	19.354.682,55	1.612.890,21
Salto	Celesc G	6.585.086,76	548.757,23

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida – ROL teve o reflexo da redução da ROB (Suprimentos, Energia de Curto Prado e PLD) entre os os períodos.

Receita Operacional Líquida (R\$ MM)

Custos e Despesas Operacionais
Celesc Geração S.A. | Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16,4)	(16,4)	-0,2%	(30,3)	(27,0)	-10,7%
Custos com Energia Elétrica	(4,4)	(8,2)	85,6%	(8,8)	(13,6)	55,7%
Energia Elét.Comp.Rev.+ Encargos	(3,8)	(7,6)	97,9%	(7,6)	(12,5)	63,8%
Encargos do Uso do Sistema	(0,6)	(0,6)	3,0%	(1,1)	(1,2)	1,9%
PMSO	(7,8)	(6,8)	-12,9%	(13,6)	(10,5)	-22,8%
Pessoal e Administradores	(3,9)	(3,1)	-20,1%	(7,6)	(6,0)	-20,7%
Material	(0,1)	(0,2)	294,5%	(0,1)	(0,3)	118,5%
Serviços de Terceiros	(1,8)	(2,3)	26,5%	(3,7)	(4,2)	13,2%
Provisões, líquidas	(1,9)	(1,0)	-48,0%	(1,9)	0,2	108,6%
Outras Receitas / Despesas	(0,2)	(0,2)	6,7%	(0,4)	(0,3)	-22,3%
Provisão/Reversão Teste Impairment, líquidas	0,0	0,0		0,0	0,0	
Depreciação / Amortização	(4,2)	(1,4)	-66,0%	(7,9)	(2,9)	-63,7%

Os custos e despesas operacionais reduziram 0,2% (10,7% ano) assinalando R\$16,4 milhões no trimestre (R\$27,0 milhões ano). Dentre os custos de energia, destaca-se a compra de 16 MW de fonte convencional para revenda (comercialização), contrato com vigência até 31 de março de 2025. As despesas com PMSO contraíram 12,9% (22,8% ano) sinalizando economia: R\$0,8 milhões de Pessoal (R\$1,6 milhões ano) e R\$0,9 milhões de Provisões Líquidas (provisões de GSF).

Resultado de Equivalência Patrimonial

A tabela abaixo reflete a Equivalência Patrimonial da Celesc Geração no 2T18 (6M18). As usinas em operação (Rondinha, Rio das Flores e Xavantina), foram impactadas principalmente pelo GSF e custo de lastro de energia em 2017. Importante destacar que em 2018, todas participam do MRE. Maiores detalhes destes negócios estão disponíveis na Visão Geral da Celesc Geração.

Celesc Geração | Equivalência Patrimonial

R\$ mil	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Rondinha Energética S.A.	(247,7)	320,5	229,4%	(246,9)	204,6	182,9%
Painel Energética S.A.	(9,2)	(2,0)	-78,6%	(17,3)	(3,1)	-82,3%
Campo Belo Energética S.A.	(12,1)	(2,2)	-81,4%	(22,1)	(3,8)	-82,6%
Companhia Energética Rio das Flores	377,9	406,4	7,6%	739,5	800,1	8,2%
Xavantina Energética S.A.	(255,6)	(22,2)	-91,3%	(361,7)	168,4	146,6%
Garça Branca	(508,8)	(252,4)	-50,4%	(735,7)	(718,1)	-2,4%
EDP Transmissão Aliança SC S.A.		(1,4)			4,8	
Resultado da Equivalência Patrimonial	(655,5)	446,6	168,1%	(644,2)	452,9	170,3%

Destaca-se que a SPE Garça Branca entrou em operação em julho de 2018.

EBITDA e Lucro Líquido

O EBITDA IFRS da Celesc Geração registrou R\$23,0 milhões no segundo trimestre de 2018 (R\$48,2 milhões ano), decréscimo de 14,0% (2,3% ano) em relação ao segundo trimestre de 2017 (6M17), a Margem EBITDA foi de 61,3% no trimestre (67% ano). A retração do EBITDA deve-se ao redução da Receita Operacional Líquida – ROL decorrente dos motivos já expostos anteriormente: (i) Queda no Suprimento e Energia de Curto Prazo; (ii) Queda do PLD entre os períodos. Considerando que não tivemos a reversão de provisão para perda no Ativo Imobilizado (*impairment*) o EBITDA ajustado foi correspondente ao EBITDA IFRS.

Celesc Geração S.A. | Conciliação do EBITDA IFRS

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Lucro/ Prejuízo Líquido	12,7	13,5	6,1%	22,7	28,2	24,1%
(+) IR e CSLL	6,9	6,6		12,0	14,1	
(+) Resultado Financeiro	2,9	1,5		6,8	3,1	
(+) Depreciação e Amortização	4,2	1,4		7,9	2,9	
EBITDA	26,7	23,0	-14,0%	49,4	48,2	-2,3%
(-) Efeitos Não-Recorrentes						
Provisão / Reversão Teste Impairment PCHs		0,0			0,0	
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	26,7	23,0	-14,0%	49,4	48,2	-2,3%
Margem EBITDA IFRS (%)	67,5%	61,3%		68,2%	67,0%	
Margem EBITDA Ajustada (%)	67,5%	61,3%		68,2%	67,0%	

Semelhante ao EBITDA, o Lucro Ajustado foi correspondente ao no Lucro Líquido IFRS com Margem Líquida de 35,9%(39,1% ano).

Celesc Geração S.A. | Ajustes de Lucro/Prejuízo Líquido

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido (Reportado IFRS)	12,7	13,5	6,1%	22,7	28,2	24,1%
(-) Efeitos Não-Recorrentes						
Provisão / Reversão Teste Impairment PCHs	0,0	0,0		0,0	0,0	
(=) Lucro Líquido Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	12,7	13,5	6,1%	22,7	28,2	24,1%
Margem Líquida IFRS (%)	32,1%	35,9%		31,3%	39,1%	
Margem Líquida Ajustada (%)	32,1%	35,9%		31,3%	39,1%	

Endividamento
Celesc Geração S.A. | Endividamento

Dívida Financeira 2T18			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro 2017	em 30 de Junho 2018	Δ
Dívida de Curto Prazo	150,7	9,4	-93,75%
Dívida Longo Prazo	0,0	139,3	
Dívida Financeira Total	150,7	148,7	-1,33%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	77,1	21,0	-72,69%
Dívida Financeira Líquida	73,6	127,6	73,40%
EBITDA (últimos 12 meses)	99,6	98,4	-1,14%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	0,7x	1,3x	
EBITDA AJUSTADO (últimos 12 meses)	96,5	95,3	-1,17%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	0,8x	1,3x	
Patrimônio Líquido	425,9	451,7	6,07%
Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido	0,4x	0,3x	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	0,2x	0,3x	

Debêntures – 1ª Emissão

Em 28 de janeiro de 2016, foi aprovada a realização da 1ª emissão, pela Companhia, de 15.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$150 milhões, com vencimento no prazo de 24 meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderam a 125,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI e foram pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento em 3 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado. As Debêntures têm como compromisso contratual (*covenant*) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2,5 nos dois primeiros semestres e relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2 nos dois últimos semestres. Os recursos da emissão de debêntures da Celesc Geração foram utilizados para pagar a segunda parcela da outorga de usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão renovada no final de 2015. A emissão contou com garantia corporativa da acionista controladora, a *holding* Celesc.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, foi autorizado a repactuação da 1ª Emissão de Debênture Simples pela Celesc Geração, conforme [Comunicado ao Mercado em 05/03/2018](#), alterando a data de vencimento para 01/06/2018. No total foram pagos R\$44,4 milhões de juros, sendo R\$6,6 milhões no primeiro semestre de 2018.

Debêntures – 2ª Emissão

Conforme [Comunicado ao Mercado - 2ª Emissão de Debêntures Simples pela Celesc Geração S.A.](#), a Celesc Geração emitiu no dia 1º de junho de 2018 a 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da companhia, junto ao BB – Banco de Investimentos S.A.. A referida emissão tem como objeto a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme; com valor total de emissão de R\$150 milhões, em série única; emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures, ao valor nominal unitário de R\$10 mil, sendo que o valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G e garantia fidejussória é fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 1 de junho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,50% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de subscrição e integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização será a partir do 12º mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo, resgate antecipado das Debêntures em decorrência da indisponibilidade da Taxa DI, ou vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento previstos na Escritura de Emissão. Semestralmente, a Companhia tem como compromisso

contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida.

Ratings da Celesc Geração e da Controladora

A *Fitch Ratings* atribuiu *ratings* A+ (A mais) à Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) e à sua subsidiária integral, Celesc Geração S.A. (Celesc G). Ao mesmo tempo, a agência atribuiu *Rating* Nacional de Longo Prazo 'A+(bra)' (A mais (bra)) à proposta de primeira emissão de debêntures da Celesc G, no montante de até BRL150 milhões e prazo de dois anos. A Perspectiva dos *ratings* corporativos é Estável.

Investimentos | CAPEX

Os investimentos em SPes totalizaram R\$3,2 milhões no segundo trimestre de 2018 (R\$7,6 milhões ano), sendo no trimestre R\$1,7 milhões aplicados na SPE Garça Branca (R\$3,2 milhões ano). Já os investimentos no parque gerador próprio somaram R\$2,0 milhões no trimestre (R\$3,4 milhões ano), destacando no trimestre R\$1,4 milhões de investimentos na Usina Cedros e R\$1,3 milhões na Usina Garcia.

Celesc Geração S.A. | CAPEX

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Investimentos Celesc Geração	1,8	5,2	191,2%	6,0	11,0	82,9%
Investimentos em SPes	0,8	3,2	317,1%	2,7	7,6	183,4%
Usinas Parque Gerador Próprio	1,0	2,0	96,8%	3,3	3,4	2,4%

Para o ano de 2018, conforme [Comunicado ao Mercado divulgado em 14 de dezembro de 2017](#), o orçamento de investimento é de R\$ 59,7 milhões, sendo R\$ 13,0 milhões para Novos Negócios, R\$ 19,1 milhões para Ampliações, R\$11,2 milhões para Participadas e R\$ 16,4 milhões para Melhorias.

2.2.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Geração S.A.

Portaria MME nº 218 de 15 de maio de 2015

O Ministério de Minas e Energia – MME, através da Portaria nº 218/2015, determinou que a ANEEL promovesse Leilão para licitação das concessões de diversas Usinas Hidrelétricas, dentre as quais 05 (cinco) PCHs de propriedade 100% da Celesc Geração, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões diante dos termos e condições estabelecidos na Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783/2013.

Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina será licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida através da Receita Anual de Geração – RAG. Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídas à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M, a remuneração para melhorias – GAG-melhorias, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga - RBO em taxa de 9,04% real a.a.. Em contrapartida foi exigido o Bônus de Outorga como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração, expresso em R\$/ano.

A Celesc Geração arrematou o Lote C ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 usinas, adicionado ao aporte financeiro de R\$228 milhões a título de Bônus de Outorga. Por fim, como resultado do leilão, a Celesc Geração assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016 na data de 05 de janeiro de 2016. As usinas PCH Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto, possuíam concessões anteriores ao leilão 12/15 ainda vigentes até a data de 07 de novembro de 2016, sendo que a partir desta data é que se iniciou a execução do novo Contrato de Concessão no regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e de Energia. Segue abaixo a lista das usinas do Lote C arrematado pela Celesc Geração:

Parque Gerador Próprio | Usinas incluídas na Portaria do MME nº 218 de 15/05/2015

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2016	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2015	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2016	6,28	5,25
Total - MW			63,20	44,60

A energia gerada pelas usinas foi alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina alocada às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas foi de 100% da Garantia Física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017.

Concessão PCH Celso Ramos

Com relação à concessão da PCH Celso Ramos, com o projeto de ampliação da ordem de 7,2MW (5,4MW para 12,6MW) aprovado pelo Órgão Regulador, a Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANELL nº 5.078/15, a autorização para a realização das obras de ampliação, bem como, a prorrogação antecipada da concessão por 20 anos. O prazo para as obras de ampliação da usina encerra-se no ano de 2021.

Fator de ajuste da garantia física – GSF

A Celesc Geração entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra União e a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física – GF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:

- i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da Garantia Física;
- ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da Garantia Física;
- iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requeru ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc Geração busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* - GSF¹⁰, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa à razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos de 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014 (90,6%), 2015 (84,7%), 2016 (86,8%), 2017 (79,5%) quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano, em 2018 registra 71,3% ajustado até junho. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual pode ficar aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

O Governo Federal vem buscando alternativas para resolver o grande impasse de ordem jurídica vigente, que vem constituindo significativos impactos financeiros aos agentes do setor elétrico. Recentemente o governo lançou proposta de contrapartidas aos agentes de geração por intermédio da Medida Provisória nº 814/2018, a qual se encontra atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

¹⁰ É a divisão entre a energia gerada total e a soma das garantias físicas das usinas participantes do MRE. Esse fator é aplicado à garantia física de todas as usinas, resultando na chamada “garantia física ajustada”.

Neste contexto, a companhia está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

Concessão CGH Caveiras – Registro e Estudo de Inventário

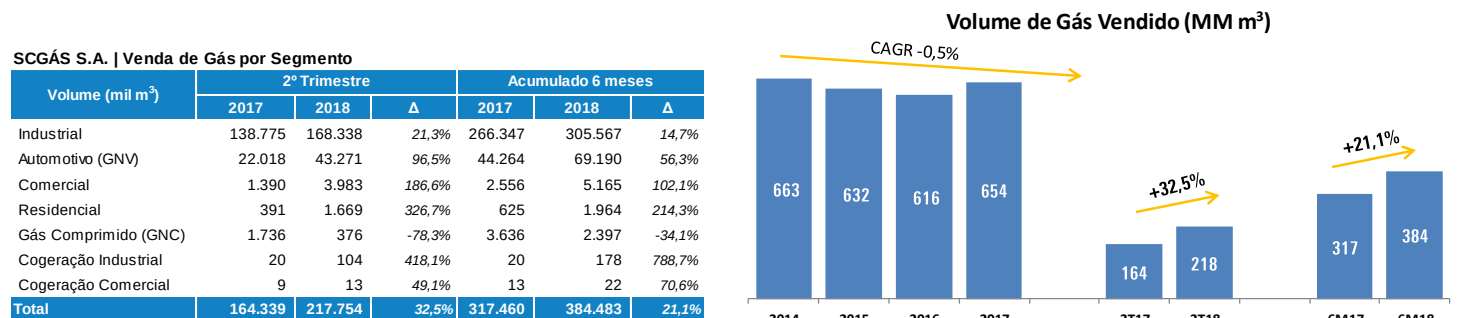
Após a tramitação da Medida Provisória nº 735/16 e de sua conversão na Lei nº 13.360/2016, a Usina CGH Caveiras pode ter o benefício de submeter-se, tão somente, à condição de registro perante o órgão regulador ANEEL, pois o artigo 5º da lei em questão, que incluiu o parágrafo nono ao artigo 1º da Lei nº 12.783/2013, dispõe que “Vencido o prazo das concessões ou autorizações de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a 5 MW (cinco megawatts), aplica-se o disposto no art. 8º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.”. Deste modo, diante do vencimento da concessão da usina CGH Caveiras neste mês de julho/2018, já foram iniciados os procedimentos para registro da usina perante a ANEEL, sendo mantida sua titularidade pela Celesc Geração, sem prazo de concessão definido. Em paralelo já foi protocolado na ANEEL requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a usina CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada.

2.3 – SCGÁS

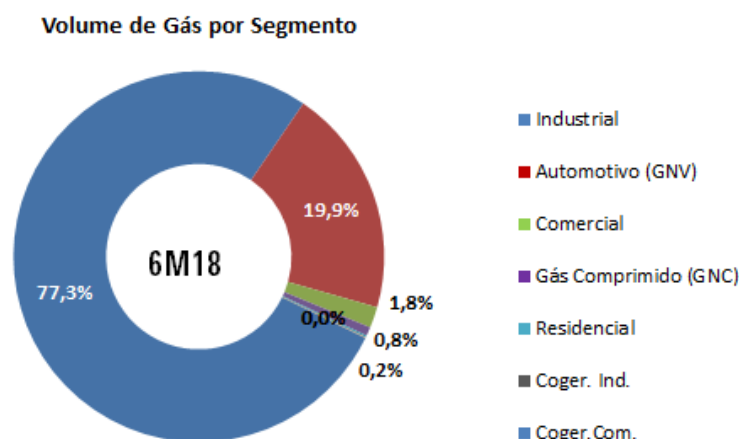
2.3.1 – Desempenho Operacional

A expansão de 32,5% no trimestre (21,1% ano) volume do gás vendido foi decorrente, principalmente:

- Aumento de 21,3% (+29.563 mil m³) na classe industrial, visto que a classe concentra 77,3% do gás consumido;
- Acréscimo de 96,5% (+21.253 mil m³) no segmento automotivo, esta classe representa 19,9% do total de gás consumido e também é severamente influenciado pelo contexto econômico e preço da gasolina/etanol; e
- Elevação de 320,7% (+1.278 mil m³) no segmento residencial.



A seguir, no gráfico, a representação de cada segmento de consumo no volume de vendas no trimestre:



2.3.2 – Desempenho Econômico-Financeiro

SCGÁS S.A. | Principais Indicadores Financeiros

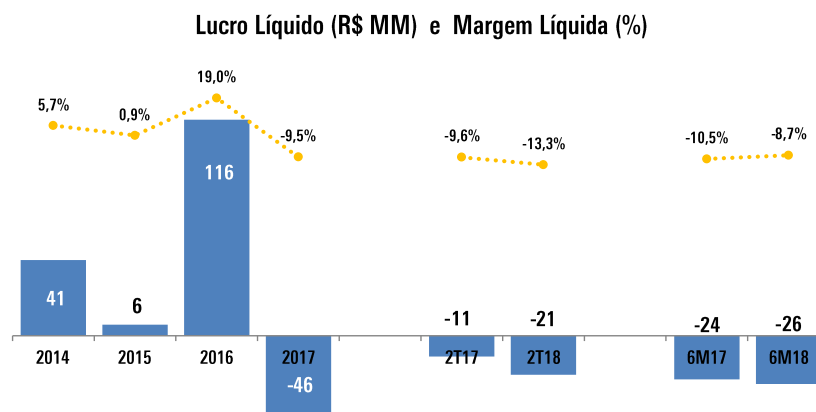
R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Receita Operacional Bruta	149,9	203,5	35,8%	290,1	384,5	32,5%
Deduções da Receita Operacional	(33,8)	(45,2)	33,9%	(66,0)	(85,6)	29,8%
Receita Operacional Líquida	116,1	158,3	36,3%	224,1	298,9	33,3%
Custos e Despesas Operacionais	(126,9)	(181,6)	43,1%	(247,7)	(320,5)	29,4%
Resultado das Atividades	(10,8)	(23,3)	115,3%	(23,6)	(21,7)	8,3%
EBITDA	(10,3)	(22,9)	-122,2%	(20,7)	(24,6)	-18,6%
Margem EBITDA Ajustada* (%)	-8,9%	-14,5%		-9,3%	-8,2%	
Resultado Financeiro	0,3	(1,0)	-457,4%	1,4	(1,5)	-202,3%
IR/CSLL	(6,3)	(10,8)		(12,7)	12,2	
Lucro/ Prejuízo Líquido	(11,2)	(21,0)	-87,5%	(23,5)	(26,0)	-10,8%
Margem Líquida Ajustada* (%)	-9,6%	-13,3%		-10,5%	-8,7%	

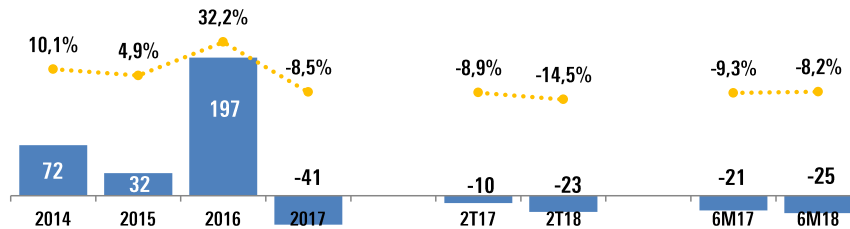
*Margens Ajustadas, pois excluem Receita de Construção.

A Receita Operacional Bruta – ROB da SCGÁS no segundo trimestre de 2018 foi de R\$203,5 milhões (R\$161,4 Industrial, R\$36,9 milhões Veicular, R\$2,7 Comercial, R\$1,2 milhões Gás Comprimido e R\$1,1 milhões Residencial). O aumento da ROB deve-se: (i) a melhora da conjuntura econômica; (ii) Base comparativa do 2T17 profundamente impactado pelas Resolução ARESC nº062/2016 e nº 074/2016 (redução acumulada de tarifa média em 39%); e (iii) Resolução ARESC Nº 094 de dezembro de 2017 autorizou o repasse da parcela de recuperação e atualização do preço do gás significando IRPGT (Índice de de Reajuste do Preço do Gás e Transporte) de 9% (atualização da Conta Gráfica) que foram repassados para tarifa a partir de primeiro de janeiro de 2018.

Ressalta-se que a Companhia contraiu empréstimos em abril junto ao Banco BBM na ordem de R\$30 milhões.

O EBITDA somou R\$22,9 milhões no trimestre (R\$24,6 milhões ano), influenciado pelo aumento dos custos e despesas operacionais de 43,1% (+R\$54,7 milhões no trimestre e +R\$72,8 milhões ano) impactado negativamente pelo aumento da variação cambial (custo com compra de gás). A companhia assinalou no trimestre prejuízo de R\$21,0 milhões (R\$26,0 milhões ano) decorrente dos motivos já expostos.



EBITDA (R\$ MM) e Margem EBITDA (%)

Investimentos

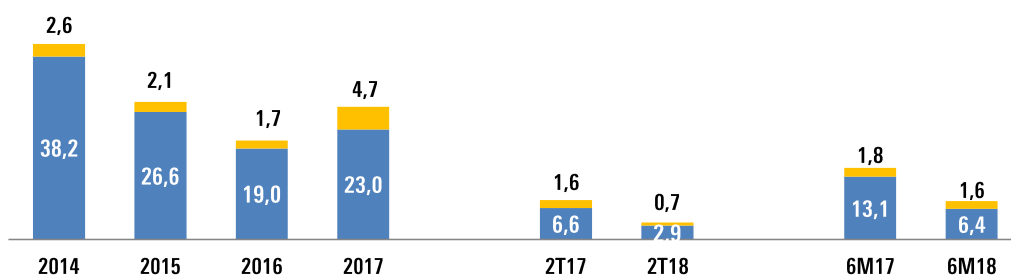
Os Investimentos realizados no segundo trimestre (6M18) foram majoritariamente destinada a expansão da rede de distribuição de gás natural conforme demonstra a tabela e o gráfico a seguir:

SCGÁS S.A. | CAPEX

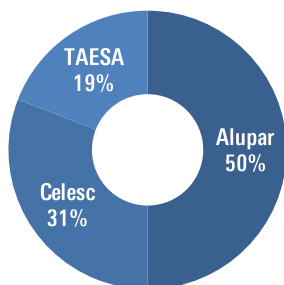
R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Rede de Distribuição	6,6	2,9	-56,1%	13,1	6,4	-51,3%
Expansão	5,1	1,5	-70,7%	10,2	3,5	-65,8%
Gastos Adm.Obras Diretos	1,3	1,2	-3,7%	2,5	2,5	-0,2%
Estudos e Projetos	0,2	0,2	-22,4%	0,4	0,4	1,6%
Outros	1,6	0,7	-59,9%	1,8	1,6	-11,2%
Total	8,2	3,5	-56,9%	14,9	8,0	-46,4%

CAPEX SCGÁS (R\$ MM)

■ Distribuição ■ Outros

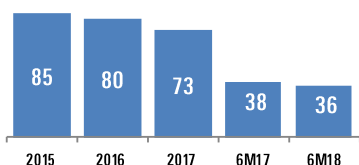


4 – Demais Participações (dados financeiros equivalentes a 100% do resultado de cada participada)

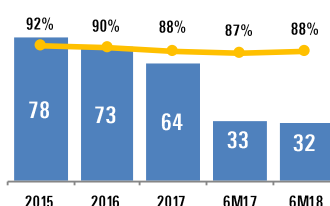


Constituída em 2000, detém 30 anos de concessão para explorar a Linha de Transmissão SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. Criou a subsidiária integral ETSE para gerir novas linhas de transmissão, com concessão de 30 anos (leilão conquistado em Dez/2011).

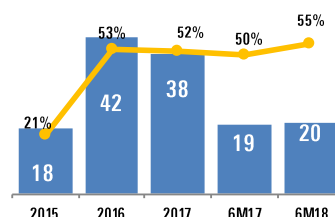
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)
Exclui Receita de Construção



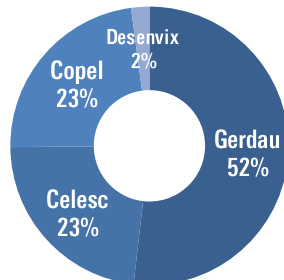
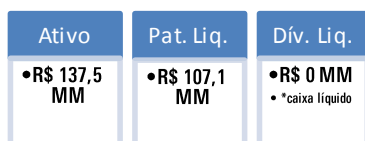
EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg LÍq (%)

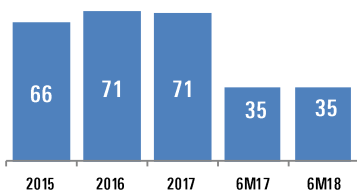


Dona Francisca Energética S.A. *DFESA*

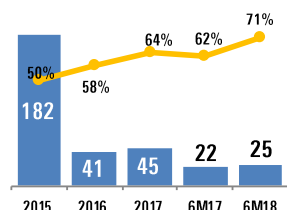


Produtora independente de energia elétrica, constituída em 1998, detém concessão de 35 anos da Usina Hidrelétrica Dona Francisca. Está localizada no Rio Jacuí (RS) com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80 MW.

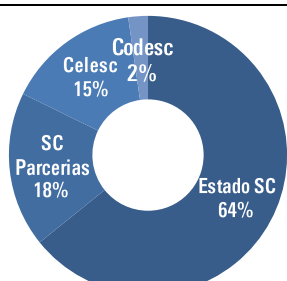
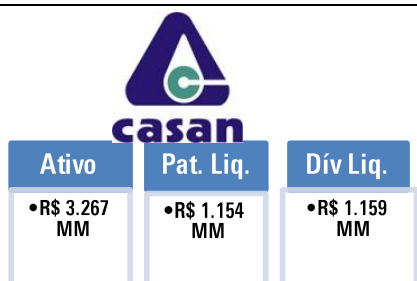
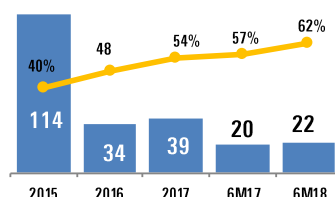
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)



EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)

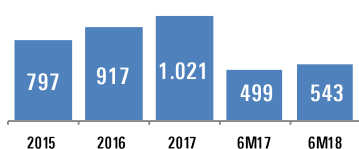


Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg LÍq (%)

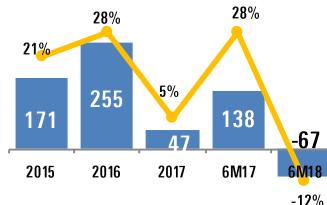


Opera serviços de água e esgoto para uma população de 2,5 milhões de habitantes mediante contratos de concessão firmados com 201 municípios no Estado de Santa Catarina e 01 município no Estado do Paraná. A orientação estratégica contida no Plano Diretor da Celesc prevê a alienação dessa participação acionária.

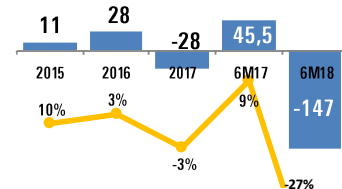
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)



EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg LÍq (%)



3 – Holding

3.1 – Resultado das Participações Societárias na Controladora

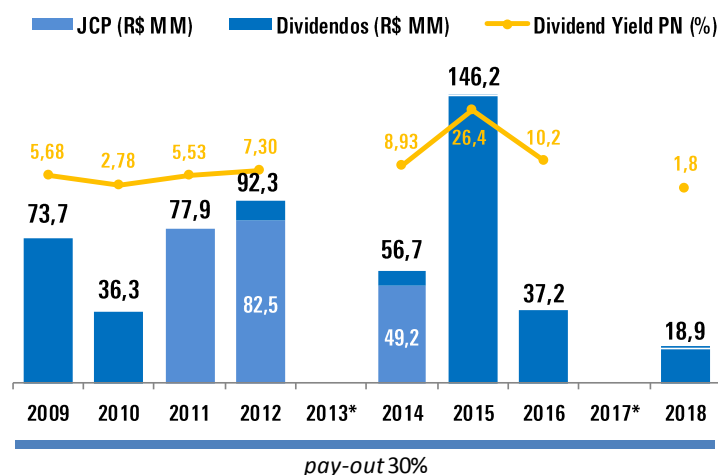
Controladora | Resultado das Participações Societárias

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Celesc Distribuição (100%)	(106,6)	62,2	158,4%	(11,4)	119,6	1150,2%
Celesc Geração (100%)	12,7	13,5	6,1%	22,7	28,2	24,1%
SCGÁS (17%)	(1,9)	(1,9)	-130,2%	(4,0)	(4,4)	-128,4%
ECTE (30,9%)	2,9	3,1	8,4%	5,8	6,0	3,3%
DFESA (23%)	2,1	2,5	19,8%	4,3	5,0	16,8%
Resultado da Equivalência Patrimonial	(90,8)	79,4	187,4%	17,4	154,4	786,9%

3.2 – Dividendos

Conforme [Aviso ao Acionista - Pagamento de Dividendos de 04/05/2018](#), os dividendos referente ao exercício de 2017, no montante de R\$18,9 milhões, serão pagos em duas parcelas: 1) a primeira parcela, no valor de R\$9,45 milhões, foi realizada em 29/06/2018, sendo pagos de dividendos R\$0,23177562 por ação ordinária e R\$0,254953185 por ação preferencial; 2) a segunda parcela, também, no montante de R\$9,45 milhões, estará à disposição dos acionistas no dia 28/12/2018, sendo pagos de dividendos R\$0,23177562 por ação ordinária e R\$0,254953185 por ação preferencial. Farão jus aos dividendos os acionistas da Companhia que detinham posição acionária na data de 30.04.2018.

Desde 2009, a companhia pratica um *pay-out* (percentual de distribuição de lucro líquido) igual a 30%, cinco pontos percentuais acima do mínimo obrigatório e estatutário, seguindo a atual política de distribuição de dividendos aprovada no Plano Diretor. O gráfico abaixo apresenta o histórico de proventos, bem como o *dividend-yield* (retorno do dividendo) propiciado aos detentores de ações preferenciais CLSC4 da Companhia.



*Não houve distribuição em 2013 e 2017 em função do prejuízo apurado em 2012 de R\$ 225MM e 2016 de R\$ 9MM.

4.1 – Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado
Consolidado | Principais Indicadores Financeiros

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Receita Operacional Bruta	2.687,2	3.168,2	17,9%	5.314,0	6.105,8	14,9%
Deduções da Receita Operacional	(1.034,2)	(1.191,1)	15,2%	(2.121,8)	(2.353,9)	10,9%
Receita Operacional Líquida	1.653,0	1.977,1	19,6%	3.192,2	3.752,0	17,5%
Custos e Despesas Operacionais	(1.630,5)	(1.833,4)	12,4%	(3.011,8)	(3.474,1)	15,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	2,4	2,5	3,7%	5,5	7,0	28,8%
Resultado das Atividades	24,9	146,2	486,0%	185,9	284,9	53,2%
EBITDA	79,6	199,8	151,2%	294,0	391,7	33,2%
Margem EBITDA IFRS, ex-Receita de Construção (%)	5,1%	10,7%		9,8%	11,0%	
Resultado Financeiro	(136,6)	(31,0)	-77,3%	(132,0)	(50,8)	61,5%
LAIR	(111,7)	115,2	203,1%	53,9	234,1	334,2%
IR/CSLL	12,2	(46,0)	-475,8%	(51,7)	(93,9)	81,6%
Lucro/Prejuízo Líquido	(99,4)	69,2	169,6%	2,2	140,2	6232,9%
Margem Líquida IFRS, ex-Receita de Construção (%)	-6,4%	3,7%		0,1%	3,9%	
Depreciação/Amortização	(54,6)	(53,6)	-1,8%	(108,1)	(106,8)	-1,2%
Receita de Construção	98,1	102,3	4,3%	192,0	196,7	2,4%

Dentre os fatores que contribuíram para a expansão da ROL de 19,6% no trimestre (17,5% ano), destacam-se:

- Aumento no Fornecimento de energia de 36,7% no trimestre (9,2% ano) na subsidiária Celesc D;
- Incremento de R\$35,9 milhões no trimestre (R\$58,6 milhões ano) de *Receita com fornecimento* de bandeira tarifária na subsidiária Celesc D;
- Aumento de 6,2% no trimestre (2,9% ano) na energia faturada;
- Redução de 22,7% (R\$50 milhões) nos Gastos Gerenciáveis (PMSO) na subsidiária Celesc D;
- Variação positiva de 74,1% no trimestre no de Ativo Regulatório da susidiária Celesc D conforme detalhado no respectivo tópico;
- Desempenho positivo da subsidiária Celesc Geração conforme abordado no respectivo tópico;
- Aumento de 187,4% no resultado das participações (SCGás, DFESA, ECTE e SPEs da Celesc Geração).

Não tivemos itens não recorrentes no resultado consolidado do trimestre, portanto, o EBITDA e Lucro ajustado foram semelhante ao EBITDA e Lucro IFRS.

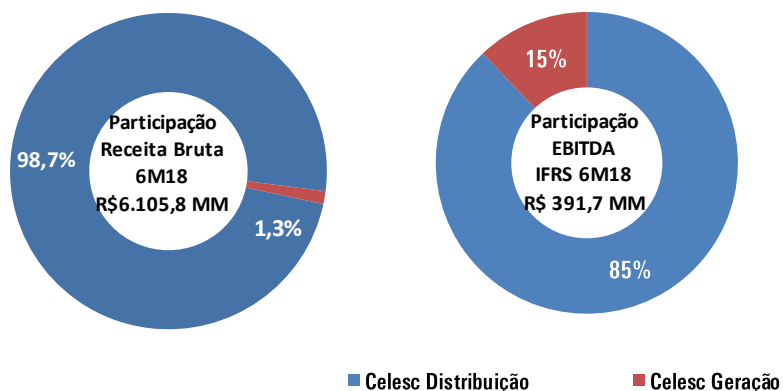
Consolidado | Resultado Ajustado*

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
EBITDA Ajustado*	58,1	199,8	244,1%	272,5	391,7	43,7%
Margem EBITDA Ajustada, ex-Receita de Construção (%)	3,7%	10,7%		9,1%	11,0%	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado*	(2,1)	69,2	3349,9%	97,4	140,2	43,9%
Margem Líquida Ajustada, ex-Receita de Construção (%)	-0,1%	3,7%		3,2%	3,9%	

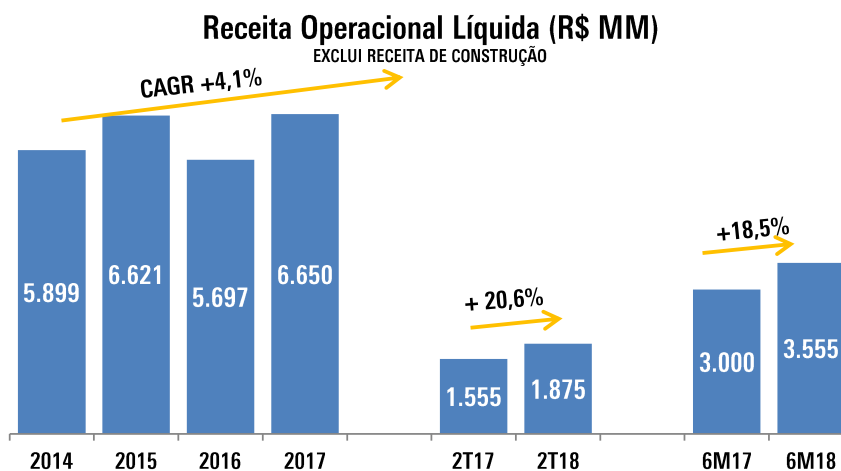
* IFRS + Ativos e Passivos Regulatórios - Itens Não-Recorrentes.

Receita Operacional Bruta – ROB e Participação no EBITDA Consolidado

A ROB é composta majoritariamente pela receita advinda da atividade de distribuição de energia elétrica. Os gráficos abaixo indicam respectivamente a participação na Receita Bruta, EBITDA IFRS.


Receita Operacional Líquida Consolidada

O gráfico abaixo apresenta a evolução da ROL desconsiderando os efeitos da receita de construção.



Custos e Despesas Operacionais Consolidados

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.630,5)	(1.833,4)	12,4%	(3.011,8)	(3.474,1)	15,4%
Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis	(1.222,4)	(1.467,0)	20,0%	(2.240,4)	(2.749,0)	22,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.222,4)	(1.467,0)	20,0%	(2.240,4)	(2.749,0)	22,7%
PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis	(234,9)	(184,4)	-21,5%	(420,3)	(376,4)	-10,4%
Pessoal e Administradores	(175,6)	(144,4)	-17,7%	(334,2)	(296,8)	-11,2%
Material	(3,3)	(3,6)	11,1%	(6,7)	(6,8)	1,2%
Serviços de Terceiros	(46,4)	(51,2)	10,4%	(89,9)	(98,4)	9,4%
Outras Receitas / Despesas	(9,7)	14,9	-253,7%	10,4	25,4	143,9%
Provisões, líquidas	(20,5)	(26,1)	27,1%	(50,9)	(45,2)	-11,3%
Depreciação / Amortização	(54,6)	(53,6)	-1,8%	(108,1)	(106,8)	-1,2%
Custo de Construção	(98,1)	(102,3)	4,3%	(192,0)	(196,7)	2,4%

Detalhes das principais variações encontram-se nos tópicos da Celesc Distribuição e Celesc Geração. A tabela a seguir apresenta a despesa total com Pessoal em termos consolidados, também detalhados nos tópicos das companhias de distribuição e geração.

Consolidado | Despesas com Pessoal

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Pessoal - Total	(175,6)	(144,4)	-17,7%	(334,2)	(296,8)	-11,2%
Pessoal e Administradores	(157,2)	(136,2)	-13,4%	(299,1)	(281,9)	-5,7%
Pessoal e Encargos	(150,5)	(129,2)	-14,1%	(285,3)	(267,7)	-6,2%
Previdência Privada	(6,7)	(7,0)	3,6%	(13,9)	(14,3)	3,0%
Despesa Atuarial	(18,4)	(8,3)	-54,9%	(35,1)	(14,8)	-57,8%

Resultado de Equivalência Patrimonial

O quadro abaixo apresenta o reflexo no Resultado Consolidado do Grupo Celesc referente aos resultados da SCGÁS, ECTE, Dona Francisca Energética - DFESA e das SPes na qual a Celesc Geração detém participação minoritária, comentadas anteriormente. As principais informações quanto às variações apresentadas podem ser consultadas nos tópicos específicos.

Consolidado | Equivalência Patrimonial

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
SCGÁS (17%)	(1,9)	(1,9)	0,0%	(4,0)	(4,4)	10,8%
ECTE (30,9%)	2,9	3,1	8,4%	5,8	6,0	3,3%
DFESA (23%)	2,1	2,5	19,8%	4,3	5,0	16,8%
SPes - Celesc Geração	(0,7)	0,4	168,1%	(0,6)	0,5	170,3%
Resultado da Equivalência Patrimonial	2,4	4,2	73,0%	5,5	7,0	28,9%

EBITDA e EBITDA Ajustado
EBITDA Consolidado IFRS - Não-Recorrentes

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Lucro/ Prejuízo Líquido	(99,4)	69,2	169,6%	2,2	140,2	6232,9%
(+) IR e CSLL	12,2	(46,0)	-475,8%	(51,7)	(93,9)	81,6%
(+) Resultado Financeiro	(136,6)	(31,0)	-77,3%	(132,0)	(50,8)	-61,5%
(+) Depreciação e Amortização	(54,6)	(53,6)	-1,8%	(108,1)	(106,8)	-1,2%
EBITDA	79,6	199,8	151,2%	294,0	391,7	33,2%
(-) Celesc Distribuição Efeitos Não-Recorrentes	21,5	0,0		21,5	0,0	
(-) Celesc Geração Teste Impairment PCHs	0,0	0,0			0,0	
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	58,1	199,8	244,1%	272,5	391,7	43,7%
Margem EBITDA IFRS, exclui Receita de Construção (%)	5,1%	10,7%		9,8%	11,0%	
Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	3,7%	10,7%		9,1%	11,0%	

Resultado Financeiro
Consolidado | Demonstrativo do Resultado Financeiro

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Receitas Financeiras	103,2	41,7	-59,6%	172,0	82,1	-52,3%
Renda de Aplicações Financeiras	25,7	4,1	-84,0%	51,4	9,5	-81,5%
Variações Monetárias	5,3	6,4	20,4%	8,0	10,2	27,2%
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Faturas	29,2	22,2	-24,0%	58,1	44,8	-22,9%
Variação Cambial Energia Comprada	0,0	0,1		7,5	1,5	-80,5%
Ativo Regulatório/ Taxas Regulamentares	33,9	9,1	-73,1%	38,3	17,0	-55,6%
Rendas de Dividendos	0,0	0,0	-100,0%	1,3	0,0	-100,0%
Outras Receitas Financeiras	9,1	(0,3)	-102,9%	7,3	(1,0)	-113,2%
Despesas Financeiras	(239,9)	(72,7)	-69,7%	(304,0)	(132,9)	-56,3%
Encargos de Dívidas	(17,3)	(19,5)	12,6%	(38,6)	(38,1)	-1,2%
Variações Monetárias	(6,3)	(14,9)	136,2%	(6,8)	(17,0)	149,3%
Passivo Regulatório/ Taxas Regulamentares	(188,9)	(23,1)	-87,8%	(204,7)	(46,5)	-77,3%
Atualização P&D e Eficiência Energética	(6,1)	(3,9)	-35,6%	(13,2)	(7,8)	-40,8%
Juros e custos sobre Debêntures	(11,3)	(6,3)	-44,1%	(27,4)	(13,5)	-50,7%
Outras Despesas Financeiras	(10,0)	(5,0)	-50,2%	(13,3)	(10,0)	-24,7%
Resultado Financeiro Líquido	(136,6)	(31,0)	-77,3%	(132,0)	(50,8)	-61,5%

** Receita de VNR foi reclassificada na Receita Bruta como item de Outras Receitas a partir do 4T16.

Lucro Líquido Consolidado
LUCRO LÍQUIDO Consolidado IFRS - Não-Recorrentes

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido - Reportado IFRS	(99,4)	69,2	169,6%	2,2	140,2	6232,9%
(+) Celesc Distribuição Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios	0,0			0,0		
(=) Lucro/Prejuízo Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios	(99,4)	69,2	169,6%	2,2	140,2	6232,9%
(-) Celesc Distribuição Efeitos Não-Recorrentes	(97,3)	0,0		(95,2)	0,0	
(-) Celesc Geração Teste Impairment PCHs	0,0	0,0			0,0	
(=) Lucro Líquido Ajustado	(2,1)	69,2	3349,9%	97,4	140,2	43,9%
Margem Líquida sem Ajustes (IFRS)	-6,4%	3,7%		0,1%	3,9%	
Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	-0,1%	3,7%		3,2%	3,9%	

Endividamento

Reflete os movimentos já apresentados para as subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração.

Consolidado | Endividamento

Dívida Financeira 2T18			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2017	em 30 de Junho de 2018	Δ
Dívida de Curto Prazo	340,4	434,5	27,6%
Dívida Longo Prazo	142,3	170,7	20,0%
Dívida Financeira Total	482,7	605,1	25,4%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	564,6	300,2	-46,8%
Dívida Financeira Líquida	(81,9)	304,9	472,2%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	-0,2x	0,5x	
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	-0,2x	0,5x	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	0,0x	0,2x	

A seguir, tabela considerando as Obrigações com Pensão (passivo atuarial).

Consolidado | Endividamento + Passivo Atuarial

Dívida Financeira + Benefícios Pós-Emprego 2T18			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2017	em 30 de Junho de 2018	Δ
Dívida de Curto Prazo	340,4	434,5	27,6%
Dívida Longo Prazo	142,3	170,7	20,0%
Dívida Financeira Total	482,7	605,1	25,4%
(+) Passivo Atuarial Líquido	1.364,5	1.334,4	-2,2%
Obrigações com Pensão	1.179,8	1.137,3	-3,6%
Outros benefícios a empregados	698,1	689,9	-1,2%
(-) IR/CSLL diferidos ¹	513,5	492,8	-4,0%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	564,6	300,2	-46,8%
Dívida Líquida Ajustada	1.282,5	1.639,3	27,8%
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA 12M	2,5x	2,6x	
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA Ajust. 12M	2,4x	2,5x	
Dívida Total Ajust./ Patrimônio Líquido	1,0x	1,0x	
Dívida Líquida Ajust. / Patrimônio Líquido	0,7x	0,8x	

¹ ITR 2T18, Nota Explicativa 20.a

Ratings da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC

Moody's em fevereiro de 2017 atribuiu ratings de emissor B1 em escala global e Baa1.br em escala nacional à controladora do Grupo Celesc.

Investimentos do Grupo
Grupo Celesc | Investimentos Realizados no Período

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Geração de Energia Elétrica	1,8	5,2	191,2%	6,0	11,0	82,9%
Distribuição de Energia Elétrica	105,2	111,7	6,2%	205,3	212,2	3,3%
Total	107,0	116,9	9,3%	211,3	223,2	5,6%

Para o ano de 2018, o orçamento de investimento consolidado totaliza R\$ 462,8 milhões, sendo R\$ 395,1 milhões em Distribuição de Energia Elétrica, R\$ 59,7 milhões em Geração de Energia Elétrica e R\$ 8 milhões em Novos Negócios.

5 – Desempenho no Mercado de Capitais

As ações da Celesc são negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos CLSC3 (15.527.137 ações ordinárias – ON, 40,26%) e CLSC4 (23.044.454 ações preferenciais – PN, 59,74%). Desde que adentrou ao Nível 2 de Governança Corporativa em 2002, a companhia passou a integrar o IGC e o ITAG, índices compostos por empresas que oferecem transparência e proteção aos acionistas minoritários.

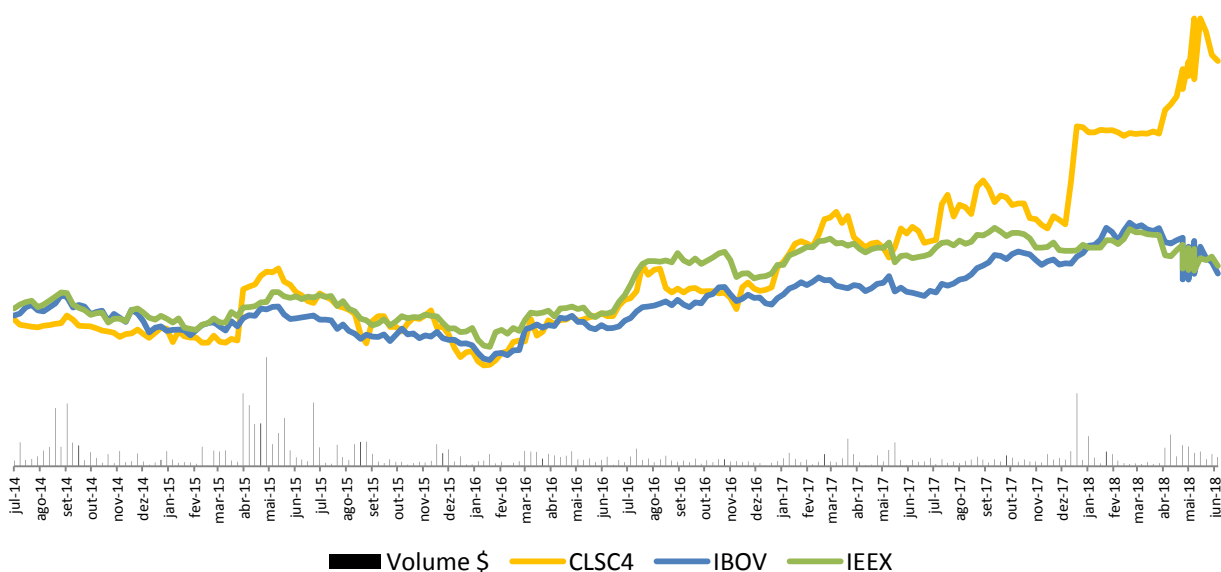
O principal índice da Bolsa de Valores brasileira, o Ibovespa, apresentou retorno negativo de 14,73% no trimestre e variação positiva de 15,68% no acumulado doze meses. O Índice de Energia Elétrica - IEE, que mede o comportamento das principais ações do setor elétrico apresentou desvalorização de 6,96% no trimestre e variação positiva de 1,22% nos últimos doze meses. Mesmo diante desse cenário, as Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram desempenho positivo de 8,9% no trimestre e valorização de 61,11% nos últimos doze meses.

Acompanhamento CLSC4	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18
Cotação de fechamento ajustado a proventos (R\$/ação)	18,00	21,49	27,10	26,60	28,50
Preço / Lucro	4,8x	10,2x	15,7x	28,5x	5,3x
Preço / Valor Patrimonial	0,3x	0,4x	0,5x	0,6x	0,5x
Volume médio negociado (Mil ações)	11	8	16	8	13
Volume médio negociado (R\$ Mil)	204	160	358	206	379
Valor de Mercado (R\$ Milhões)	694	885	1090	1.158	1.099
Valor de Mercado (US\$ Milhões)	210	281	330	353	285
Rentabilidade (%)	-1,59	19,39	26,1	-1,84	8,9
Rentabilidade nos últimos 12 meses (%)	36,36	54,38	70,55	45,43	61,11
Rentabilidade Ibovespa (%)	-3,21	19,37	2,84	11,73	-14,76
Rentabilidade Ibovespa últimos 12 meses (%)	22,07	27,32	26,86	31,36	15,68
Rentabilidade IEE (%)	-4,69	9,39	-3,81	4,31	-6,96
Rentabilidade IEE últimos 12 meses (%)	23,74	13	10,04	3,36	1,22

Fonte: Economática

O gráfico abaixo apresenta desempenho da CLSC4 comparativamente ao Ibovespa e IEE nos últimos anos:

CLSC4 - IBOV - IEE - EVOLUÇÃO JULHO 14 - JUNHO 18



ANEXOS
CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em R\$ Mil

Ativo	31/12/2017	30/06/2018	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	30/06/2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	564.594	300.232	Fornecedores	831.582	887.137
Ativo indenizatório - concessão			Empréstimos	88.057	324.354
Contas a receber	1.399.563	1.355.331	Debêntures	252.333	110.101
Estoques	9.732	11.310	Salários e Encargos Sociais	200.623	176.944
Tributos a recuperar ou compensar	75.831	124.894	Tributos e contribuições sociais	208.823	256.833
Dividendos	9.045	4.321	Dividendos Propostos	16.301	9.893
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA	30.277	293.904	Taxas Regulamentares	2.677.615	2.485.493
Outros Créditos	1.783.575	1.760.174	Partes Relacionadas	19.732	13.729
			Passivo Atuarial	139.305	138.317
			Outros Passivos	47.658	49.515
			Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA	4.638	
	3.872.617	3.850.166		4.486.667	4.452.316
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber	35.380	50.738	Empréstimos	42.409	31.425
Partes relacionadas	6.622	4.859	Debêntures	99.883	139.257
Aplicações Financeiras	137.478	137.478	Taxas Regulamentares	156.610	146.903
Ativo indenizatório - concessão	397.355	367.052	Tributos diferidos	9.613	13.123
Tributos a recuperar ou compensar	19.440	27.323	Passivo Atuarial	1.738.673	1.688.901
Tributos diferidos	641.806	637.849	Provisão para Contingências	618.934	651.821
Depósitos Judiciais	161.430	185.595	Outros Passivos	2.476	2.476
Outros Créditos	3.524	1.794	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	21.689	24.247
Investimentos	216.481	225.214	Salários e Encargos Sociais	41.060	26.603
Intangível	3.174.561	3.257.175		2.731.347	2.724.756
Imobilizado	151.672	152.621		7.218.014	7.177.072
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA	241.886	247.527			
	5.187.635	5.295.225	Patrimônio líquido		
			Capital	1.340.000	1.340.000
			Reservas de capital	316	316
			Lucros/Prejuízos Acumulados		141.852
			Reservas de Lucro	1.189.031	1.174.901
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	(687.109)	(688.750)
				1.842.238	1.968.319
Total do ativo	9.060.252	9.145.391	Total do passivo e patrimônio líquido	9.060.252	9.145.391

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.						
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - CONSOLIDADO			Em R\$ Mil		Em R\$ Mil	
	2T17	2T18	Var %	6M17	6M18	Var %
Receita Operacional Bruta	2.687.229	3.168.209	17,9%	5.304.865	6.105.849	15,1%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.844.210	1.613.427	-12,5%	3.020.099	3.310.297	9,6%
Suprimento de Energia Elétrica	81.060	92.054	13,6%	162.236	185.808	14,5%
Ativo Regulatório	164.779	286.882	74,1%	(44.438)	282.459	735,6%
Energia de Curto Prazo	172.951	101.610	-41,2%	206.970	143.112	-30,9%
Disponibilização de Rede Elétrica	178.102	758.297	325,8%	1.469.881	1.572.383	7,0%
Doações e Subvenções	135.786	194.709	43,4%	271.693	382.221	40,7%
Renda de Prestação de Serviços	645	645	0,0%	1.166	1.243	6,6%
Serviço Taxado	3.307	3.595	8,7%	6.182	6.735	8,9%
Receita Financeira	8.158	13.007	59,4%	18.111	22.574	24,6%
Outras Receitas	174	1.732	895,4%	927	2.328	151,1%
Receita de Construção	98.057	102.251	4,3%	192.038	196.689	2,4%
Deduções da Receita Operacional	(1.034.212)	(1.191.081)	15,2%	(2.121.796)	(2.353.893)	10,9%
ICMS	(430.814)	(506.134)	17,5%	(962.588)	(1.041.327)	8,2%
PIS/COFINS	(229.874)	(282.861)	23,1%	(462.867)	(545.582)	17,9%
RGR	-	-	-	-	-	-
CDE	(276.399)	(351.678)	27,2%	(571.455)	(696.215)	21,8%
P&D	(7.780)	(9.421)	21,1%	(15.026)	(17.861)	18,9%
PEE	(7.582)	(9.223)	21,6%	(14.647)	(17.456)	19,2%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1.724)	(1.725)	0,1%	(3.446)	(3.450)	0,1%
Outros Encargos	(80.039)	(30.039)	-62,5%	(91.767)	(32.002)	-
Receita Operacional Líquida	1.653.017	1.977.128	19,6%	3.183.069	3.751.956	17,9%
Custos e Despesas Operacionais	(1.630.476)	(1.833.414)	12,4%	(3.020.930)	(3.474.102)	15,0%
Energia comprada p/ revenda e encargos	(1.222.378)	(1.467.014)	20,0%	(2.240.384)	(2.748.980)	22,7%
Pessoal, Administradores	(157.182)	(136.150)	-13,4%	(299.105)	(281.946)	-5,7%
Despesa Atuarial	(18.388)	(8.290)	-54,9%	(35.083)	(14.807)	-57,8%
Material	(3.277)	(3.641)	11,1%	(6.686)	(6.763)	1,2%
Serviço de Terceiros	(46.363)	(51.203)	10,4%	(89.891)	(98.364)	9,4%
Depreciação / Amortização	(54.616)	(53.624)	-1,8%	(108.121)	(106.838)	-1,2%
Provisão de PCLD	(23.560)	(14.334)	-39,2%	(32.767)	(24.385)	-25,6%
Reversão de Provisão de PCLD	91	3.011	3208,8%	4.425	4.433	0,2%
Provisão de Outros	(23.326)	(21.043)	-9,8%	(51.811)	(35.572)	-31,3%
Reversão de Provisão de Outros	26.254	6.258	-76,2%	29.248	10.361	-64,6%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas / Despesas	(9.674)	14.867	253,7%	1.283	25.448	1883,5%
Custo de Construção	(98.057)	(102.251)	4,3%	(192.038)	(196.689)	2,4%
Resultado Equivalência Patrimonial	2.408	2.498	3,7%	5.470	7.048	28,8%
Resultado das atividades - EBIT	24.949	146.212	486,0%	185.911	284.902	53,2%
Margem das atividades (%)	1,5%	7,4%		5,8%	7,6%	
EBITDA (R\$ mil)	79.565	199.836	151,2%	294.032	391.740	33,2%
Margem EBITDA (%)	4,8%	10,1%		9,2%	10,4%	
Resultado Financeiro	(136.623)	(31.024)	-77,3%	(132.006)	(50.823)	61,5%
Receita Financeira	103.234	41.673	-59,6%	171.991	82.058	-52,3%
Despesa Financeira	(239.857)	(72.697)	-69,7%	(303.997)	(132.881)	-56,3%
LAIR	(111.674)	115.188	203,1%	53.905	234.079	334,2%
IR e CSLL	13.782	(34.940)	-353,5%	(11.766)	(80.694)	585,8%
IR e CSLL Diferido	(1.550)	(11.031)	611,7%	(39.925)	(13.174)	-67,0%
Lucro Líquido	(99.442)	69.217	169,6%	2.214	140.211	6232,9%
Margem Líquida (%)	-6,0%	3,5%		0,1%	3,7%	

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - CONSOLIDADO		Em R\$ Mil
	12M17	6M18
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	156.156	234.079
Ajustes	477.668	210.447
Depreciação e Amortização	218.046	106.838
Baixa de Ativo Indenizatório	856	260
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	53.695	23.592
Resultado da Equivalência Patrimonial	(9.563)	(7.048)
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(2.328)	(2.328)
Reversão de provisão para perdas no imobilizado em controladas	(3.092)	-
Realização de Provisão para Perdas	-	-
Juros e Variações Monetárias	112.833	44.061
Atualização Monetária Bonificação Outorga	(40.808)	(22.574)
Outros Ajustes de Investimentos	-	-
Provisão para Passivo Atuarial	73.047	14.807
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	54.167	19.952
Contingências	20.815	-
Provisão/Reversão para perdas de ativos	-	32.887
Variações nos Ativos e Passivos	(162.181)	(502.822)
Contas a Receber	(187.508)	(7.234)
Estoques	274	(1.578)
Tributos a recuperar	44.475	(56.946)
Outros Ativos	(105.006)	53.862
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(303.171)	15.285
Ativos Financeiro	(381.977)	(206.155)
Depósitos Judiciais	(37.094)	(24.165)
Fornecedores	206.482	55.555
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	32.757	(38.142)
Tributos a Pagar	57.601	41.680
Taxas Regulamentares	381.255	(201.698)
Passivos Financeiro	288.746	(42.619)
Outros Passivos	1.120	(4.147)
Passivo Atuarial	(160.135)	(86.520)
Caixa Proveniente das Operações	471.643	(58.296)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(75.689)	(74.364)
Juros Pagos	(74.485)	(22.543)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	321.469	(155.203)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(371.561)	(223.358)
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(389.643)	(225.664)
Aumento de capital	(9.926)	(7.558)
Redução capital social investidas	-	-
Dividendos Recebidos	28.008	9.864
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	(302.778)	114.199
Partes Relacionadas	-	-
Amortização de Empréstimos	(201.765)	(75.665)
Pagamento de custo de captação de debêntures	-	-
Pagamento de juros de debêntures	-	-
Ingressos de Empréstimos	202	300.000
Ingressos de debêntures	-	147.509
Pagamento debêntures	(99.990)	(249.991)
Resgate Fundo de Investimento - FIDC	-	-
Dividendos Pagos	(1.225)	(7.654)
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	(352.870)	(264.362)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	917.464	564.594
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	564.594	300.232

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ Mil

Ativo	31/12/2017	30/06/2018	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	30/06/2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	462.466	262.235	Fornecedores	828.637	883.476
Contas a receber de Clientes	1.381.421	1.338.729	Empréstimos e Financiamentos	88.057	324.354
Ativo indenizatório - concessão			Debêntures	101.648	100.681
Estoques	9.549	11.153	Salários e Encargos Sociais	199.630	176.350
Tributos a recuperar ou compensar	73.310	118.489	Tributos e contribuições sociais	189.463	244.292
Subsídio Dec. nº 7.891/13	1.532.912	1.517.627	Dividendos Propostos	7.919	3.959
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA			Taxas Regulamentares	2.677.229	2.485.239
Outros Créditos	252.561	507.047	Mútuo - Coligada e Controlada	45.454	107.560
			Passivo Atuarial	139.247	138.270
			Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA	4.638	
			Previdência Privada	19.732	13.729
			Outros Passivos	47.385	49.150
	3.712.219	3.755.280		4.349.039	4.527.060
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber	35.380	50.738	Empréstimos e Financiamentos	42.409	31.425
Ativo indenizatório - concessão	394.934	364.631	Debêntures	99.883	-
Tributos a recuperar ou compensar	18.217	25.922	Tributos e contribuições diferidos		
Tributos diferidos	641.806	637.849	Taxas Regulamentares	154.583	144.648
Depósitos Judiciais	143.465	166.977	Mútuo - Coligada e Controlada	-	
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA			Passivo Atuarial	1.738.673	1.688.901
Outros Créditos	3.524	1.794	Provisão para Contingências	611.433	644.250
Intangível	3.164.619	3.247.878	Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA	21.689	24.247
			Outros Passivos	2.476	2.476
			Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	41.060	26.603
	4.401.945	4.495.789		2.712.206	2.562.550
				7.061.245	7.089.610
			Patrimônio líquido		
			Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
			Lucros/Prejuízos Acumulados		119.617
			Reservas de Lucro	704.067	692.990
			Ajuste de avaliação patrimonial	(704.738)	(704.738)
				1.052.919	1.161.459
Total do ativo	8.114.164	8.251.069	Total do passivo e patrimônio líquido	8.114.164	8.251.069

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Em R\$ Mil			Em R\$ Mil		
	2T17	2T18	Var %	6M17	6M18	Var %
Receita Operacional Bruta	2.644.583	3.128.017	18,3%	5.227.276	6.028.634	15,3%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.835.213	1.603.733	-12,6%	3.004.430	3.291.506	9,6%
Suprimento de Energia Elétrica	55.001	73.978	34,5%	117.284	148.793	26,9%
Ativo Regulatório	164.779	286.882	74,1%	(44.438)	282.459	735,6%
Energia de Curto Prazo	172.951	101.610	-41,2%	206.970	143.112	-30,9%
Disponibilização de Rede Elétrica	178.670	758.882	324,7%	1.471.024	1.573.548	7,0%
Doações e Subvenções	135.786	194.709	43,4%	271.693	382.221	40,7%
Renda de Prestação de Serviços	645	645	0,0%	1.166	1.243	6,6%
Serviço Taxado	3.307	3.595	8,7%	6.182	6.735	8,9%
Outras Receitas	174	1.732		927	2.328	151,1%
Receita de Construção	98.057	102.251	4,3%	192.038	196.689	2,4%
Deduções da Receita Operacional	(1.029.883)	(1.187.246)	15,3%	(2.114.027)	(2.346.225)	11,0%
ICMS	(430.814)	(506.134)	17,5%	(962.588)	(1.041.327)	8,2%
PIS/COFINS	(226.094)	(279.490)	23,6%	(456.139)	(538.967)	18,2%
CDE	(276.399)	(351.678)	27,2%	(571.455)	(696.215)	21,8%
P&D	(7.582)	(9.223)	21,6%	(14.647)	(17.456)	19,2%
PEE	(7.582)	(9.223)	21,6%	(14.647)	(17.456)	19,2%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1.632)	(1.659)	1,7%	(3.263)	(3.318)	1,7%
Outros Encargos	(79.780)	(29.839)	-62,6%	(91.288)	(31.486)	
Receita Operacional Líquida	1.614.700	1.940.771	20,2%	3.113.249	3.682.409	18,3%
Custos com Energia Elétrica	(1.219.246)	(1.459.998)	19,7%	(2.234.217)	(2.737.754)	22,5%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.083.799)	(1.164.480)	7,4%	(1.959.528)	(2.163.429)	10,4%
Encargo do Uso do Sistema de Transmissão	(98.736)	(255.992)	159,3%	(201.267)	(495.272)	146,1%
PROINFA	(36.711)	(39.526)	7,7%	(73.422)	(79.053)	7,7%
Recuperação de Despesas	-	-		-	-	
Custos e Despesas Operacionais	(387.033)	(349.303)	-9,7%	(723.253)	(696.904)	-3,6%
Pessoal e Administradores	(146.299)	(126.600)	-13,5%	(279.480)	(264.710)	-5,3%
Despesa Atuarial	(18.388)	(8.290)	-54,9%	(35.083)	(14.807)	-57,8%
Material	(3.222)	(3.424)	6,3%	(6.567)	(6.503)	-1,0%
Serviço de Terceiros	(43.315)	(47.294)	9,2%	(84.645)	(92.151)	8,9%
Depreciação / Amortização	(49.895)	(51.693)	3,6%	(99.271)	(102.996)	3,8%
Provisão de PCLD	(21.705)	(13.362)	-38,4%	(30.912)	(23.414)	-24,3%
Reversão de Provisão de PCLD	91	3.005	3202,3%	4.425	3.298	-25,5%
Provisão de Outros	(23.319)	(20.973)	-10,1%	(49.618)	(35.502)	-28,4%
Reversão de Provisão de Outros	26.254	6.257	-76,2%	29.248	10.361	-64,6%
Outras Receitas / Despesas	(9.178)	15.322	266,9%	20.688	26.210	26,7%
Custo de Construção	(98.057)	(102.251)	4,3%	(192.038)	(196.689)	2,4%
Resultado das atividades - EBIT	8.421	131.470	1461,2%	155.779	247.751	59,0%
Margem das atividades (%)	0,5%	6,8%		5,0%	6,7%	
EBITDA	58.316	183.163	214,1%	255.050	350.747	37,5%
Margem EBITDA (%)	3,6%	9,4%		8,2%	9,5%	
Resultado Financeiro	(134.137)	(29.850)	77,7%	(127.510)	(48.392)	62,0%
Receita Financeira	101.937	40.525	-60,2%	168.272	79.490	-52,8%
Despesa Financeira	(236.074)	(70.375)	-70,2%	(295.782)	(127.882)	-56,8%
LAIR	(125.716)	101.620	180,8%	28.269	199.359	605,2%
IR e CSLL	21.264	(30.320)	-242,6%	-	(70.078)	
IR e CSLL Diferido	(2.129)	(9.078)		(39.659)	(9.664)	
Lucro Líquido	(106.581)	62.222	158,4%	(11.390)	119.617	1150,2%
Margem Líquida (%)	-6,6%	3,2%		-0,4%	3,2%	

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)		Em R\$ Mil
	12M17	6M18
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	96.713	199.359
Itens que não afetam o caixa:	727.300	266.119
Amortização	200.322	102.996
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(2.328)	(2.328)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	47.998	20.117
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	20.770	32.817
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	334.698	73.675
Custo Debêntures	365	183
Provisão para Plano de Benefícios Pós-Emprego	73.047	14.807
Baixa de ativos	52.428	23.852
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(977.486)	(284.499)
Contas a Receber de Clientes	(199.849)	(8.938)
Estoques	285	(1.604)
Tributos a Recuperar	45.090	(52.884)
Depósitos Judiciais	(36.535)	(23.512)
Recursos CDE / Conta no Ambiente de Contratação Regulada	-	-
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(303.171)	15.285
Ativos Financeiros	(412.438)	(222.062)
Outros Créditos	(70.868)	9.216
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	575.836	(314.319)
Fornecedores	210.862	54.839
Salários e Encargos Sociais	(67.889)	(37.737)
Tributos e Contribuições Sociais	58.269	38.343
Taxas Regulamentares	144.110	(236.392)
Previdência Privada	2.716	(6.003)
Passivo Atuarial	(59.576)	(86.515)
Passivos Financeiros	288.746	(42.619)
Outros Passivos	(1.402)	1.765
Caixa Proveniente das Operações	422.363	(133.340)
Juros Pagos	(55.489)	(16.208)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(67.341)	(53.592)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	299.533	(203.140)
Atividades de Investimento	(416.401)	(177.476)
Aquisição de Bens da Concessão	(416.401)	(177.476)
Atividades de Financiamento	(301.553)	180.385
Ingressos de Recursos	202	300.000
Ingressos de Partes Relacionadas	-	60.000
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(301.755)	(175.655)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP	-	(3.960)
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	(418.421)	(200.231)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	880.887	462.466
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	462.466	262.235

CELESC GERAÇÃO S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ Mil

Ativo	31/12/2017	30/06/2018	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	30/06/2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	77.080	21.047	Fornecedores	2.931	3.580
Contas a receber	18.358	16.820	Tributos e contribuições sociais	19.283	12.451
Estoques	183	157	Dividendos Propostos	11.628	13.954
Tributos a recuperar ou compensar	466	4.225	Taxas Regulamentares	386	254
Outros Créditos	248	27	Debêntures	150.685	9.420
Ativo Financeiro	30.277	31.303	Partes relacionadas	-	-
Despesas Antecipadas		25	Outros Passivos	1.170	1.080
	126.612	73.604		186.083	40.739
Não circulante			Não circulante		
Partes relacionadas	45.942	108.048	Tributos Diferidos	9.613	13.123
Tributos a recuperar e/ou diferidos	1.223	1.401	Taxas Regulamentares	2.027	2.255
Depósitos Judiciais	342	342	Provisão para Contingências	1.002	1.002
Investimentos	51.058	59.069	Debêntures	-	139.257
Intangível	3.490	3.097			
Imobilizado	151.631	152.582		12.642	155.637
Ativo Financeiro	241.886	247.527			
Outros Créditos	2.421	2.421			
Indenização Concessão					
	497.993	574.487	Total Passivo	198.725	196.376
			Patrimônio líquido		
			Capital Social Realizado	250.000	250.000
			Lucros/Prejuízos Acumulados		29.802
			Reservas de Lucro	158.251	155.925
			Ajuste de avaliação patrimonial	17.629	15.988
				425.880	451.715
Total do ativo	624.605	648.091	Total do passivo e patrimônio líquido	624.605	648.091

CELESC GERAÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em R\$ Mil

	2T17	2T18	Var %	6M17	6M18	Var %
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	43.907	41.331	-5,9%	80.174	79.616	-0,7%
Fornecimento de Energia Elétrica	8.997	9.694	7,7%	15.669	18.791	19,9%
Suprimento de Energia Elétrica	22.107	18.112	-18,1%	37.587	33.766	-10,2%
Energia de Curto Prazo	4.645	518	-88,8%	8.807	4.485	-49,1%
Receita Financeira - Juros e Atualização BO	8.158	13.007	59,4%	18.111	22.574	
Deduções da Receita Operacional (R\$ mil)	(4.329)	(3.835)	-11,4%	(7.769)	(7.668)	-1,3%
ICMS	-	-		-	-	
PIS/COFINS	(3.780)	(3.371)	-10,8%	(6.728)	(6.615)	-1,7%
Comp. Financ. p/ Utiliz. De Recursos Hídricos	(259)	(200)	-22,8%	(479)	(516)	7,7%
RGR e P&D	(198)	(198)	0,0%	(379)	(405)	6,9%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(92)	(66)	-28,3%	(183)	(132)	
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	39.578	37.496	-5,3%	72.405	71.948	-0,6%
Custos com Energia Elétrica (R\$ mil)	(4.393)	(8.155)	85,6%	(8.752)	(13.627)	55,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.825)	(7.570)	98%	(7.609)	(12.462)	64%
Encargos do Uso do Sistema	(568)	(585)	3,0%	(1.143)	(1.165)	1,9%
Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	(12.047)	(8.247)	-31,5%	(21.498)	(13.388)	-37,7%
Pessoal, Administradores	(3.889)	(3.106)	-20,1%	(7.560)	(5.994)	-20,7%
Material	(55)	(217)	294,5%	(119)	(260)	118,5%
Serviço de Terceiros	(1.842)	(2.331)	26,5%	(3.674)	(4.159)	13,2%
Depreciação / Amortização	(4.227)	(1.438)	-66,0%	(7.862)	(2.855)	-63,7%
Provisões, líquidas	(1.856)	(965)	-48,0%	(1.916)	165	108,6%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	-	-		-	-	
Comp. Financ. p/ Utiliz. Recursos Hídricos	-	-		-	-	
Outras Receitas / Despesas	(178)	(190)	6,7%	(367)	(285)	-22,3%
Provisão / Reversão Teste Impairment, líquidas	-	-		-	-	
Resultado Equivalência Patrimonial (R\$ mil)	(655)	446	168,1%	(644)	453	170,3%
Resultado das Atividades - EBIT (R\$ mil)	22.483	21.540	-4,2%	41.511	45.386	9,3%
Margem das atividades (%)	56,8%	57,4%		57,3%	63,1%	
EBITDA (R\$ mil)	26.710	22.978	-14,0%	49.373	48.241	-2,3%
Margem EBITDA (%)	67,5%	61,3%		68,2%	67,0%	
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(2.879)	(1.492)	48,2%	(6.794)	(3.099)	54,4%
Receita Financeira	2.222	2.017	-9,2%	4.398	3.977	-9,6%
Despesa Financeira	(5.101)	(3.509)	-31,2%	(11.192)	(7.076)	-36,8%
LAIR (R\$ mil)	19.604	20.048	2,3%	34.717	42.287	21,8%
IR e CSLL	(7.482)	(4.620)		(11.766)	(10.616)	
IR e CSLL Diferido	579	(1.953)		(266)	(3.510)	
Lucro Líquido (R\$ mil)	12.701	13.475	6,1%	22.685	28.161	24,1%
Margem Líquida (%)	32,1%	35,9%		31,3%	39,1%	

CELESC GERAÇÃO S.A.		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)		Em R\$ Mil
	12M17	6M18
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	75.260	42.287
Ajustes	38.656	6.950
Depreciação	15.748	2.855
Ganho ou perda na alienação de ativo imobilizado	2.124	
Equivalência Patrimonial	3.209	(453)
Ganhos/perdas com Participações Societárias	-	
Provisões para Contingências	63	
Reversão/Provisão para Perdas Ativo Imobilizado	(3.092)	
Realização de Provisão para Perdas	-	
Variações Monetárias	14.435	6.819
Receita Financeira Mútuo		(2.106)
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	6.169	(165)
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(55)	(5.328)
Contas a Receber de Clientes	12.341	1.703
Tributos a Compensar ou Recuperar	(1.836)	(586)
Estoques	(11)	26
Depósitos Judiciais	(193)	-
Ativo Financeiro	30.461	15.907
Ativo Financeiro Atualização	(40.808)	(22.574)
Outros Ativos	(9)	196
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	(4.355)	759
Fornecedores	(4.567)	649
Taxas Regulamentares	463	227
Tributos e Contribuições Sociais	95	(27)
Outros Passivos	(346)	(90)
Caixa Proveniente das Operações	109.506	44.668
Juros pagos e recebidos	(18.996)	(20.772)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(8.348)	(6.336)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	82.162	17.560
Atividades de Financiamento	(7.165)	(2.491)
Ingressos de Debêntures		147.509
Dividendos pagos e Juros sobre capital próprio - JCP	(7.165)	(150.000)
Atividades de Investimento	(16.508)	(71.102)
Aquisição de Investimentos	(9.925)	(7.558)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(5.828)	(3.297)
Aquisição de Intangível	(1.224)	(247)
Partes Relacionadas - Contrato Mútuo	-	(60.000)
Dividendos recebidos	469	-
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	58.489	(56.033)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	18.591	77.080
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	77.080	21.047

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS
BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ Mil

Ativo	31/12/2017	30/06/2018	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	30/06/2018
Circulante			Circulante		
Caixa e Bancos	530	1.752	Fornecedores	83.820	124.766
Aplicações Financeira	917	35.073	Imposto e Taxas e Contribuições	2.495	2.522
Numerário em Trânsito	605	4.328	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.610	9.209
Fornecimento de Gás	36.662	49.207	Obrigações Tributária	-	-
Provisão Devedores Duvidosos	(4.292)	(4.294)	Participação Financeira Terceiros	-	-
Tributos a Compensar	1.438	5.747	Encargos BNDS	-	497
Estoques	2.209	2.721	Juros sobre Capital Próprio	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	Financiamento e Encargos - BNDS	5.525	5.450
Outros Créditos	897	946	Provisões para Contingências	2.800	2.674
Pagamento Antecipado	1.201	2.564	Outras Obrigações	-	60.000
			Participação Financeira Terceiros	855	765
	40.167	98.046		105.106	205.883
Não circulante			Não circulante		
Aplicação Financeira	1.947	2.002	Imposto Diferido	206	174
Crédito SOP/TOP	9.766	9.627	Financiamento - BNDS	18.591	15.896
Imposto a Recuperar	52.144	65.353	Outras Obrigações	471	437
Deposito Judicial	2.337	4.023	Fornecedores de Materiais e Serviços	-	-
Outros Devedores	112.308	119.298	Caução	-	-
Intangível em Serviço	179.541	169.455			
Intangível em Formação	8.544	10.158			
Almoxarifado Obras	-	-			
Intangível Bens de Uso	7.490	8.288			
Parcelamento Clientes	-	-			
				19.268	16.507
				124.374	222.390
	374.077	388.204	Patrimônio líquido		
			Capital Social	167.968	167.968
			Reserva Legal	30.118	30.118
			Reserva de Retenção de Lucro	71.202	17.438
			Reserva Estatutária	66.645	74.347
			Reserva Capital	-	-
			Lucros Acumulados	(46.063)	(26.010)
			Dividendos a disposição AGO	-	-
				289.870	263.860
Total do ativo	414.244	486.250	Total do passivo e patrimônio líquido	414.244	486.250

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Em R\$ Mil			Em R\$ Mil		
	2T17	2T18	Var %	6M17	6M18	Var %
Receita Operacional Bruta	149.853	203.478	35,8%	290.099	384.483	32,5%
Deduções da Receita Operacional	33.770	45.219	33,9%	65.987	85.633	29,8%
Receita Operacional Líquida	116.083	158.259	36,3%	224.112	298.850	33,3%
Custo Variável	110.683	161.730	46,1%	242.545	276.284	13,9%
Custos Fixos	4.832	4.764	-1,4%	9.344	9.411	0,7%
Despesas com Vendas	3.302	2.185	-33,8%	5.908	4.060	-31,3%
Despesas Administrativas	7.471	7.474	0,0%	14.540	14.478	-0,4%
Outras Despesas/Receitas Operacionais	631	5.437	762,2%	(24.603)	16.282	166,2%
Resultado Operacional	(10.836)	(23.331)	115,3%	(23.622)	(21.666)	-8,3%
Depreciação e Amortização	6.979	7.525	7,8%	13.976	15.061	7,8%
EBTIDA	(10.302)	(22.895)	122,2%	(20.744)	(24.611)	18,6%
Margem EBTIDA	-8,87%	-14,47%		-9,26%	-8,24%	
Resultado Financeiro	267	(955)	-457,4%	1.439	(1.473)	-202,3%
Receita Financeira	1.395	436	-68,7%	3.517	765	-78,2%
Receita de Aplicações Financeiras		164			277	
Outras Receitas Financeiras		-			0	
Despesas Financeiras	1.128	1.391	23,3%	2.078	2.238	7,7%
Encargos BNDES		461			630	
Outras Despesas Financeiras		494		-	1.173	
LAIR (R\$ mil)	(17.548)	(31.811)	81,3%	(36.159)	(38.199)	5,6%
IR e CSLL	(383)	-	-100,0%	(383)	1.208	415,9%
IR e CSLL Diferido	(5.966)	(10.815)	81,3%	(12.292)	(13.398)	9,0%
Lucro Líquido	(11.200)	(20.996)	87,5%	(23.484)	(26.010)	10,8%
Margem Líquida (%)	-9,6%	-13,3%		-10,5%	-8,7%	

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARIA - SCGÁS		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)		Em R\$ Mil
	12M17	6M18
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(46.063)	(26.010)
Ajustes	(4.035)	17.013
Depreciação e Amortização	29.173	16.302
Constituição de provisão para contingências passivas	754	(126)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.258	1
Constituição de provisão de fornecedores	-	-
Constituição provisão Impairment	(11.694)	14.234
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.913)	(13.398)
Atualização Ship/Take or Pay e Variação Cambial Transporte	387	-
Baixa de bens do intangível	-	-
	-	-
Variações nos Ativos e Passivos	7.782	(551)
Contas a receber de clientes	(11.542)	(19.536)
Tributos a recuperar	(277)	(4.152)
Estoques	(235)	(512)
Tributos e Valores Mobiliários	291	(55)
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	40.452	(14.098)
Outras Contas do Ativo	(781)	(3.096)
Fornecedores	29.752	40.946
Obrigações tributárias	(4.048)	(976)
Imposto de renda e contribuição social	(41.603)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(4.556)	600
Cauções em garantia	329	328
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(42.316)	(9.548)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(25.986)	(8.628)
Adições ao intangível	(25.986)	(8.628)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	(30.760)	57.278
Pagamento de dividendo e JSCP	(27.591)	-
Amortização empréstimos	(3.169)	(2.722)
Obtenção de Empréstimos		60.000
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	(99.062)	39.102
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	101.114	2.052
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	2.052	41.154